



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
MODALIDADE PROFISSIONAL – MP**

**VERÔNICA BATISTA PINHEIRO**

**A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE  
ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO**

Brasília – DF

2023



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
MODALIDADE PROFISSIONAL – MP**

## **A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional (PPGEMP), da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, para qualificação na área de concentração de Políticas Públicas e Gestão de Educação, sob a orientação da Professora Doutora Claudia Maffini Griboski.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão de Educação.

Brasília – DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BV549Ba Batista Pinheiro, Verônica  
tista A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE  
Pinheir ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO / Verônica  
op Batista Pinheiro; orientador Claudia Maffini Griboski. --  
Brasília, 2023.  
157 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de  
Brasília, 2023.

1. Educação Inclusiva. 2. Altas Habilidades/Superdotação.  
3. Políticas Públicas. 4. Prática docente. 5. Inclusão. I.  
Maffini Griboski, Claudia , orient. II. Título.

VERÔNICA BATISTA PINHEIRO

A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE  
ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional (PPGEMP), da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, para qualificação na área de concentração de Políticas Públicas e Gestão de Educação, sob a orientação da Professora Doutora Claudia Maffini Griboski.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Claudia Maffini Griboski  
Universidade de Brasília (UnB) - Faculdade de Educação (FE)  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Vanessa Tentes  
Secretaria de Estado de Educação (SEEDF)  
Examinador Externo

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sinara Zardo  
Universidade de Brasília (UnB) - Faculdade de Educação (FE)  
Examinador Interno

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Liliane Campos  
Universidade de Brasília (UnB) - Faculdade de Educação (FE)  
Examinador Interno

Às minhas avós Maria Irismá Chaves (in memorian) e Maria Celeste Pinheiro (in memorian), que tiveram seus talentos sufocados por precisarem lutar pela subsistência da família, deixando a fome pelo saber em último plano.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha filha Isabela que me acompanhou, tolerou e me incentivou durante todo esse período da pesquisa. Obrigada, filha! Por toda a sua paciência, amor e cuidado!

À minha família, especialmente aos meus irmãos, Virginia Batista e Heriberto Júnior, que sempre respeitaram as minhas decisões, escolhas e compreenderam a minha ausência nesse processo.

À minha orientadora Cláudia Griboski, por toda paciência e contribuições.

Às professoras Dr<sup>a</sup> Liliane Campos, Dr<sup>a</sup> Sinara Zardo e Dr<sup>a</sup> Vanessa Tentes, por gentilmente, aceitarem participar da minha banca de defesa.

À equipe pioneira da Sala de Recursos de AHSD de Santa Maria-DF, Lana Orrico, Eleuza Machado e Edjane Tavares que se tornaram amigas e parceiras na caminhada.

Aos professores que participaram da pesquisa, especialmente à Daiana Silva que sempre se colocou disponível e aberta.

À minha psicóloga Dalviene Fernandes, que sempre me trouxe novos olhares em meio ao caos.

Aos amigos Michelle Oliveira, Aline Brandão e João Mário Aragão que me acolheram num momento delicado no processo da escrita. Vocês foram meu alento quando mais precisei!

Gratidão ao Universo, por abrir portas, colocar situações e pessoas nos momentos certos!

***O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem.  
Quando se retiram pedaços dele,  
o desenho se torna menos complexo, menos rico.  
As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor  
em um ambiente rico e variado.***

***Marsha Forest***

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a prática docente no que diz respeito à identificação e inclusão de estudantes com comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação, em uma escola pública de anos iniciais de Santa Maria-DF. Os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação estão inseridos no público da Educação Especial. Nesse sentido, possuem direitos à uma Educação Inclusiva e de qualidade que atendam às suas peculiaridades. Porém, por desconhecimento da comunidade escolar, as habilidades desses estudantes passam despercebidas e podem gerar algumas inadequações na estrutura escolar e social. Os principais autores analisados e abordados como referência teórica em Educação Especial, Altas Habilidades/Superdotação e políticas públicas foram: Mantoan (2003), Virgolim (2007) (2014), Guenther (2012), Renzulli (2004), Tentes (2007) e Delou (2022). Esta pesquisa trata-se de um estudo misto na área da Educação, cujas análises e discussões combinam os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos. Os dados obtidos com as respostas dos professores no questionário aplicado na escola pesquisada, foram analisados com a intenção de investigar sobre a formação continuada dos docentes e quais os critérios e estratégias utilizadas para a inclusão dos estudantes em sala de aula regular e a indicação à Sala de Recursos Específica de AHSD. Constatou-se que a maior parte dos professores desconhecem as peculiaridades dos estudantes com AHSD e não possuem curso de formação na área, o que gera um empecilho para realizar o enriquecimento escolar, estimular as habilidades e incluir esses estudantes em sala de aula. Como produto técnico foi elaborado uma cartilha digital, com orientações para os docentes, acerca da identificação, inclusão e direitos escolares dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.

**Palavras-chave:** Educação; prática docente na Educação Inclusiva; atendimento educacional especializado; identificação de estudantes com Altas Habilidades.



## **ABSTRACT**

The present research aimed to analyze teaching practice with regard to the identification and inclusion of students with High Skills/Giftedness, in a public school in the early years of Santa Maria-DF. Students with High Abilities/Giftedness are included in the Special Education public. In this sense, they have rights to an inclusive and quality education that meets their peculiarities. However, due to the school community's lack of knowledge, these students' abilities go unnoticed and can generate some inadequacies in the school and social structure. The main authors analyzed and approached as a theoretical reference in Special Education, High Abilities/Giftedness and public policies were: Mantoan (2003), Virgolim (2007) (2014), Guenther (2012), Renzulli (2004), Tentes (2007) and Delou (2022). This research is a mixed study in the area of Education, whose analyzes and discussions combine qualitative and quantitative research methods. The data obtained from the teachers' responses to the questionnaire applied at the researched school were analyzed with the intention of investigating the continuing education of teachers and the criteria and strategies used for the inclusion of students in the regular classroom and appointment to the classroom AHSD-Specific Resource Management. It was found that most teachers are unaware of the peculiarities of students with AHSD and do not have a training course in the area, which creates an obstacle to carrying out school enrichment, stimulating skills and including these students in the classroom. As a technical product, a digital booklet was created, with guidance for teachers, on the identification, inclusion and school rights of students with High Abilities/Giftedness.

**Keywords:** Education; teaching practice in inclusive education; specialized educational service; identification of students with High Skills.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de Coerência da Pesquisa . . . . .	24
Quadro 2 - Linha do tempo da Educação Especial no mundo . . . . .	28
Quadro 3 - Linha do tempo da Educação Especial no Brasil . . . . .	32
Quadro 4 - Direitos dos estudantes com AHSD no Brasil . . . . .	37
Quadro 5 - As dimensões dos dois modelos de teoria da aprendizagem . . . . .	64

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matrícula na Educação Especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação – Brasil 2021 . . . . .	21
Figura 2: Representação gráfica da Concepção de Superdotação dos Três Anéis . .	53
Figura 3 - Número de Professores em AEE - por CRE . . . . .	76
Figura 4 - Número de Estudantes com AHSD, efetivamente frequentando AEE . . .	76
Figura 5 - Definição da previsão de quantidade de estudantes e professores na Sala de Recursos Específica de AHSD do DF – Educação Infantil e 2º Ciclo do Ensino Fundamental; EJA . . . . .	77
Figura 6 - Definição da previsão de quantidade de estudantes e professores na Sala de Recursos Específica de AHSD do DF – Ensino Fundamental – Anos Finais; Ensino Médio; EJA . . . . .	78
Figura 7 - Quantitativo de estudantes por turno e turmas da EC 116 de Santa Maria	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado  
AHSD - Altas Habilidades/Superdotação  
ANEE's - Alunos com Necessidades Educacionais Específicas  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente  
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial  
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DF - Distrito Federal  
EaD - Educação a Distância  
EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação  
EEAA - Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
IBC - Instituto Benjamin Constant  
IE - Instituição de Ensino  
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Libras - Língua Brasileira de Sinais  
MEC - Ministério da Educação  
NAAH/S - Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OP - Orientação Pedagógica  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PEI - Plano Educacional Individualizado  
PNEE - Política Nacional de Educação Especial  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
QEDu - Portal de Dados Educacionais  
QI - Quociente de Inteligência  
SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SINPRO - Sindicato dos Professores

SRE - Salas de Recursos Específicas

SUPLAV - Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação

UnB - Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	15
<b>Eu, pesquisadora</b>	
INTRODUÇÃO .....	20
<b>Justificativa</b>	
<b>Formulação do problema</b>	
<b>Objetivo geral</b>	
<b>Objetivos específicos</b>	
CAPÍTULO I	
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	27
<b>1.1 Políticas Públicas na Educação Inclusiva – Altas Habilidades/Superdotação (AHSD) .....</b>	27
<b>1.2 A identificação de estudantes com AHSD .....</b>	49
<b>1.3 Perfil de professores que trabalham com estudantes com AHSD .....</b>	59
CAPÍTULO II	
METODOLOGIA .....	72
<b>2.1 Contextualização das Salas de Recursos de AHSD do Distrito Federal .....</b>	72
<b>2.2 A contextualização da Instituição educacional pesquisada .....</b>	79
<b>2.3 Procedimentos metodológicos .....</b>	81
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	85
CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
PRODUTO TÉCNICO .....	95
REFERÊNCIAS .....	109
APÊNDICES .....	116
ANEXOS .....	135

## APRESENTAÇÃO

### **Eu, pesquisadora**

Sou Verônica Batista Pinheiro, pedagoga e licenciada em matemática. Especialista em Psicopedagogia e em Educação a Distância (EaD). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) há 17 anos, com experiência em sala de aula de alfabetização e anos iniciais, nas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) e nos Polos de Atendimento aos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, dislexia, discalculia, dislalia, disortografia, entre outros).

De 2015 a 2021, atuei na Sala de Recursos Específica de Altas Habilidades/Superdotação em uma escola na periferia do DF, atendi estudantes com faixa etária de seis a 11 anos de idade. O trabalho era orientar e avaliar essas crianças em seus interesses e habilidades individuais. A frequência dos atendimentos ocorria com periodicidade semanal e em horário contrário ao da escola regular, com duração de quatro horas, realizando atividades que estimulavam o autoconhecimento, a inteligência emocional e a iniciação à pesquisa.

Mesmo com pouco acesso à cultura, por estarem numa comunidade com limitações de oferta de oportunidades às produções científicas e artísticas, os interesses dos estudantes sempre foram bem diferentes do esperado para a idade, como por exemplo: Astronomia, Biologia, Cálculo Mental, Robótica, Cultura e Língua estrangeiras, Jogos, Artesanato, Arqueologia e Literatura. Durante os atendimentos, os estudantes identificavam-se com seus pares e verbalizavam a vontade de que os encontros fossem mais frequentes, ou que as aulas de suas escolas fossem no mesmo formato pois, sentiam que suas necessidades acadêmicas ali eram supridas.

Como profissional da Sala de Recursos Específica de Altas Habilidades/Superdotação - AHSD, estive envolvida com o desenvolvimento do potencial desses estudantes. Existem muitas dificuldades nesse tipo de atendimento, devido a carência de estrutura física e falta de material apropriado, porém é reconfortante perceber que os estudantes se sentem acolhidos e aceitos. O atendimento oportuniza a essas crianças a possibilidade de serem vistos pelo que eles fazem de melhor, suplementando o que o ensino regular não consegue suprir.

Em 2019, houve uma frequente procura de pais, por ajuda em questões delicadas acontecidas nas escolas, como por exemplo: conflitos em sala de aula entre estudantes com AHSD e professores que não sabiam lidar com o perfil do estudante e a dificuldade em fazer adequação curricular para suprir as necessidades intelectuais desses estudantes.

A partir dessa demanda criei, juntamente com a psicóloga e a professora itinerante da equipe do Polo de Santa Maria, uma Roda de Conversa com Professores de estudantes que frequentavam a Turma Acadêmica AHSD, de anos iniciais. Foi um momento enriquecedor com aprendizados voltados para a identificação das Altas Habilidades de estudantes, a história e a legislação da Sala de Recursos, o referencial teórico de Joseph Renzulli, as características e os comportamentos de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação e construir estratégias para incluí-los na rotina escolar.

A partir desse evento, gerou-se uma demanda para que houvesse outras formações, pois, os professores acolheram de forma positiva as colocações e sugestões para realizar a inclusão dos estudantes em sala de aula regular e os pais perceberam uma melhoria nos conflitos antes existentes. Inferi que a formação de professores voltada para a identificação e adequações curriculares para Altas Habilidades/Superdotação seria uma das alternativas para que os estudantes percebessem a escola como um ambiente inclusivo e tivessem esse mesmo sentimento de pertencimento nas escolas regulares.

Ao trabalhar com crianças com AHSD, fui remetida à minha infância e passei a me identificar com as questões emocionais, acadêmicas e sociais que os estudantes vivenciavam na escola e em casa. Sempre fui de poucos amigos, não conversava muito e tinha certa dificuldade em conviver com crianças da mesma faixa etária que a minha.

Em meio a brincadeiras e brinquedos, também me interessava por telejornais, revistas como a "*National Geographic*", "*Veja*", "*Isto é*", e cruzadinhas que o meu pai sempre adquiria para nos incentivar. Era observadora, conseguia "ler" as pessoas e os ambientes que eu frequentava. Sofri *bullying*, sem nunca entender o porquê. Era a melhor aluna da sala, só tirava notas boas, fui representante de turma, tinha papel de destaque nas apresentações escolares, porém sempre me senti diferente.

Ao aprofundar os estudos do universo das Altas Habilidades/Superdotação passei a analisar alguns familiares e pude perceber o quanto esse mundo sempre



esteve perto de mim. Minha mãe, com esquizofrenia, demonstra até hoje uma alta capacidade acadêmica, mesmo sem ter finalizado o Ensino Médio e ter aversão às tecnologias. Meu pai, avançou algumas séries porque aprendeu a ler e escrever sozinho e sempre demonstrou habilidades acima da média na escrita. Meus irmãos também são autodidatas e se destacam em suas profissões. Minha filha de dezenove anos, foi avaliada, recentemente, com Altas Habilidades. Então percebi que, as habilidades familiares sempre fizeram parte do meu histórico e o meu olhar só modificou quando comecei a trabalhar nessa área.

Todos esses acontecimentos, despertaram em mim a vontade de colocar um sonho adormecido em prática: fazer o Mestrado, com o intuito de contribuir para a pesquisa na geração de políticas públicas na área da inclusão, especificamente, para estudantes com comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação. E, com isso, fazer conhecer no âmbito das escolas o universo dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, que por vezes passam despercebidos e têm seus talentos perdidos.

Enfim, ainda em meio à pandemia, onde estávamos isolados, confusos e angustiados com o futuro incerto, decidi focar a energia nos estudos. Me inscrevi como aluna especial do Mestrado, na disciplina “Seminário de Pesquisa”, com a Professora Cristina Leite, que enriqueceu e inovou o meu olhar e a minha escrita científica. Encorajei-me a participar da seleção do Mestrado Profissional da Faculdade da Educação da UnB, que para minha felicidade, fui aprovada. Iniciava-se assim, a formação de uma pesquisadora sedenta por conhecimento e superação.

Ainda não tínhamos a vacinação em massa, e, as aulas como aluna especial e como aluna regular, foram através do ensino remoto, por meio da plataforma da UnB. Cursei as disciplinas obrigatórias e algumas optativas nessa modalidade e, confesso que senti falta da presença, do contato físico, da troca de olhares e da leitura facial e corporal que fazemos em sala. Além disso, como professora, estava trabalhando remotamente também. E, nesse período, constatou-se que existe uma impossibilidade de se ter o mesmo desempenho quando comparado ao ensino presencial.

Percebeu-se que as tecnologias da informação e comunicação – TIC's alteram a relação de urgência e de ensino e aprendizagem na prática. O trabalho “invadiu” nossas casas e nos fez sentir improdutivos, por mais que nos dedicássemos aos novos desafios. Ficou difícil perceber a efetividade do trabalho docente, sem ter a

interação presencial com os estudantes como indicador da qualidade da aprendizagem.

Por uma questão humanitária nos disponibilizamos a atender os contatos dos estudantes independentemente de dia e horário, com a intenção de tentar suprir a comunicação mediada pelas tecnologias. Porém, houve uma sobrecarga pelo não limite do papel de professora, mãe, companheira, filha, estudante e pesquisadora. Preocupações e perdas impactaram a rotina das professoras mulheres que, socialmente, são criadas para serem a base na orientação da família e dos filhos.

Para as professoras pesquisadoras, como eu, houve um desdobramento de afazeres. Mariana (2020) relata que, decorrente da responsabilidade atribuída pelo patriarcado milenar, pelas atividades do trabalho domiciliar, as professoras mulheres tiveram que arcar com três turnos diários de trabalho e o sobretrabalho, que se define como “desregulamentação da carga horária do trabalho” (p.135). Não há como negar que a produtividade da profissional pesquisadora, mais uma vez, ficou prejudicada pelo contexto desigual da sociedade.

O trabalho docente consumiu especialmente as mulheres. Como nos lembra Forbes (1998), de que as horas destinadas ao trabalho impede a convivência com pessoas que se amam e o estimula ao ciclo do consumo. Vivenciamos a exploração do trabalho acima de qualquer situação humanitária. Para Mariana (2020), o sobretrabalho, a exaustão física e mental, o adoecimento e o aumento da desigualdade social foram características do ensino remoto no contexto da pandemia.

Nesse contexto pandêmico, se pôde refletir sobre o limite da dedicação ao trabalho. Do quanto de bens é preciso para viver confortavelmente, para que não se anule em prol do trabalho, sem qualidade de vida e sem poder usufruir do resultado dele. Forbes (1998) cita esse movimento como um projeto em que, mesmo que as escolas tenham professores críticos e conscientes, não conseguem lutar contra o controle das massas feito através de filmes, religião, televisão e redes sociais.

A consequência de todas essas questões econômicas, sociais, emocionais advindas do período da pandemia ainda estão sendo pesquisadas. Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE lançou, em parceria com a UnB, a pesquisa: Saúde Mental de Trabalhadores em Educação, a fim de investigar as relações entre trabalho e saúde dos trabalhadores, mapear os riscos psicossociais e propor políticas preventivas de saúde.

É necessário lapidar o nosso olhar em relação à definição de sociedade desenvolvida que nos é imposta. A luta pelos direitos das professoras, cidadãs e pesquisadoras é contínua. É preciso ocupar os espaços e ter as necessidades ouvidas e supridas por um estado que também é mantido por nós, mulheres, mas não, para nós, mulheres.

## INTRODUÇÃO

As grandes descobertas que mudaram o mundo, foram realizadas por pessoas com Altas Habilidades/Superdotação que desejavam deixar a sua contribuição para a sociedade. As autoras Virgolim e Konklewitz (2014) afirmam que a identificação dos talentos das pessoas dotadas contribui para a melhoria do desenvolvimento econômico e social de um país. A não identificação desses talentos na vida escolar causam prejuízos no âmbito individual e uma perda irreparável para a sociedade.

De acordo com o Censo da Educação Básica 2022 – Notas Estatísticas, foram registradas 47,4 milhões de matrículas nas escolas públicas e privadas de Educação Básica. Desses, 1,5 milhão são estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas Habilidades, matriculados em classes comuns ou especiais exclusivas. Nos anos iniciais foram registradas 538.843 novas matrículas (Brasil, 2023).

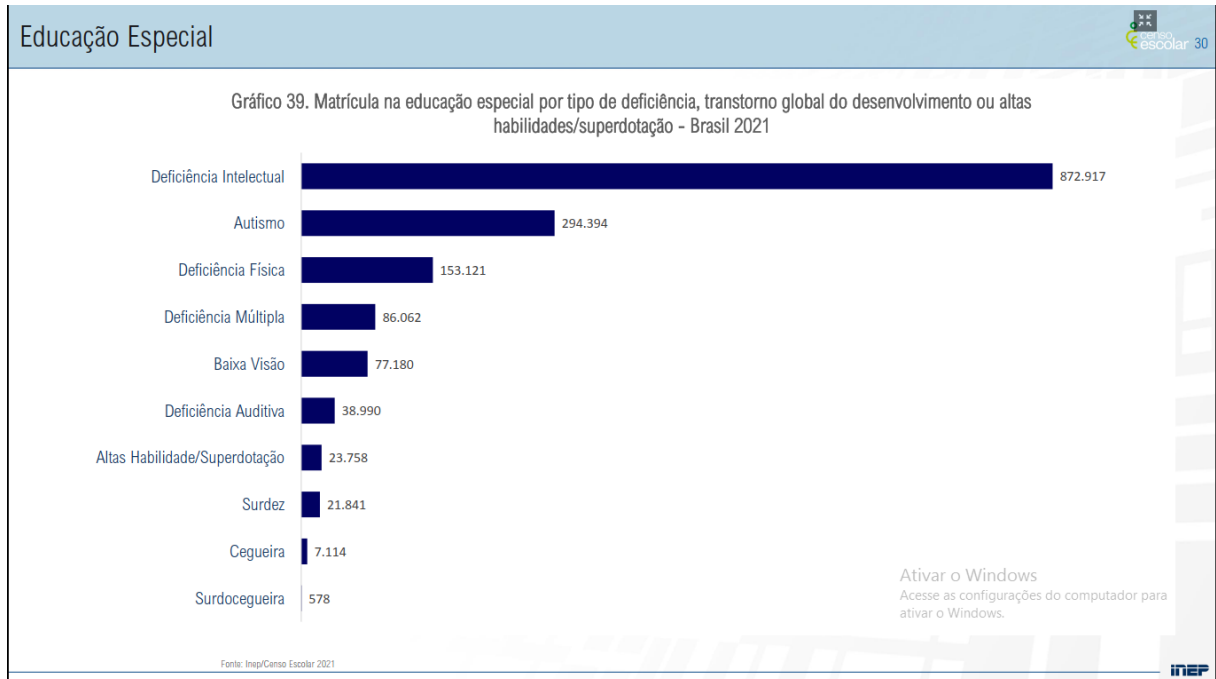
Os resultados do Censo Escolar 2022, registraram 38.382.028 como a quantidade total de estudantes matriculados nas escolas públicas de Educação Básica, nas áreas rural e urbana do país. Com um total de 1.263.622 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas Habilidades em classes comuns, e 38.339 de estudantes em classes especiais exclusivas. Não foi especificado a condição dos estudantes da Educação Especial, dificultando assim, saber a quantidade real de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (Brasil, 2023).

Os Resultados do Distrito Federal - Censo Escolar da Educação Básica 2022, registraram 414.554 matrículas nas áreas rural e urbana de escolas públicas do Distrito Federal. O número de matrículas na Educação Especial foi de 15.296. A quantidade abrange alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas Habilidades, o equivalente a 0,27% do total de matrículas (Brasil, 2023).

No Censo Escolar de 2021, apenas 23.758 foram cadastrados como superdotados no Ministério da Educação. Comparado à quantidade de estudantes matriculados na Educação Básica, pode-se observar que há uma subnotificação no número real de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Essa informação não foi divulgada no Censo Escolar 2022. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que, no mínimo, de 3 a 5% da população mundial possui comportamentos

de Altas Habilidades/Superdotação. Transferindo essa estimativa para a quantidade de estudantes matriculados na rede pública, o previsto seria em torno de 1,1 milhões.

Figura 1: Matrícula na Educação Especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação – Brasil 2021



Fonte: Inep, Censo Escolar (2021).

O professor da escola regular possui um importante papel na identificação dos comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação e na implementação das adequações curriculares necessárias para fazer a inclusão desse estudante. Porém, existem ainda mitos construídos sobre as características acadêmicas, comportamentais e psicoemocionais do que é ser uma criança com Altas Habilidades/Superdotação, o que dificulta a rotina escolar desses estudantes.

No sistema educacional brasileiro, a escola regular é aquela que segue a padronização, com divisão de turmas por níveis de ensino e faixa etária estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). No aspecto da inclusão educacional, as escolas regulares são escolas inclusivas, e precisam se adequar ao público da Educação Especial, que são os estudantes com deficiências, autismo e Altas Habilidades/Superdotação.

O profissional que convive com pessoas habilitadas nos primeiros anos do seu desenvolvimento escolar, são os professores. O desconhecimento e a falta de um

olhar sensível para identificar comportamentos característicos de Altas Habilidades/Superdotação, pode levar esses estudantes a se tornarem desmotivados, estressados ou com comportamentos inadequados. Isso pode acarretar situações de notas baixas, abandono escolar e até reprovações.

Como afirmam Virgolim e Konklewitz (2014, p. 14) “...em virtude do fato de o professor conviver com o discente uma parte considerável do dia, ele deve ser orientado sobre as possíveis maneiras de identificar potenciais nos alunos.” Então, capacitar os professores para identificar e mapear os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação é uma forma de desenvolver seus interesses e, fazer com que os talentos específicos sejam utilizados no desenvolvimento da sociedade, se assim o desejarem.

Estar atento às oportunidades de incentivo à aprendizagem deve ser rotina em sala de aula. É intrínseco do profissional da área de educação perceber as possibilidades existentes nas escolas. “Percorrer este caminho é uma luta que professores e formadores têm de travar, sabendo que a profissionalidade docente é algo que nos compromete com a qualidade dos processos de aprendizagem dos alunos” (Machado, 2016, p. 302).

Para Bahiense e Rossetti (2014, p. 197) é “necessária uma formação adequada para que o professor saiba identificar o aluno com AHSD de forma correta, sem preconceções pautadas em mitos a respeito dele. Assim, o atendimento a este estudante poderá ser realizado da melhor forma”. Com isso, a formação é um dos meios para que esses mitos envolvidos do que é ser uma criança com Altas Habilidades/Superdotação, sejam revistos.

Nesse sentido, a questão principal que norteará a pesquisa é: - Os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental possuem competências para identificar e incluir estudantes com Altas Habilidades/Superdotação em sala de aula regular? Como questões secundárias, deseja-se saber: Que conhecimentos os professores têm sobre AHSD? E, quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para a identificação e inclusão desses estudantes?

Diante do exposto, essa dissertação tem como principal objetivo analisar a prática docente na identificação e inclusão de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula regular nos anos iniciais, em uma escola urbana da periferia do Distrito Federal. Em termos mais específicos, o objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos:

- a) investigar sobre a formação continuada dos docentes e quais os critérios e estratégias utilizadas para a inclusão dos estudantes em sala de aula regular e a indicação à Sala de Recursos Específica de AHSD;
- b) elaborar uma cartilha digital, com orientações para os docentes, acerca da identificação, inclusão e direitos escolares dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.

A seguir, apresenta-se o Quadro de Coerência da Pesquisa para melhor visualização dos objetivos e metodologias utilizadas para alcançá-los.

Quadro 1 - Quadro de Coerência da Pesquisa

<b>Tema da pesquisa</b>		
<b>A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO</b>		
<b>Questão geral</b>		
Os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental possuem competências para identificar e incluir estudantes com Altas Habilidades/Superdotação em sala de aula regular?		
<b>Objetivo geral</b>		
Analisar a prática docente na identificação e inclusão de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula regular nos anos iniciais, em uma escola urbana da periferia do Distrito Federal.		
<b>Questões secundárias</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metodologia</b>
Quais conhecimentos os professores têm sobre AHSD?	Investigar sobre a formação continuada dos docentes e quais os critérios e estratégias utilizadas para a inclusão dos estudantes em sala de aula regular e a indicação à Sala de Recursos Específica de AHSD;	- Questionário estruturado, com o uso do <i>Google Forms</i> , aplicado aos professores da escola pesquisada. - Análise das questões respondidas a partir dos gráficos gerados.
Quais as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para a identificação e inclusão dos estudantes com AHSD?	Elaborar uma cartilha digital, com orientações para os docentes, acerca da identificação, inclusão e direitos escolares dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.	Produção de material digital (ebook / cartilha) com as principais dúvidas dos educadores acerca da identificação e inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula, para contribuir na formação continuada de professores.

Fonte: Elaboração própria (2022).

O Modelo de Enriquecimento Escolar proposto por Joseph Renzulli é uma das formas de instrumentalizar o docente para o atendimento em sala de aula. Por meio da aplicação do enriquecimento, o professor consegue identificar e desenvolver talentos, através da oferta de um currículo diferenciado que estimule o conhecimento acadêmico e o crescimento pessoal (Chagas; Pinto; Pereira, 2007).



Fazer conhecer as características destes estudantes e, assim retirá-los da invisibilidade, identificá-los, incentivar seus talentos e habilidades é uma forma de promover o desenvolvimento educacional, tecnológico e cultural do país. Para que haja uma inclusão efetiva, é preciso compreender a especificidade desses estudantes, adaptar e enriquecer o currículo para tornar as aulas desafiadoras e adequadas para esse público.

A Lei nº 13.146/15, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no Capítulo IV – Do Direito à Educação, os artigos 27 e 28 asseguram a todos os estudantes o acesso ao aprendizado durante a vida acadêmica e o desenvolvimento das potencialidades, de acordo com as habilidades e interesses de cada um:

**Art. 27.** A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

**Art. 28.** Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena [...] (Brasil, 2015, p. 9).

A presente pesquisa será constituída de quatro capítulos. No início há uma apresentação da pesquisadora, a justificativa, a formulação do problema da pesquisa e os objetivos geral e específicos.

No primeiro capítulo é apresentada a Revisão de Literatura, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde se aborda o histórico das políticas públicas da Educação Inclusiva, com foco na área de Altas Habilidades/Superdotação, a identificação dos comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação e o perfil desejado dos professores que trabalham com estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, de forma a garantir o sucesso escolar para esses estudantes.

O segundo capítulo é dedicado à metodologia, sendo apresentada a contextualização das Salas de Recursos de AHSD do DF, da instituição educacional pesquisada, a caracterização dos instrumentos e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Como instrumento de coleta, foi utilizado um questionário estruturado para investigar sobre a formação dos docentes e, quais estratégias têm sido utilizadas para a inclusão dos estudantes em sala de aula.

No terceiro capítulo são descritos a análise de dados e discussões dos resultados da pesquisa. No quarto capítulo são apresentadas as considerações finais e, por fim, o produto técnico educacional digital (e-book) com orientações sobre a identificação, inclusão e direitos dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula, para contribuir e instrumentalizar a capacitação de professores a respeito dos estudantes com comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação.

## CAPÍTULO I

### POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este capítulo apresenta uma contextualização que permite a fundamentação da pesquisa. É apresentado, brevemente, um histórico sobre a Educação Inclusiva no cenário mundial e brasileiro com algumas análises da legislação e, mais especificamente, do Distrito Federal. A temática de Altas Habilidades/Superdotação é abordada no que se refere aos conceitos, o perfil de professores e as estratégias disponíveis para atender esse público. Para tanto, os autores Mantoan (2003), Virgolim (2007) (2014), Guenther (2012), Renzulli (2004), Tentes (2007), Delou (2022) são a referência teórica em Educação Inclusiva, Altas Habilidades/Superdotação, assim como outros autores que contribuem para a reflexão sobre a política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

#### **1.1 Políticas Públicas na Educação Inclusiva – Altas Habilidades/Superdotação (AHSD)**

Mantoan (2003) questiona e nos faz refletir se, as políticas educacionais de inclusão consideram as diferenças manifestadas pelos estudantes e se essas políticas públicas são vetores de transformação. Reconhecer essas diferenças é primordial para que haja mudanças e desenvolvimento no ambiente escolar. A tolerância e o respeito devem estar além do sentimento de superioridade e da simples aceitação das diferenças. Existe uma riqueza na diversidade. É preciso perceber que o diferente ensina sobre a superação das limitações individuais, transforma, tira do lugar comum.

Para Faveri e Heinzle (2019) os estudos iniciais sobre Superdotação se deram no início do século XIX, nos Estados Unidos, voltados especificamente para estudantes da educação superior. Com base nas informações de seus estudos, segue um quadro com a linha histórica dos marcos da Educação Especial (AHSD) em outros países:

Quadro 2 - Linha do tempo da Educação Especial no mundo

<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>FATO</b>
Séc VII	China	As crianças prodígio eram enviadas para a corte.
Sécs XVII a XIX	Japão	As crianças samurai recebiam uma formação especial baseada nos ensinamentos de Confúcio, artes maciais, história, composição, caligrafia, moral e etiqueta.
1901	Worcester, Massachusetts	Foi criada a primeira escola especial para superdotados.
1905	França	Os psicólogos franceses Alfred Binet e Théodore Simon elaboraram escalas de avaliação.
1910	Iugoslávia	Início dos estudos na área da Superdotação.
1912	Alemanha	Wilhelm Stern, psicólogo alemão, desenvolveu um cálculo matemático para medir o Quociente de Inteligência (QI).
1915	Romênia	Início dos estudos na área da Superdotação.
1916	Estados Unidos	O psicólogo Lewis Madison Terman, junto com estudiosos da Universidade de Stanford criaram novos padrões de escala, a Escala de Inteligência Stanford-Binet.
1916	Los Angeles, Califórnia, e em Cincinnati, Ohio	Criadas as primeiras classes específicas para alunos superdotados.
1920	Estados Unidos e Europa	Iniciou a aplicação de testes com objetivos educacionais.
1921	Holanda	Interesse por estudantes com inteligência superior.
1936	Espanha	Início dos estudos na área da Superdotação.
1922	Nova York e em Cleveland, Ohio	Classes específicas para alunos superdotados.
1948	Estados Unidos	Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU).
1950	Estados Unidos	Reformulação de currículos, surgimento de novos programas e estratégias para o treinamento de professores.
1957	Estados Unidos	Foco em estudantes superdotados para tornarem-se cientistas, matemáticos, físicos e pesquisadores.
1960	Inglaterra	Testes de aptidão e a educação diferenciada para os estudantes superdotados começaram a ser abolidos.
1966	Filipinas	Criado o programa de Formação de Professores para Superdotados no Departamento de Educação da Universidade.
1969	Canadá	Leis e regulamentações para a educação dos superdotados.
1970	Estados Unidos	Leis sobre a obrigatoriedade dos estados quanto à oferta de Educação Especial para estudantes superdotados.
1971	Estados Unidos	Marland definiu crianças superdotadas como as que possuem potencial nas áreas: habilidade intelectual, aptidão acadêmica, pensamento criativo, liderança, artes visuais ou cênicas e/ou habilidade psicomotora.
1980	Inglaterra	Surgiram os programas de enriquecimento em sala de aula.
1985	Coreia	Primeira Escola Superior de Ciências.
1987	Estados Unidos	Criado o Centro Nacional de Pesquisa sobre Superdotados, com verbas para projetos de treinamento e atendimento.
1989	Nova York	Convenção sobre os Direitos das Crianças.
	Tailândia	Declaração Mundial de Educação para Todos.

ANO	LOCAL	FATO
1990		Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.
1994	Espanha	Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade. Declaração de Salamanca: trata dos princípios, política e prática em Educação Especial.
1998	Estados Unidos	<i>Gifted and Talented Students Education Act</i> (Lei para a Educação de Estudantes Superdotados e Talentosos), previa uma canalização de recursos para os estados americanos.
1999	Guatemala	Convenção da Guatemala: para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.
2000	Dakar, Senegal	Cúpula Mundial de Educação, sob o tema “Educação Para Todos Atingindo Nossos Compromissos Coletivos”.
2006	Estados Unidos	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU).
2014	Estados Unidos	Definição de novo conceito pela <i>National Society for the Gifted and Talented</i> para estudantes superdotados: “Crianças e jovens com talento excepcional que atingem ou mostram o potencial para atingir altos e notáveis níveis de realizações quando comparados com outros da sua idade, experiência ou ambiente.
2015	Coreia do Sul	Fórum Mundial de Educação - Declaração de Incheon - Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos
2020	França	Relatório de monitoramento global da educação - Inclusão e Educação: todos, sem exceção

Fonte: Elaboração própria (2023).

Algumas pesquisas (Simonetti, 2011), (Fraga e Freitas, 2016) trazem uma outra perspectiva na forma de avaliar e atender crianças, jovens e adultos com comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação, diferentemente do que era atribuído no passado. Conceitos relacionados à inteligência, aprendizagem e Superdotação estão sendo pesquisados e disseminados na comunidade acadêmica, com o intuito de refletir e discutir sobre novas possibilidades de identificar/avaliar pessoas com AHSD e assim poder instrumentalizar as políticas públicas na área da inclusão.

Políticas públicas educacional<sup>1</sup> dizem respeito às ações, normas e documentos que estão diretamente relacionadas às instituições de educação. Nessa pesquisa,

<sup>1</sup> Souza (2006), cita dois autores para definir Política Pública: “Peters (1986), segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. [...] A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. (p. 24)

foram analisados documentos de âmbito nacional e distrital, especificamente na área de Educação Especial, Altas Habilidades/Superdotação. Sabe-se que as especificidades dos grupos de indivíduos dependem de propostas inclusivas que garantam o acesso à educação de qualidade.

A formulação de políticas tem influência de vários fatores, Mainardes (2018) traz o conceito do ciclo de políticas, proposta por Stephen J. Ball, em que há um ciclo contínuo formado por três contextos principais, onde estes estão inter-relacionados, porém não são lineares, não possuem uma sequência e tempo definidos. Os contextos de influência, da produção de texto e da prática apresentam locais e grupos de interesse específicos que envolvem disputas e embates.

As ideias de Ball, incluindo a abordagem do ciclo de políticas, inscrevem-se no contexto da *policy Sociology* (sociologia das políticas educacionais), ou seja, o uso de teorias e métodos da sociologia para a análise de políticas. De modo geral, a sociologia das políticas pressupõe uma análise crítica das políticas (desde a sua formulação, produção do texto, atuação na prática, resultados e consequências); a necessidade de levar em consideração as consequências das políticas para classes sociais distintas; a importância de explicitar um conceito de política e de política educacional; bem como explicitar questões relacionadas ao Estado e seu papel na oferta educacional em geral e da política investigada, de modo mais específico (Mainardes, 2018, p. 10).

O quarto e quinto contextos são o contexto dos resultados ou efeitos, voltado para as questões igualitárias, de justiça e liberdade, e, o contexto da estratégia política que analisa as atividades sociais e políticas que geram as desigualdades pela política investigada. O contexto da prática se relaciona com o contexto dos resultados, e o contexto das estratégias políticas está relacionado com o contexto de influência. A partir da abordagem do ciclo de políticas “as políticas não são meramente implementadas, mas sujeitas a processos de recontextualização, recriação” (Mainardes, 2018, p. 4).

As políticas públicas da Educação Inclusiva oferecem ferramentas voltadas para o movimento de inclusão dos estudantes no sistema educacional com algum tipo de deficiência, autismo e/ou comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação. O bom andamento da educação de um país depende das ações governamentais escolhidas para serem realizadas num período determinado.

Existem alguns documentos de maior relevância para a inclusão escolar e outros que foram revogados no decorrer do tempo. Mantoan (2003) defende a legitimidade da inclusão:

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (p. 30).

Antes, as pessoas com deficiência eram vistas somente por suas limitações médicas diagnósticas. Ao se ampliar a visão, pode-se perceber aspectos políticos e sociais que envolvem as pessoas que não são consideradas dentro do padrão para a sociedade. Passa-se a questionar então, como os ambientes sociais são excludentes, não estão adaptados e adequados para que essas pessoas diferentes sejam e sintam-se incluídas.

A concepção do modelo social de deficiência, o reconhecimento da deficiência como categoria política pelos movimentos sociais e pela ONU e a ascensão do paradigma da inclusão social influenciam o processo de elaboração e de implementação das políticas educacionais brasileiras, que passam a orientar os entes federados para a organização de sistemas educacionais inclusivos. Esta perspectiva repercute em estratégias para universalização do direito à educação de qualidade para todos/as, pautadas nos princípios de reconhecimento das diferenças e respeito à diversidade (Zardo, 2017, p. 6).

No Brasil, as iniciativas de políticas públicas voltadas para a Educação Especial datam do século XIX, com a criação de instituições ditas inclusivas para a época, mas que hoje seriam consideradas segregadoras. Essas instituições definiam os estudantes como normais ou anormais de acordo com diagnósticos, baseados em testes psicométricos que constatassem a deficiência dos alunos. Apresenta-se a seguir uma breve linha do tempo da Educação Especial no Brasil.

Quadro 3 - Linha do tempo da Educação Especial no Brasil

<b>ANO</b>	<b>FATO</b>
1854	Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC).
1857	Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).
1926	Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental.
1945	Criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com Superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.
1954	Fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).
1961	O atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº.4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.
1971	Lei nº 5.692/71, altera a LDB de 1961, prevê um ‘tratamento especial’ para os estudantes com deficiências, os que estão com distorção idade-série e os superdotados. Porém, não define como será o tratamento especial na prática escolar inclusiva.
1973	É criado no Ministério da Educação (MEC), o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)
1978	É criada a Associação Brasileira para Superdotados
1988	Constituição Federal estabelece: Artigo 206, inciso I: “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e Artigo 208: dever do Estado, mediante a garantia da oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
1989	Lei nº 7.853: dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos.
1994	Política Nacional de Educação Especial - mantém a responsabilidade da educação dos estudantes especiais, exclusivamente no âmbito da Educação Especial.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB - Lei nº 9.394/96. Art. 24, inciso V: “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”. Artigo 59: os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Artigo 37: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. ”
1999	Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
2000	Lei nº 10.048: dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2000	Lei nº 10.098: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2001	Primeiro Plano Nacional de Educação 2001-2010.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2, artigo 2º: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais.



<b>ANO</b>	<b>FATO</b>
2002	Resolução CNE/CP nº 1: define que as instituições de ensino superior devem prever no currículo formação docente voltada para a diversidade e conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
2002	Lei nº 10.436: reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como meio legal de comunicação e expressão.
2002	Portaria nº 2.678: aprova normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.
2003	Programa Educação Inclusiva - MEC: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.
2004	Ministério Público Federal divulga o documento: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.
2004	Decreto nº 5.296 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00: promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida – implementação do Programa Brasil Acessível.
2005	Decreto nº 5.626, regulamentou a Lei nº 10.436/2002: inclusão dos alunos surdos.
2005	Implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal: formados centros de referência para o atendimento educacional especializado aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, a orientação às famílias e a formação continuada docente.
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU).
2006	Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
2007	Decreto nº 6.094: a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE).
2008	Decreto nº 6.571: dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9.394/96 (revogado pelo Decreto nº 7.611 de 2011).
2009	Decreto nº 6.949: promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU (2006), que estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino.
2009	Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009: institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
2011	Decreto nº 7.611: dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
2013	Lei nº 12.796: altera a Lei nº 9.394/96, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Foi a Lei que introduziu a terminologia “Altas Habilidades ou Superdotação” na LDB.
2014	Lei nº 5.372: garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com Altas Habilidades/Superdotação e dá outras providências.
2014	MEC Nota Técnica 04/2014: orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Censo Escolar.

<b>ANO</b>	<b>FATO</b>
2014	Lei nº 13.005: aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, e define em sua “meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado [...]”
2015	Lei nº 13.234: altera a Lei nº 9.394/96, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com “Altas Habilidades ou Superdotação”.
2015	Decreto nº 36.461: regulamenta a Lei nº 5.372/2014, que garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com Altas Habilidades/Superdotação na rede pública do Distrito Federal.
2015	Lei nº 13.146: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
2020	Decreto nº 10.502 (revogado pelo Decreto 11.370 de 01 de janeiro de 2023): instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
2021	Lei nº 14.191: altera a Lei nº 9.394/96 (LDB da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Introduce a categoria surdos com Altas Habilidades/Superdotação.
2022	Conselho Nacional de Educação abre consulta pública sobre proposta de diretriz específica para o atendimento de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.
2023	Decreto nº 11.370: revogou o Decreto 10.502/20 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Fonte: Elaboração própria (2023).

No quadro da Linha do Tempo da Educação Especial no Brasil, pode-se perceber a mudança da visão das políticas públicas voltadas para a Educação Especial no país, especialmente na área de Altas Habilidades/Superdotação. Para Virgolim (2007), o desenvolvimento de talentos deve ser responsabilidade da família, da escola e da sociedade. É preciso que haja a criação de políticas que reconheçam e estimulem os talentos humanos nas diversas áreas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, divide a educação em dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Básica é formada por três etapas: a Educação Infantil (de zero a cinco anos e 11 meses), o Ensino Fundamental (de seis a 14 anos) e o Ensino Médio (de 15 a 17 anos). Existem na Educação Básica modalidades de ensino específicas: a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial, Educação Bilíngue para surdos, Educação a Distância, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação Rural e do Campo.

A Educação envolve diversos atores. Em nível local, tem-se os estudantes, famílias, servidores, professores e diretores. Numa visão global, há as Secretarias de Educação e órgãos responsáveis pelo setor educacional nas Unidades da Federação.

As questões, como a estrutura física, o currículo e a formação de professores compõem a totalidade para o funcionamento de uma escola e precisam ser pensadas para suprir as necessidades da comunidade local.

Por trás de toda e qualquer política pública há uma intencionalidade governamental nas ações desenvolvidas. As disposições e os procedimentos revelam a orientação política do estado e dos atores que compõem os Poderes decisórios de um determinado governo. Como afirma Muller, (2018, p. 14) “o objetivo das políticas públicas é em todos os casos, gerenciar os desequilíbrios provenientes da setorização, e por consequência, da complexidade das sociedades modernas”.

Há vários setores na sociedade, e cada setor possui características e necessidades específicas, onde as políticas públicas vêm para suprir as lacunas de cada grupo. Abrucio (2010) afirma que, para que exista um sistema de educação, é preciso que haja uma rede de órgãos, instituições escolares, leis educacionais com uma finalidade e base comuns. Esses elementos formam um conjunto organizado, sob um ordenamento e a figura de um direito, com uma finalidade específica.

A “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” diz respeito ao acesso às escolas sem excluir qualquer criança ou adolescente em idade escolar, independentemente de sua condição física ou mental (Brasil, 2011, p. 1). A diretriz “aprendizado ao longo de toda a vida” garante o acesso ao conhecimento sistematizado durante a vida escolar dos estudantes.

O atendimento aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação no Brasil, teve início com as ações da psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, que voltou o seu olhar para os estudantes que se destacavam academicamente, denominando-os de bem-dotados. Em 1945 criou o Instituto Pestalozzi do Brasil, onde fazia atendimento para estudantes superdotados. A partir do Instituto foi criado a Sociedade Pestalozzi, onde aconteceram os seminários sobre a Educação dos Superdotados (Gama, 2006).

Nos anos 90, a Declaração Mundial sobre Educação para todos, trouxe reflexões para a inclusão voltadas para o direito que toda pessoa tinha à Educação. A ideia de educação igualitária estava voltada para que todos tivessem acesso ao conhecimento, de ser alfabetizado e de frequentar uma escola. A escola obteve um papel social, englobando questões sociais, culturais e econômicas como fatores que influenciam o bom desenvolvimento intelectual do cidadão (Santos; Lockmann, 2022).

A Política Nacional de Educação Especial de 94, designou como alunado da Educação Especial portadores<sup>2</sup> de deficiência auditiva, física, mental, múltipla e/ou visual, de condutas típicas e de Altas Habilidades. Essa política pública trouxe uma nova perspectiva sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas na escola regular, porém aqueles que não se adaptavam ao currículo, no mesmo ritmo dos outros estudantes, eram designados para as escolas especiais, para desenvolverem suas especificidades. Santos e Lockmann (2022) denominam esse processo de “individualização institucional por separação” (p. 8).

Zardo (2019) diferencia a Educação Inclusiva e a Especial, onde a primeira está voltada ao respeito às diferenças e ao direito à educação para todas as pessoas em âmbito mundial. E a Educação Especial é uma modalidade dentro do sistema de ensino, em que tem o dever de ofertar aos estudantes com necessidades educacionais específicas, o atendimento educacional especializado (AEE) e os recursos pedagógicos e arquitetônicos adequados, a fim de oportunizar a acessibilidade desses estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 96, em seu artigo 9º, faz referência à necessidade de atendimento especial não somente aos estudantes com deficiências físicas e mentais, mas também ao indivíduo com habilidades superiores. A legislação nacional da educação garante o direito à inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, por meio do tratamento diferenciado, para atender as suas especificidades, como o agrupamento, aceleração, enriquecimento escolar e adequação curricular.

Descrevo no quadro “Direitos dos estudantes com AHSD no Brasil”, os direitos assegurados aos estudantes, contendo a descrição da legislação e o recorte do texto integral da lei, que devem ser utilizados como garantia das estratégias escolares para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.

---

<sup>2</sup> O termo “portador” não deve ser mais utilizado. O correto é usar “pessoa com deficiência” ou abreviado “PcD”, termo foi adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) em 2006.

Quadro 4 - Direitos dos estudantes com AHSD no Brasil

Direito	Legislação	Recorte da lei
PLANO DE ESTUDOS COMPACTADO OU ABREVIADO	LDB/96 Art. 23	Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
ACELERAÇÃO	LDB/96 Art. 24, inciso II, alínea c;  Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)	II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: [...] c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.  Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Educação: II – expedir normas para: a) adequação curricular, inclusão educacional, enriquecimento curricular e aceleração de ensino.
PROGRESSÃO PARCIAL (aceleração de matérias)	LDB/96 Art. 24, inciso III	III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
CLASSES COMBINADAS, MULTISSERIADAS	LDB/96 Art. 24, inciso IV	IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares
AVANÇO CONTÍNUO	LDB/96 Art. 24, inciso V, alínea a, b, c	V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.

Direito	Legislação	Recorte da lei
ACELERAÇÃO UNIVERSITÁRIA	LDB/96 Art. 47, § 2º	§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.
ADEQUAÇÃO CURRICULAR	LDB/96 Art. 59, inciso I  Decreto 7.611/2011, Art. 1º, inciso VI  Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)  Decreto nº 36.461/2015, Art. 2º, §3º (DF)	Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com [...] Altas Habilidades/Superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;  VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;  Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Educação: II – expedir normas para: c) adequação curricular, inclusão educacional, enriquecimento curricular e aceleração de ensino.  Art. 3º O atendimento educacional especializado aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, na perspectiva da inclusão, se inicia na educação infantil, estendendo-se por toda a vida escolar, de acordo com as necessidades dos estudantes.  §3º Deve-se observar os seguintes parâmetros para a operacionalização do AEE em Altas Habilidades/Superdotação: II – adequação dos espaços físicos, dos materiais pedagógicos e dos equipamentos; [...] IV – metodologias específicas.
CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MENOR TEMPO	LDB/96 Art. 59, inciso II	Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com [...] Altas Habilidades/Superdotação: [...] II – terminalidade específica para aqueles [...] a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Direito	Legislação	Recorte da lei
DIREITO DE SER ATENDIDO POR PROFESSORES ESPECIALIZADOS E CAPACITADOS	LDB/96 Art. 59, inciso III  Decreto nº 36.461/2015, Art. 3º (DF)	Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com [...] Altas Habilidades/Superdotação: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;  Art. 3º A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), ofertará formação continuada aos profissionais da educação para atendimento aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.
SUPLEMENTAÇÃO / ENRIQUECIMENTO ESCOLAR	Decreto 7.611/2011, Art. 2º, § 1º  Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)  Decreto nº 36.461/2015, Art. 5º, §2º (DF)	§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o <b>caput</b> serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: [...] II - suplementar a formação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.  Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Educação: II – expedir normas para: c) adequação curricular, inclusão educacional, enriquecimento curricular e aceleração de ensino.  §2º O enriquecimento curricular é um procedimento metodológico suplementar, que deverá ocorrer durante todo o processo de escolarização do estudante, para atender às necessidades gerais e específicas de suas aprendizagens.
PRESENÇA DE PSICÓLOGOS EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO AEE	Decreto nº 36.461/2015, Art. 2º, §3º (DF)	Art. 2º O atendimento educacional especializado aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, na perspectiva da inclusão, se inicia na educação infantil, estendendo-se por toda a vida escolar, de acordo com as necessidades dos estudantes. §3º Deve-se observar os seguintes parâmetros para a operacionalização do AEE em Altas Habilidades/Superdotação: III – formação específica dos professores na área e a presença de psicólogos;

<b>Direito</b>	<b>Legislação</b>	<b>Recorte da lei</b>
ATENDIMENTO NA REDE PÚBLICA AOS ALUNOS COM AHSD DA REDE PARTICULAR DE ENSINO	Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)	Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Educação: II – expedir normas para: d) oferta de ensino, na rede pública de ensino, a alunos com Altas Habilidades e Superdotação da rede particular de ensino. [...] não pode ser superior a 30% do número de alunos da rede pública de ensino.
CADASTRO NACIONAL DE ESTUDANTES COM AHSD E REGISTRO NO CENSO ESCOLAR	Lei 13.234/2015, Art. 59-A  Decreto nº 36.461/2015, Art. 4º, §3º (DF)	Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com Altas Habilidades/Superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.  §2º Após efetivado o estudante no AEE, o procedimento deve ser registrado na escrituração escolar e indicado no Censo Escolar, e uma cópia do relatório deve ser encaminhada à gestão regional e central da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para compor bancos de dados.
FAZER PARTE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA	Decreto nº 36.461/2015, Art. 5º (DF)	Art. 5º A escolarização dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, bem como o atendimento educacional especializado deverão constar no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, objetivando o processo de inclusão educacional e descrevendo as adequações, o enriquecimento curricular e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries/anos mediante verificação da aprendizagem e desempenho escolar.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Pela legislação brasileira há a garantia de direitos voltados para a Educação Inclusiva. Pode-se constatar pelo Quadro 4: Direitos dos estudantes com AHSD no Brasil, que existem um amparo legislativo que garante direitos escolares para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, mas o desconhecimento por parte da comunidade escolar, inviabiliza a aplicabilidade na prática. Nesse sentido, apresenta-se ainda desafios a serem superados no contexto escolar para que a inclusão seja realizada de forma efetiva, tanto nas questões organizacionais quanto nas pedagógicas. Como afirma Santos (2020, p. 58):



Essencial ressaltar que existe um hiato entre o que está disposto nas leis, sejam elas internacionais ou nacionais, e o que de fato acontece em termos de inclusão e garantia de direitos no cotidiano de TODAS as pessoas, inclusive no contexto escolar, pois inúmeros são os obstáculos, sociais, psicológicos, arquitetônicos, educacionais, entre outros enfrentados de modo diário.

Para garantir a inclusão dos estudantes nas instituições educacionais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001, no artigo 2º, determinam que cabe às escolas se organizarem para matricular, atender e incluir os estudantes com necessidades educacionais específicas, inclusive os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, assegurando uma educação de qualidade.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEE), traz uma concepção de Educação Inclusiva baseada nos direitos humanos que tem como valores a igualdade e a diferença, onde a escola tem a função social de superar a exclusão e combater as práticas discriminatórias. Nesse sentido, as especificidades de cada estudante precisam ser pensadas e atendidas através de uma mudança de paradigma estrutural e cultural do ambiente escolar.

A PNEE de 2008 tem embasamento legal na Constituição Federal de 1988 em um dos objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). No artigo 205 que trata “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim como no artigo 206, inciso I, que estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (p. 7).

Por meio da PNEE de 2008 foi assegurado a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, pela maximização do olhar através de ações voltadas para a inclusão, tais como:

- orientação aos sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular;
- transversalidade da modalidade de Educação Especial, da educação infantil à educação superior;
- oferta do atendimento educacional especializado;
- formação de professores para o atendimento educacional especializado;

- participação da família e da comunidade;
- acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação e,
- articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O Decreto nº 7.611 de 2011, dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado e define o AEE como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”. (Brasil, 2011, p. 1). Os estudantes possuem o direito à adequação curricular individual com adaptações complementares ou suplementares, de acordo com a necessidade individual. Como forma de efetivar o dever do Estado, destacam-se algumas diretrizes:

- garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação e,
- adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas (Brasil, 2011, p. 1).

No art. 5º, § 3º, o Decreto descreve a estrutura física da Sala de Recursos: “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2011, p. 2). Porém, hoje, a maioria das Salas de Recursos não possuem equipamentos e mobiliários adequados. E, muitas vezes, o material pedagógico utilizado é parte do acervo pessoal do profissional responsável.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 foi pensado a partir de uma exigência do art. 214 da Constituição Federal de 1988, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, onde descreve que:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Na área de Educação Inclusiva, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação – 2014-2024, preconiza atender os estudantes com Altas Habilidades em sua especificidade e área de interesse:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (2014, p. 54).

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE), considera como estudantes com Altas Habilidades/Superdotação os que apresentam habilidades acima da média em várias áreas de conhecimento. Essas habilidades podem ser nas áreas acadêmica, artística, psicomotora, liderança, de forma isolada ou combinadas. Os estudantes também podem apresentar elevado grau de produtividade criativa e serem comprometidos com o que fazem (2008).

Na PNEE, é descrito os serviços e recursos da Educação Especial. No caso, para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, existem o Centro de Atividades para Altas Habilidades/Superdotação (CAAHS) - antigo NAAHS. Esse Centro de Atividades é um espaço público destinado à oferta do Serviço de Atendimento Educacional Especializado para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, onde há a identificação das áreas de domínio ou talentos dos estudantes.

São ofertados também, programas de enriquecimento de talentos, de criatividade, de habilidades socioemocionais, de liderança, de autoconhecimento, de desenvolvimento de projetos e orientações para a aceleração de estudos, para aqueles que assim, necessitarem.

Outro direito dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, previsto no PNEE, é a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI). Este instrumento permite ao professor traçar estratégias pedagógicas individuais para o estudante. Essas estratégias podem ser, desde planejamentos das adaptações nos currículos até planos para a aceleração de estudos para os estudantes e deve ser estruturado a partir da observação e articulação entre conteúdos, processos e produtos.

A Lei nº 13.234 de 2015, que alterou a LDB/96, definiu a criação de um cadastro nacional de alunos com Altas Habilidades/Superdotação, matriculados na educação básica e superior. O objetivo é utilizar esses números para a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Porém, o que se constata é uma defasagem no registro das crianças e jovens com Altas Habilidades/Superdotação do país, conforme dados do Censo Escolar 2021, com apenas 23.758 superdotados cadastrados no MEC. Este fato dificulta a destinação de verbas e a proposição de ações para atender os estudantes de forma efetiva.

Há uma previsão de que, os estudantes identificados e matriculados no CAAHS, sejam informados no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para que haja a destinação dos valores da dupla matrícula correspondentes ao atendimento educacional especializado. Porém, ainda é preciso que haja uma regulamentação para a efetivação desse repasse, pois não há uma clareza nesses processos de destinação de remessas para os centros de atividades e as salas de recursos específicas.

Em relação à produção de material didático-pedagógico para professores e estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, o CAAHS é responsável pela destinação para utilização nas salas de recursos específicas. Assim como, deve ofertar a formação continuada de profissionais da educação em articulação com instituições de ensino superior e com o sistema de ensino, observando a legislação no que se refere à certificação.

Para a criação de um CAAHS, realiza-se a autorização pelas secretarias de educação estaduais, distrital ou municipais, através da comprovação da demanda de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Os profissionais precisam ter qualificação especializada na área, com exercício do profissional local e/ou itinerante. Estes devem atuar de forma colaborativa com o professor da escola regular inclusiva e oferecer orientação às famílias e aos sistemas de ensino.

Essa informação corrobora com os autores Souza, Laisner, Lima (2018), que explicitam a importância da participação da sociedade civil nas políticas públicas. É preciso incorporar a realidade dos atores envolvidos, pois a implementação de uma política pública implica em intervenção na vida das pessoas. Os espaços de participação dão visibilidade aos diversos atores, permite o reconhecimento dos interesses e propicia o acesso à informação, conhecimento e poder.

Santos e Lockmann (2022) analisaram as estratégias governamentais e, como foi o impacto das políticas educacionais na promoção do acesso dos estudantes com necessidades específicas no ambiente escolar regular. Dividiram o processo da inclusão em dois períodos, onde até o ano de 2016 houve a preocupação de incluir pessoas a partir de uma visão neoliberal democrática. Após esse período, com o funcionamento de um governo neoliberal conservador-fascista, constatou-se a naturalização da exclusão de diversos sujeitos da sociedade.

O governo do Presidente Bolsonaro instituiu (2019-2022), por meio do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, a Política Nacional de Educação Especial de 2020, que permitia às escolas aceitarem ou não a matrícula de estudantes com necessidades específicas. Ato este que é totalmente ao contrário aos preceitos da Educação Inclusiva, que é de ofertar o acesso e a permanência de toda e qualquer pessoa na escola regular.

O Decreto também instituía como opção para os estudantes com necessidades específicas, a matrícula em escolas especiais. Opção considerada discriminatória, ao oferecer uma política pública considerada excludente, por limitar e violar o direito de conviver em sociedade dos alunos com necessidades específicas.

A PNEE de 2020, com o título de “equitativa, inclusiva e de aprendizagem ao longo da vida” não contempla a diversidade de estudantes existentes nas redes de ensino. Pois, ao ser equitativa, precisaria respeitar a igualdade de direitos de todos os estudantes, inclusive os com necessidades específicas, ofertando-lhes a igualdade de oportunidades. Para ser considerada inclusiva, teria que agregar os estudantes tidos como diferentes, e não os retirar da convivência do ambiente escolar.

Este instrumento foi repudiado e criticado por entidades da sociedade civil por ser considerado um retrocesso do direito da pessoa à Educação Inclusiva, entre elas o Sindicato dos Professores (SINPRO-DF), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que defendem os direitos das pessoas com necessidades específicas. Porém, com a visão inclusiva e progressista do atual governo, este documento foi revogado pelo Decreto 11.370 de 01 de janeiro de 2023.

Faveri e Heinzle (2019) dividem as proposições de políticas públicas no país em dois ciclos. O primeiro foi voltado para a estruturação das secretarias de ensino, voltados para o atendimento educacional e a inclusão nas instituições de ensino. O segundo ciclo esteve voltado para ações concretas para a identificação dos

estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, no intuito de oferecer um atendimento especializado, nas redes de ensino.

Para que haja uma escola inclusiva efetiva para todos os estudantes é preciso que se mude o ensino. O desafio da inclusão no ambiente escolar está na mudança nas diversas frentes de trabalho existentes numa escola, que, para Mantoan (2003) são:

- recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos.
- garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprova a repetência.
- formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (p. 33).

Em âmbito local, o Currículo em Movimento da Educação Especial do Distrito Federal<sup>3</sup> afirma que a inclusão de estudantes superdotados garante, a todos, o acesso ao espaço comum da vida em sociedade, através do acolhimento das particularidades e respeito às fragilidades individuais. Descreve, que as políticas públicas em nível distrital sinalizam para ações concretas, com adoção de políticas de Estado para responderem a demandas de inclusão social e educacional desses estudantes.

O atendimento educacional especializado deve dar ao estudante, a continuidade de estudo e acesso às elevadas etapas e modalidades de ensino, promover a acessibilidade física e de transporte, ofertar a formação continuada dos professores que atuam no AEE e efetivar as políticas públicas intersetoriais.

O Currículo em Movimento da Educação Especial do DF prevê o uso da adequação curricular de temporalidade para o estudante com Altas Habilidades/Superdotação, desde que se analise o tempo necessário para alcançar os objetivos educacionais. É garantida, para esses estudantes, a possibilidade de avançar na série/ano ou em conteúdo específico. O acesso a um currículo flexível, de forma que este conclua a série/ano em um espaço de tempo menor do que o previsto e avance em seus estudos.

---

<sup>3</sup> Documento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que tem como objetivo mudar os paradigmas das estruturas organizacionais e pedagógicas, com base na análise de objetivos, conteúdos, metodologias e do processo avaliativo.

A orientação é de que seja feito o atendimento suplementar para aprofundar e enriquecer o currículo escolar, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos. O atendimento suplementar é previsto desde a Educação Infantil até o final da Educação Básica. Esse atendimento suplementar deverá ser feito, no DF, por meio do polo da Sala de Recursos Específica de AHSD, com atendimento a estudantes oriundos da própria escola e de escolas próximas, da mesma Região Administrativa. Os pressupostos teóricos que embasam o Currículo em Movimento da Educação Básica no DF, definem a função da escola:

[...] a SEEDF ratifica a função precípua da escola de oportunizar a todos (as) os (as) estudantes, indistintamente, o direito de aprender. Para isso, a organização do trabalho pedagógico proposta pelas escolas e inserida em seus projetos político-pedagógicos, deve contribuir para colocar as crianças, jovens e adultos em situações que favoreçam a aprendizagem. (p. 11)

A escola inclusiva não deve se limitar à instrução acadêmica e científica dos estudantes, mas também criar um ambiente de cooperação, aceitação e valorização das diferenças. Possibilitar o acesso dos estudantes com necessidades específicas às salas de recursos é um ato de integrar o estudante ao ambiente escolar, uma inserção parcial e não uma inclusão efetiva (Mantoan, 2003).

O documento Orientação Pedagógica (OP) da Educação Especial do Distrito Federal (2010) orienta o sistema público de ensino do DF a ofertar o AEE na própria instituição educacional, no turno contrário ao das aulas regulares. O atendimento suplementar tem como objetivo oferecer oportunidades para explorar áreas de interesse, aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades relacionadas à criatividade, resolução de problemas e raciocínio lógico.

A Orientação Pedagógica do DF descreve a importância do olhar para o perfil individual dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, pois muitos não desenvolvem o seu potencial em sala de aula (2010). Nesse sentido, é previsto a adequação curricular, no DF, voltada para questões de enriquecimento escolar, adequações que integrem à dinâmica da sala de aula e contemplem pequenas mudanças no cotidiano escolar em prol do desenvolvimento dos estudantes.

As salas de recursos específicas do DF foram reestruturadas a partir da adesão à proposta do MEC do Documento Orientador (2006) para a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAHS. Como forma de melhorar

a qualidade das políticas públicas desta Secretaria, a estrutura do NAAHS foi integrada à Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF). Com adequações no organograma institucional já existente, passou a ser denominado Atendimento Educacional Especializado ao Estudante com Altas Habilidades/Superdotação (AEE- AHSD).

O público-alvo das Salas de Recursos são estudantes de escolas públicas e privadas do DF, da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). O encaminhamento do estudante para o Atendimento Educacional Especializado é feito mediante a indicação da família, da escola de origem ou pela autoindicação (ANEXO 1). O professor do ensino regular preenche a ficha de indicação contendo uma escala de características referentes ao estudante.

As fichas de indicação são encaminhadas à Sala de Recursos Específica de AHSD que, após a realização de uma triagem, acolhe o estudante. O processo de avaliação pedagógica, aplicação de testes psicológicos e o atendimento são realizados concomitantemente. Ao final, é feito um relatório confirmando ou não os comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação. As orientações necessárias são dadas em uma devolutiva à família e à escola de origem.

Constata-se que, existem políticas públicas voltadas para garantir aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação o direito a uma educação de acordo com as habilidades individuais. Porém, são políticas pouco divulgadas e compreendidas por parte da comunidade escolar, o que dificulta a identificação por parte do corpo docente, a compreensão pela família, das características peculiares de suas crianças e adolescentes e, a garantia de direitos desse público (Faveri; Heinzle, 2019).

Para Mantoan (2003) é fato de que a escola ainda é um ambiente que adota medidas excludentes ao se deparar com o diferente. Há ainda um entendimento errôneo de que os estudantes devem ser categorizados e rotulados, não levando em conta a especificidade da comunidade escolar, da turma e de cada estudante. É preciso ressignificar o ambiente escolar com “formas mais solidárias e plurais de convivência. ” Defende também que a educação escolar precisa ser pensada com o objetivo da formação integral do estudante, acolhendo suas fragilidades e estimulando seus talentos, através “de um ensino participativo, solidário, acolhedor” (p. 8-9).



O acesso ao conhecimento por parte de comunidades economicamente carentes é uma das formas de ofertar dignidade à população e oportunidade da quebra do *status quo*, tornando-se não somente uma questão educacional, mas também uma perspectiva de direitos humanos e justiça social (Zardo, 2017).

## 1.2 A identificação de estudantes com AHSD

Ao se fazer o levantamento bibliográfico de material científico na área de Altas Habilidades/Superdotação, percebeu-se que é um campo estudado e com muitas referências na psicologia escolar e pouco abordado na área da pedagogia. Algumas concepções teóricas divergem entre si e podem gerar percepções estereotipadas sobre o tema, criando confusões e dúvidas na comunidade escolar e nas famílias.

Em um primeiro momento, ao se deparar com um estudante com Altas Habilidades/Superdotação, o professor pode, pelo senso comum, criar uma expectativa alta em relação ao desempenho acadêmico em sala de aula, por inferir que a criança com AHSD precisa demonstrar um bom rendimento em todas as áreas. Porém, é preciso deixar claro que Altas Habilidades/Superdotação é uma área dentro da Educação Especial que possui outras gradações de um mesmo fenômeno.

A criança precoce apresenta alguma habilidade prematura acima da média em qualquer área do conhecimento. Porém, a precocidade não garante o sucesso pessoal e profissional quando adulto. Fatores como, a personalidade, o ambiente familiar e escolar e as oportunidades ofertadas, é que garantirão, ou não, o bom desenvolvimento das habilidades. A criança prodígio, é a criança precoce que demonstra uma habilidade específica com um desempenho no nível de um profissional adulto. O termo gênio é utilizado para se referir às pessoas, que mudaram o rumo da humanidade com as suas contribuições e descobertas (Virgolim, 2007).

A nomenclatura utilizada nos documentos oficiais e amplamente divulgada na mídia e no ambiente escolar, é: “Altas Habilidades e/ou Superdotação”, com variação da escrita com a utilização da barra (Altas Habilidades/Superdotação) ou ainda a utilização dos dois termos separadamente. Na literatura científica, há o uso de uma conceituação ampla, como exemplo: talento, dotação e capacidade elevada (Guenther, 2012).

Com isso, gera-se a necessidade de se questionar sobre o conceito de inteligência que se tem reproduzido no ambiente escolar, ao se questionar se talentos são inatos ou podem ser construídos com o estímulo do ambiente, Guenther (2012) analisa a conceituação de Gagné sobre a “capacidade natural”, como uma diferenciação individual, relacionado ao poder físico e mental de desenvolver algo a partir da influência genética.

A palavra dotação tem a sua origem no termo inglês “giftedness”, que em português significa “dotação”, “dom”, “dote”, que seria um elevado grau da capacidade natural. O termo “Superdotação” é utilizado somente no Brasil e, remete ao que pode se interpretar, erroneamente, como super dons, super dotes aos estudantes pela natureza. Talento é o resultado do desenvolvimento das capacidades adquiridas após intenso período de dedicação, treino e prática de alguma habilidade específica, um desempenho superior aprendido. Nesse sentido, os termos dotação e talento não deveriam ser utilizados como sinônimos (Guenther, 2012).

O termo “Altas Habilidades” surgiu a partir da tradução do termo utilizado na literatura científica inglesa “high ability” que na tradução literal para o português seria “capacidade elevada”. Ao designar “Altas Habilidades” como termo oficial, tentou-se desmitificar o conceito da palavra “Superdotação”, porém esse termo não é utilizado em nenhum lugar do mundo. É necessário que se adote um conceito geral para que aptidão, talento e características pessoais estejam definidos em um só termo (Guenther, 2012).

Em 1971, quando foi promulgada a LDB 5.692, aconteceu também, o Seminário sobre Superdotados, na Universidade de Brasília. A partir de então, o termo “superdotado” passou a ser utilizado nos documentos oficiais do sistema educacional. As políticas públicas passaram a serem coordenadas pelo Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tinha como objetivo coordenar, planejar, expandir e promover o atendimento aos “excepcionais” (nomenclatura utilizada para deficientes e superdotados) através da implementação de estratégias e políticas da Educação Especial (Rangni e Costa, 2011).

Rangni e Costa (2011), fazem uma reflexão a respeito da nomenclatura e analisam a Resolução nº 02/2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em que houve a utilização, no artigo 5º III, do termo “Altas Habilidades/Superdotação” com o uso da barra (/), o que significa que os dois termos passam a se referir ao mesmo fenômeno e podem ser usados como sinônimos.

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: [...] III – Altas Habilidades/Superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes” (Brasil, 2001).

Para Nogueira et.al. (2020, p. 148) Altas Habilidades/Superdotação é “um fenômeno cuja concepção e reconhecimento dependem de valores culturais, que transcende um potencial meramente biológico e pode ser muito influenciado por fatores ambientais”. É preciso ter um olhar humanista e multidisciplinar para realizar a identificação de estudantes com AHSD, pois é um público heterogêneo que se manifestam de diferentes formas, não apresentando um padrão linear.

Giffoni et.al. (2010) confirma que os fatores ambiente e genética interferem diretamente no desenvolvimento da inteligência do indivíduo. E traz como base os estudos piagetianos para defender que a partir do estímulo externo, há desequilíbrios em mecanismos internos, para depois acontecer o desenvolvimento da inteligência. Esse processo descrito acontece da mesma forma com todas as pessoas. No caso, dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação o que difere é que esse processo se realiza de forma e ritmo diferentes, com uma assimilação aos estímulos de maneira rápida, consistente, com abstrações e respostas complexas.

É importante enfatizar que os fatores que irão influenciar o desenvolvimento da inteligência e também o surgimento de Altas Habilidades/Superdotação são: o potencial genético, representado pela constituição anátomo-estrutural e bioquímica das vias neuronais; os estímulos oferecidos pelo ambiente e a valorização social expressa nas demonstrações de satisfação com as conquistas conseguidas pela criança no contexto educacional da escola, da família e da sociedade em geral (Delpretto, et. al. 2010, p. 18).

Marland (1971) ampliou a definição de crianças superdotadas, descrevendo-as como as que possuem potencial nas áreas: habilidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, liderança, artes visuais ou cênicas e/ou habilidade psicomotora. Essa definição foi incorporada pela legislação brasileira, com o intuito de ampliar a visão tradicional do fenômeno de AHSD, e considera que essas habilidades podem se apresentar isoladas ou combinadas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE (2008) define estudantes com Altas Habilidades/Superdotação aqueles que:

[...] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (p. 15).

Dra Cristina Delou (2022) traz à reflexão no Informativo do MEC, de que AHSD “não fazem parte do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.<sup>a</sup> edição (DSM-V) e nem do Código Internacional de Doenças (CID-11), pois são evidências comportamentais” verificadas ao longo da vida (p. 3). A autora também defende que os professores são os profissionais mais indicados para identificar estudantes com AHSD no âmbito escolar.

Desenvolvendo refinada capacidade de observação para a tomada de decisão, os professores se tornam os profissionais mais recomendados para realizar a identificação das altas habilidades ou superdotação na escola. Os estudantes que apresentam desempenho e resultados pedagógicos que se destacam precisam ser observados com extremo cuidado e atenção. Para identificar as altas habilidades ou superdotação na escola, os professores devem registrar evidências comportamentais e de desempenho com base em três critérios combinados: (1) habilidades acima da média, (2) envolvimento com a tarefa e (3) criatividade (Brasil, 2022, p. 4).

Renzulli (2004) compreendeu o fenômeno da Superdotação baseado na Concepção de Superdotação dos Três Anéis que é o conjunto dos traços: habilidade acima da média, comprometimento da tarefa e alto nível de criatividade que, juntos caracterizam as Altas Habilidades/Superdotação. A seguir, está a representação gráfica do Modelo, onde a malha por trás simboliza a influência do ambiente e das características da personalidade de cada estudante.

Figura 2: Representação gráfica da Concepção de Superdotação dos Três Anéis

**A Concepção de Superdotação dos Três Anéis**



Fonte: Renzulli (2004).

Após décadas de estudos, Renzulli (2004) concluiu que os componentes: criatividade e comprometimento com a tarefa, se manifestam de formas diferentes durante a trajetória do superdotado. Na Superdotação escolar, nem sempre a criatividade e/ou comprometimento com a tarefa, são demonstrados de forma contínua e em alto nível. E na Superdotação produtivo-criativo há uma manifestação contínua e de alto nível nesses anéis mencionados, porém com baixo e descontínuo rendimento nas habilidades acima da média.

O conceito de inteligência tem mudado. Antes, o teste de quociente de inteligência era o único instrumento para avaliar e identificar a existência de uma inteligência acima da média. Hoje, com o avanço das pesquisas, o conceito de inteligência tem se aperfeiçoado. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de avaliar os estudantes de uma forma multidimensional, em que se verificam não somente a dimensão aferida pelos testes psicométricos, mas também “aspectos biológicos, psicológicos, emocionais, sociais, históricos e culturais” (Fraga e Freitas, 2016, p. 135).

De acordo com a, Diretriz Específica para o Atendimento de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação do CNE (2022) o protocolo para identificar e avaliar os estudantes deve ser feito “de preferência, por equipe multiprofissional que identifique as demandas educacionais específicas do aluno em processo de avaliação” (p. 11). Se houver a necessidade e a disponibilidade pelo acesso, a equipe multiprofissional pode ser composta por profissionais de diferentes áreas, como

pedagogo, professor, psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista, psiquiatra, entre outros.

A Diretriz (2022) traz, ainda, uma reflexão quando menciona a identificação dos estudantes com AHSD como “um ato pedagógico nos sistemas de ensino”. Pois, frequentemente, o que se observa é que a demanda de identificação e intervenção para os estudantes com AHSD, seja transferida para a área médica, o que impossibilita, muitas vezes, uma participação ativa da comunidade escolar nas questões educacionais. A avaliação deve ser realizada “preferencialmente, mediante avaliação pedagógica e se necessária avaliação psicológica, neuropsicológica, ou ainda, avaliação biopsicossocial” (p. 11).

Contudo, observa-se uma divergência na análise dos dois trechos em destaque nos parágrafos anteriores. A Diretriz defende, concomitantemente, que a identificação dos estudantes com AHSD deve ser realizada “**de preferência**” por uma equipe com profissionais de diferentes áreas e “**preferencialmente**” por uma visão pedagógica. Afirma que a identificação e a avaliação pedagógica já garantem aos estudantes o acesso aos direitos e serviços da Educação Especial e que, as avaliações psicológica, neuropsicológica e biopsicossocial devem ser realizadas se forem necessárias.

Para Simonetti (2011), a aplicação de testes psicométricos não devem ser o único instrumento ao se realizar a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, pois estes não abrangem alguns tipos de habilidades superiores, como as motoras, musicais e artísticas. Nesse sentido, a observação sistemática e contínua torna-se um importante meio para compreender o desempenho do estudante.

Delpretto e Zardo (2010) relatam que a utilização de testes para aferir unicamente o quociente intelectual, trouxe alguns prejuízos para aqueles estudantes com Altas Habilidades/Superdotação com potencialidades diversificadas que não puderam ser identificados, pois os testes se limitam a medir habilidades acadêmicas, deixando de contemplar habilidades criativas e esportivas, como as artísticas e as psicomotoras:

Parte do motivo que os levou a tal invisibilidade diz respeito à utilização de testes para aferição do quociente intelectual, orientados por uma concepção restrita de inteligência e Altas Habilidades/Superdotação, e que não contemplavam as diferentes aptidões e formas de expressão da criatividade destes alunos. A elaboração destes instrumentos, a partir de uma concepção centrada no desempenho acadêmico, lingüístico e lógico-matemático, desconsiderava no processo de avaliação as habilidades diversas, a exemplo daquelas relacionadas às soluções de problemas do cotidiano (p. 19).

Renzulli (2004) propôs a existência de dois tipos de Superdotação: a escolar ou acadêmica, e a Superdotação produtivo-criativa. Sendo a Superdotação acadêmica a mais fácil de ser percebida e identificada por observação e pela aplicação de testes. A Superdotação produtivo-criativa está relacionada ao “desenvolvimento de ideias, produtos, expressões artísticas originais e áreas do conhecimento que são propositalmente concebidas para ter um impacto sobre uma ou mais plateias-alvo” (p. 82).

É preciso, para perceber as características do perfil criativo-produtivo, um olhar atento e diferenciado, pois estes usam e aplicam os conteúdos de forma indutiva, para a resolução de problemas reais. Por vezes, esse perfil pode ser confundido com outros tipos de transtornos e até mesmo com dificuldades de aprendizagem, o que dificulta ou impossibilita a sua identificação e o incentivo dos seus talentos.

A manifestação das emoções acontece de maneira diferenciada, de acordo com o perfil da Superdotação do estudante. As questões afetivas também precisam ser levadas em consideração para identificar e perceber quais são as potencialidades e as fragilidades manifestadas por cada perfil.

A identificação de estudantes com inteligência superior precisa levar em conta todo o processo, em diferentes contextos, e não somente no resultado. Por vezes, o Atendimento Educacional Especializado prioriza a manifestação das habilidades somente no produto, sendo que os processos cerebrais complexos podem ser percebidos de forma processual, em diferentes campos do conhecimento (Simonetti, 2011).

A complexidade para identificar, definir e nomear o fenômeno das Altas Habilidades/Superdotação se justifica pela variedade das formas de demonstrar o que é ser uma pessoa com AHSD. As habilidades, talentos e competências podem se manifestar de formas diferentes em pessoas com o mesmo perfil de Superdotação. Nesse sentido, não é aconselhado definir padrões estáticos do comportamento e da capacidade intelectual dos estudantes com AHSD, pois há a heterogeneidade de manifestação do fenômeno, de acordo com a história, ambiente e estímulo que cada um vivencia (Tentes; Guimarães, 2007).

Galbraith e Delisle apud Virgolim (2007) apresentam características sócio emocionais das crianças com AHSD, que podem ser interpretadas como comportamentos negativos em sala de aula, dificultando assim a identificação e inclusão desses estudantes. Argumentam também que, se as crianças não têm as

suas necessidades intelectuais atendidas, podem gerar comportamentos que são interpretados como afrontamento por parte dos adultos, e que, na verdade é apenas a manifestação da frustração intelectual não preenchida. A seguir, dez tipos de comportamentos dos estudantes, citados pelos autores, que podem ser confundidos na escola (p. 45):

1. Ficam cansados e entediados com a rotina escolar.
2. Trabalham intensamente em uma área ou matéria e negligenciam os afazeres escolares.
3. Usam o vocabulário avançado como retaliação contra aqueles que não possuem essa habilidade.
4. Ficam entusiasmados com uma área e monopolizam a conversa, ou começam a ensinar sobre o tópico, inclusive para os professores.
5. Ficam, inicialmente, entusiasmados com uma área, mas assim que tem o interesse suprido, resistem em fazer trabalhos relacionados ao tópico ou a concluí-los.
6. Podem não gostar ou se ressentir de ter que trabalhar com colegas que não apresentam habilidades igualmente superiores.
7. Possuem vasto conhecimento de muitos tópicos, e podem corrigir colegas e adultos quando percebem que estão dando informações incorretas.
8. Usam seu senso de humor avançado e sagacidade para intimidar, manipular e humilhar os outros.
9. Podem ser passionais sobre assuntos de cunho político, social ou moral e apresentar abertamente suas convicções, se distanciando dos colegas que não compartilham ou não ligam para esses assuntos.
10. Preferem trabalhar independentemente e se ressentir dos adultos que querem “colocá-los na linha”, fazendo-os seguir determinados procedimentos com os quais eles não concordam.

É importante refletir sobre os diversos mitos e entendimento do senso comum sobre o perfil dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Para Gontijo e Horbylon (2018), a desmitificação faz parte do processo de acolhimento, de atendimento, enfim, parte da inclusão.



Levar a visão científica do fenômeno da Superdotação aos profissionais da educação, tornará o trabalho pedagógico dos professores consciente e direcionado. Abaixo, alguns dos mitos trazidos pelas autoras:

- 1- O estudante detém alta capacidade em qualquer área acadêmica.
- 2- O estudante que possui domínios em atividades corporais, artísticas e esportivas é considerado talentosa, e não dotada.
- 3- A dotação é genética.
- 4- Somente o ambiente, através do treinamento precoce, desenvolverá as habilidades.
- 5- As crianças superdotadas são fabricadas por estímulos ofertados pelos pais.
- 6- Os superdotados não são compreendidos pelas crianças ditas “normais”.
- 7- Todas as crianças são iguais e por essa razão todas são superdotadas.
- 8- Todo superdotado é um adulto eminente.

Há, ainda, uma ideia errônea de que o estudante com Altas Habilidades, necessariamente é uma pessoa que se destaca em todas as áreas do conhecimento. Porém, muitos deles apresentam fragilidades acadêmicas, um ritmo lento e até mesmo dificuldades de aprendizagem em alguma área. Nesse sentido, Mantoan (2003) afirma que o desenvolvimento da aprendizagem precisa estar voltado em explorar talentos e desenvolver habilidades de todos os estudantes. É necessário o reconhecimento das fragilidades, mas estas não podem restringir o processo de ensino.

Outra característica do estudante com AHSD é a assincronia, que é a diferença entre o desenvolvimento, nos aspectos cognitivo, emocional, linguístico, motor e o desenvolvimento cronológico. Tentes e Guimarães (2007) definem a assincronia como “desenvolvimentos não lineares, característicos do superdotado, e que seriam os geradores de sentimentos de descompasso do indivíduo em relação a si mesmo e à sociedade” (p. 43).

A relação entre cognição e emoção, o desenvolvimento de estruturas de valor e a intensidade exacerbada da pessoa superdotada e criativa são temas discutidos na perspectiva da assincronia do desenvolvimento que os superdotados revelam, o descompasso entre desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor ressalta ainda mais as diferenças dessa população em comparação aos colegas e pessoas da mesma idade (Tentes; Guimarães, 2007 p. 47).

A hipersensibilidade, é também uma característica de AHSD e pode ser denominada super excitabilidade. Essa super excitabilidade pode se manifestar de diferentes formas: psicomotora (necessidade de movimentação e expressão), imaginativa (devaneios como processo criativo) ou intelectual (necessidade de aprofundar assuntos de seu interesse). Consta-se que existe a diversidade na identificação de estudantes com AHSD, pois estes pensam, processam, reagem e existem de forma única e atípica, daí a necessidade de um atendimento educacional especializado (Tentes; Guimarães, 2007).

A identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação precisa ser multidimensional, através da observação em diferentes contextos e ambientes. Pois, a manifestação das habilidades será percebida através das experiências e situações em que o estudante for apresentado. Nesse sentido, a sala de aula precisa ser um ambiente enriquecedor, que ofereça oportunidades estimulantes e esteja aberta às manifestações diversificadas de inteligência (Delpretto e Zardo, 2010).

Para Zardo (2017), o processo de inclusão exige que a oferta de oportunidades de acesso aos espaços e aos conhecimentos sejam realizadas de maneira individualizada, e que não se restrinja somente ao acesso do estudante ao ambiente escolar, é preciso que este se aproprie e se desenvolva de forma autônoma. Nesse sentido, a inclusão toma um sentido amplo voltado para a defesa de igualdade dos direitos humanos.

Uma política emancipatória de direitos humanos e de inclusão deve distinguir a luta pela igualdade, da luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças; ou seja, deve ser garantido o direito de todos participarem das oportunidades sociais, em igualdade de condições, mas que, simultaneamente, sejam respeitadas as diferenças individuais que caracterizam cada pessoa (Zardo, 2017, p. 10).

Para além da identificação e inclusão do estudante com AHSD, é preciso dispendir atenção às questões emocionais, que influenciam diretamente as relações sociais e comportamentais. O estudante com AHSD percebe, sente e se expressa de forma diferente e faz uso de uma energia psíquica muito alta. Se houver inadequação do ambiente para que o estudante expresse a sua curiosidade e sensibilidade, este pode manifestar dificuldade afetiva (Tentes; Guimarães, 2007).

### 1.3 Perfil de professores que trabalham com estudantes com AHSD

A escola inclusiva se abriu a diferentes grupos sociais, e precisa expandir essa abertura a novos conhecimentos, a novas formas de aprender e de ensinar. A estrutura pedagógica, curricular e organizacional ainda se limita em nivelar turmas, estudantes e professores, sem levar em conta os interesses, a afetuosidade e subjetividade de cada ator envolvido no processo de ensino e aprendizagem, no ambiente escolar (Mantoan, 2003).

Para Fonseca e Abud (2019), as principais características docentes que contribuem para a aprendizagem são a boa didática, o bom relacionamento, o senso de humor e a disposição em aprender. Os professores precisam ter um perfil diferenciado para que o trabalho seja efetivo. Assim, a partir da tradução do material de Vialle e Tischler (2005), as pesquisadoras definem as seguintes características de personalidade, profissionais e intelectuais desejáveis em professores de alunos com Altas Habilidades/Superdotação:

#### ➤ **Características pessoais-sociais**

- Compreende as necessidades cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes dotados;
- Possui bom senso de humor;
- Admite os próprios erros;
- É entusiasmado,
- É culturalmente sensível.

#### ➤ **Estratégias e abordagens de ensino**

- Tem habilidades em diferenciar o currículo para os estudantes dotados;
- Emprega estratégias que promovam formas mais elevadas de pensamento;
- Encoraja os estudantes a serem aprendizes independentes;
- Promove oportunidades de aprendizado centradas no aluno;
- Age como um facilitador;
- Cria um ambiente de aprendizagem não ameaçador;
- É organizado;
- Possui conhecimento aprofundado da matéria que ensina;

- Tem amplos interesses, envolvendo interesses culturais e literários;
- Utilizam variadas estratégias de ensino,
- Relaciona a teoria à prática.

➤ **Características intelectuais**

- Tem inteligência acima da média;
- É um eterno aprendiz,
- Possui excelentes habilidades de comunicação.

Percebe-se que o perfil do professor envolve várias dimensões a serem analisadas. As características descritas acima podem ser inatas, mas também devem ser desenvolvidas por aqueles professores que desejam aprimorar as habilidades dos estudantes com AHSD em sala de aula. Os estudantes, como um todo, e não somente os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, ganham quando o professor possui um perfil que permitirá o desenvolvimento do potencial da turma.

Para Mantoan (2003) um ensino de qualidade é aquele que promove uma “formação de redes de saberes e de relações”, onde as ações estão baseadas “na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos”. A partir desse olhar, os estudantes são vistos no todo, com as peculiaridades, habilidades e fragilidades que cada um possui, no campo acadêmico, social e afetivo. A prática pedagógica não está centrada somente no professor, existe uma coautoria do conhecimento, onde é oferecido um ambiente enriquecedor e estimulador das potencialidades do indivíduo.

Virgolim (2007) defende que as crianças com AHSD precisam ter suas habilidades validadas pelos professores, através da inclusão de seus interesses intelectuais no currículo. Pois, algumas crianças, ao se perceberem diferentes, escondem ou negam suas habilidades, para se adaptarem às demandas da escola, podendo virem a desenvolver problemas comportamentais ou emocionais. O perfil do estudante com Altas Habilidades/Superdotação é heterogêneo, não só por suas características acadêmicas, mas também por sua diversidade na autoestima, personalidade e interesses pessoais.

As pessoas com Altas Habilidades formam um grupo heterogêneo, com características diferentes e habilidades diversificadas; diferem uns dos outros também por seus interesses, estilos de aprendizagem, níveis de motivação e de autoconceito, características de personalidade e principalmente por suas necessidades educacionais (VIRGOLIM, 2007, p. 11).

O ambiente escolar é um dos contextos onde se manifestam as aprendizagens, que pode ser um local que incentiva ou que poda a multiplicidade de talentos das crianças. O tipo de conhecimento que é estimulado também interfere na manifestação das habilidades, pois se uma determinada habilidade que a criança possui não for valorizada pelo contexto, esta tende a minimizar ou até mesmo ocultar o próprio talento (Giffoni et. al. 2010).

Ao se deparar com o universo do estudante com Altas Habilidades, o professor deve estar atento às peculiaridades de cada estudante, pois não existe um perfil único de superdotado. A característica “bom senso de humor” influencia diretamente na relação entre professor e a turma, e professor e aluno. A forma como o professor lida com as situações inerentes ao ambiente escolar, define o nível de interesse dos estudantes nas aulas. O afeto e a aprendizagem estão associados ao bom desenvolvimento intelectual dos estudantes (Fonseca; Abud, 2019).

Martins e Alencar (2011) descrevem que o perfil dos docentes que melhor se adequam aos estudantes com AHSD, está voltado mais a traços de personalidade do que com as habilidades intelectuais. As características personológicas e as habilidades interpessoais contribuem de maneira decisiva no desenvolvimento dos talentos individuais dos estudantes, seja no atendimento específico ou em sala.

Alguns estudantes com necessidades específicas não se adaptam às propostas pedagógicas da escola. Muitas vezes, demonstram a insatisfação por meio de comportamentos que incomodam a rotina escolar de sala de aula, como forma de protestar por um ensino que os desafia e atenda aos seus interesses pessoais. Para esses estudantes é preciso que haja a oferta de propostas contextualizadas, com sentido e que sejam atrativas intelectualmente (Mantoan, 2003).

Simonetti (2011) defende que as estratégias utilizadas pelos professores em sala de aula, precisam estar voltadas para o desenvolvimento social do estudante. Para isso, a formação básica “teórica sólida para intervenção” facilitará o “desenvolvimento equilibrado do aluno no seu todo como pessoa, nas quais as atividades conduzam a um progresso e investimento pessoal permanente” (p. 5).

De acordo com a pesquisa realizada por Fonseca e Abud (2019), com estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, os professores que possuem boa didática, é o perfil com quem os estudantes aprendem melhor. Como boa didática, entende-se como: “a objetividade para explicar e sintetizar o conteúdo, a variação de estratégias didáticas, a relação da teoria à prática, o esclarecimento de dúvidas, o uso de materiais multimídias, o dinamismo da aula e a habilidade de comunicação” (p. 15)

Há uma ideia de homogeneidade no ambiente escolar, onde as relações de poder da sociedade são replicadas nas relações com os estudantes que estão fora do padrão criado pela escola. Mantoan (2003) afirma que “O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença” (p. 20).

Guenther (2012) traz a reflexão de que nem sempre um estudante com alto potencial, com dotação em alguma área específica, se tornará um talento, com um alto nível de produção. Não há determinismo, se não houver um estímulo e incentivo adequado do ambiente em que está inserido. Por isso, a importância da oferta de um ambiente desafiador, por parte de toda a escola e dos professores.

A Diretriz Específica para o Atendimento de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação do Conselho Nacional de Educação (2022), sugere algumas estratégias para que os professores identifiquem “engajamento, criatividade e desempenhos superiores” e incluam os estudantes através de: “trabalhos individuais ou em grupos, pesquisas, estudos dirigidos, debates, resolução de problemas, experimentação, trabalhos artísticos, práticas desportivas, olimpíadas do conhecimento, entre outros” (p. 11).

Os professores da sala de aula, preocupados com a efetiva inclusão, incentivam o convívio com as diferenças, a aprendizagem participativa e levam em consideração a subjetividade do estudante. A inclusão precisa provocar uma crise institucional, por consequência dos atores educacionais, e assim ressignificar a identidade dos estudantes fora dos padrões homogêneos da cultura escolar. (Mantoan, 2003). David Lewis apud Virgolim (2007) defende que é preciso de três fatores para que a aprendizagem ocorra de forma exitosa:

[...] depende de três fatores fundamentais: informação, motivação e segurança. Assim sendo, os educadores devem colocar tais fatores em prática, da seguinte maneira: (a) agindo como uma fonte de informação; (b) desenvolvendo o desejo natural da criança de aprender; e (c) proporcionando-lhe um ambiente seguro onde ela possa exercitar e aperfeiçoar suas habilidades mentais. E, em adição a tudo isso, estimular as crianças a manterem uma mente aberta (p. 15).

Os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação são considerados atípicos, onde o cérebro funciona de uma forma diferente. Como esses estudantes estão fora do padrão considerado normal, necessitam também de estratégias diferenciadas, para que tenham suas necessidades atendidas. Saber sobre a importância do estímulo ambiental, as funções cerebrais e as questões sócio emocionais do superdotado, faz com que o professor proponha aos estudantes estímulos e desafios com o intuito de “engajar a elaboração mental, a resolução de problemas e a auto-regulação” (Simonetti, 2011, p. 10).

Para Renzulli (2004), existem dois modelos de aprendizagem e ensino: o modelo dedutivo e o modelo indutivo. O pesquisador defende que, para que a educação escolar tenha equilíbrio é preciso que faça uso das duas abordagens. O dedutivo é o modelo mais comum em ambientes que priorizam a quantidade de conteúdos aprendidos ou memorizados. A determinação é chegar ao final de um prazo de tempo com objetivos comportamentais e curriculares atingidos.

O modelo indutivo difere da aprendizagem formal e tradicional. Este modelo é voltado para situações do momento presente e está aberto às mudanças de rota e de objetivos, conforme as necessidades educacionais surgidas no percurso. A seguir, o quadro mostra as diferenças entre o modelo dedutivo e o modelo indutivo.

Quadro 5: As dimensões dos dois modelos de teoria da aprendizagem

<b>O Modelo Dedutivo (Instrução expositiva, prescrita)</b>	<b>O Modelo Indutivo (Enriquecimento do Tipo III)</b>
<b>O papel do professor</b>	
Os professores iniciam, determinam, controlam e microorganizam a aprendizagem	Os alunos têm papel de liderança na seleção do tema/problema e no ritmo de desenvolvimento
Os professores oferecem o feedback na forma de notas baseadas em critérios normativos	Os professores e os alunos são parceiros na avaliação formativa, baseada no progresso em relação às metas
Professores como instrutores (disseminadores do conhecimento)	Professores como treinadores, patronos, pesquisadores de recursos, indagadores, editores e colegas
Os professores vêem o conteúdo como objetivo pessoal e sem valor	Os professores personalizam, criticam e enfatizam o caráter carregado de valor do conteúdo (modificação artística)
<b>O currículo</b>	
Predeterminado pelos livros-texto ou cursos de estudo	Resultado dos interesses de um aluno ou de um grupo pequeno de alunos
Orientado pelo conteúdo	Orientado pelo processo e pelo produto
Problemas pré-determinados, expostos e, pré-resolvidos	Auto selecionados, abertos, problemas da vida real
Informações apresentadas para um (possível) uso futuro	Informações procuradas somente quando necessárias para ajudar a resolver o problema atual
Conhecimento apresentado como material factual	Conhecimento como veículo para o confronto com eventos, problemas, ideias e crenças
<b>A organização e administração da sala de aula</b>	
Períodos diários pré-determinados e tempo semanal determinado segundo o tamanho das unidades de instrução	Tempo determinado pela natureza evolutiva da tarefa, projeto ou produto final
Atividades para todo o grupo	Atividades individuais e em pequenos grupos
Agrupamento por idade/série/ano	Agrupamento por interesse, problema e tarefas comuns
Salas de aula pré-determinadas e normalmente fixas	Salas de aula organizadas para facilitar a realização de tarefas e conclusão de produtos
As salas de aula são os lugares onde ocorre a aprendizagem	A aprendizagem ocorre onde as informações importantes são coletadas ou onde são procuradas as experiências
<b>O papel do aluno</b>	
Alunos aprendizes de lições e consumidores de conhecimento	Alunos pesquisadores em primeira mão e produtores de conhecimento



<b>O Modelo Dedutivo (Instrução expositiva, prescrita)</b>	<b>O Modelo Indutivo (Enriquecimento do Tipo III)</b>
Os alunos acumulam e armazenam o conhecimento para possível uso futuro	O aluno confronta e constrói o conhecimento para uso no presente
Os alunos buscam tarefas e atividades corriqueiras	As tarefas e atividades dos alunos estão baseadas nas divisões do trabalho
Os alunos utilizam o conhecimento para estudar sobre problemas	Os alunos usam o conhecimento para descobrir e focalizar problemas e para agir sobre eles
Os alunos aceitam passivamente o conhecimento como objetivo factual e correto	Os alunos personalizam, interpretam, criticam e fazem a dissecação do conhecimento

Fonte: Renzulli (2004).

Pode-se observar no quadro acima, as principais características de cada modelo (dedutivo e indutivo) em vários aspectos do ambiente escolar: no papel do professor, no currículo, na organização, na administração da sala de aula e no papel do aluno. A escolha do modelo para ser abordado em sala de aula interfere diretamente nos perfis da estrutura escolar e dos atores envolvidos no processo educacional.

A mudança de comportamento acontece por meio da quebra de paradigmas, ocasionada por uma crise de visão de mundo. Mantoan (2003) afirma que os paradigmas são, por uma ótica moderna, “um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios” de um determinado grupo, em um momento histórico específico. Os paradigmas existem para serem quebrados quando não suprem as necessidades de uma determinada realidade com necessidade de transformação.

O educador que possui a visão de inclusão em sala de aula, faz uso de diferentes recursos didático-pedagógicos para que o objetivo de ensino seja atingido pelo maior número de alunos. Esse perfil de professor incentiva a interação e a construção coletiva de conceitos, valores e atitudes, e permite que os espaços da escola sejam explorados por todos os estudantes. Ao se abrir ao diferente e ao diverso, o professor garante a singularidade do ambiente escolar e promove o diálogo entre os atores que o compõe (Mantoan, 2003).

É essencial que os professores reconheçam as habilidades de seus alunos e ofereçam atividades estimulantes ao nível cognitivo de cada um, assim como é fundamental a garantia do acesso à Educação Inclusiva. Dessa forma, conhecer as características de crianças com AH/SD contribui, no âmbito escolar, para a identificação desses alunos” (COSTA et al., 2022, p. 84).

Uma das formas de estimular as potencialidades e incluir os estudantes com AHSD são projetos de trabalho que podem ser organizados de acordo com os interesses individuais ou em grupo. É imprescindível frisar que projetos de trabalho voltados para a inclusão precisam ter um caráter exploratório, dinâmico e flexível, podendo ser alterado e aprimorado em qualquer etapa de sua execução. Através dos projetos é possível abrir as possibilidades de enriquecer o currículo, sair do senso comum e aprofundar temas de interesse específico dos estudantes (Delpretto e Zardo, 2010).

Para Virgolim (2007, p. 34), é preciso fornecer “oportunidades adequadas para uma criança satisfazer sua curiosidade sobre o ambiente que a cerca, seu potencial genético poderá levá-la a se desenvolver de acordo com suas capacidades”. No fenômeno das AHSD existe o fator genético, a predisposição para apresentar um bom desempenho em alguma habilidade específica, porém é determinante ter um ambiente enriquecedor que estimule e desenvolva as potencialidades individuais.

Essa prática de identificação traz o contexto da escola como foco de análise e a observação do professor possibilitando: conhecer diferentes estratégias que alguns alunos usam na resolução de problemas; revelar seus interesses e motivações; e avaliar conhecimentos e estilos de aprendizagem, subsidiando o trabalho educacional (Delpretto e Zardo, 2010).

A PNEE de 2008 considera que a inclusão deve ser pensada de forma dinâmica, assim como as pessoas se modificam e se transformam, a atuação pedagógica deve enfatizar a importância da oferta de ambientes heterogêneos para promover a aprendizagem de todos os estudantes. Mantoan (2003) defende que:

[...] é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações (p. 25).

É fato que, quando uma criança apresenta características de Altas Habilidades/Superdotação e faz atendimento suplementar na Sala de Recursos Específica, frequentemente a escola regular não toma para si a responsabilidade de

ofertar a suplementação na sala de aula, sendo que a criança permanece com as mesmas características nos dois ambientes. O professor do ensino regular deve ser comunicado de que a criança participa do programa para as Altas Habilidades, para que o estudante seja atendido em sua totalidade (Reis apud Virgolim, 2007).

É preciso que a inclusão nas escolas favoreça a expressão das potencialidades únicas dos estudantes, e que as ações pedagógicas estejam voltadas para uma educação equitativa. Nesse sentido, “é preciso pensar um projeto de Educação reflexivo, em que cada cidadão assuma seu papel social, e, principalmente, repensar a importância do papel do professor” (Santos, 2020, p. 102).

[...] a intervenção pedagógica específica para o atendimento aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação deve oportunizar a manifestação da criatividade e originalidade do aluno; técnicas que cooperam com a elaboração de trabalhos na(s) área(s) de interesse; e atividades usadas para transformar os ambientes tornando-os mais adequados ao aprendizado (Delpretto e Zardo, 2010, p. 21).

Para incluir e atender as especificidades dos estudantes com AHSD, a comunidade escolar dispõe de alguns serviços especiais previstos na legislação brasileira que foram descritos anteriormente no quadro nominado “Direitos dos estudantes com AHSD no Brasil”. A seguir, será explicitado, resumidamente, alguns desses direitos e como colocá-los em prática na escola.

### **Compactação do currículo**

O objetivo é permitir aos estudantes concluírem de forma mais rápida algum conteúdo que já tenha o domínio, e assim não fazer exercícios repetitivos e desnecessários. Ao compactar o conteúdo, o tempo precisa ser preenchido com atividades de enriquecimento escolar para desenvolver potencialidades. A LDB/96 assegura em seu Artigo 23, que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

## **Aceleração**

A aceleração permite ao estudante o avanço e a conclusão em menor tempo dos anos escolares e pode ser oferecida de acordo com a legislação local. Ao efetuar a aceleração deve-se ater não apenas à competência do estudante, mas também às suas condições sócio emocionais na adaptação ao novo grupo.

Para a SEEDF, o avanço de estudos pode ser realizado quando indicar a potencialidade, a maturidade e a adaptação do estudante. Há a exigência do cumprimento de no mínimo 06 (seis) meses ininterruptos de matrícula na IE/EU, a anuência da família, além da necessidade de fazer os registros escolares e convocar o Conselho de Classe. O Manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal veda “a adoção do Avanço de Estudos nos seguintes casos: a) na Educação Infantil; b) da Educação Infantil para o Ensino Fundamental; c) do Ensino Fundamental para o Ensino Médio; d) para a conclusão da Educação Básica” (2018, p. 41).

## **Enriquecimento escolar**

De acordo com o Glossário da Educação Especial: Censo Escolar 2022 enriquecimento escolar é:

Consiste na organização de práticas pedagógicas exploratórias suplementares ao currículo, que objetivam o aprofundamento e a expansão nas diversas áreas do conhecimento mediante o desenvolvimento de projetos de trabalho com temáticas diversificadas, como artes, esporte, ciências e outras. Tais estratégias podem ser efetivadas pela articulação dos serviços realizados na escola, na comunidade, nas instituições de educação superior, na prática da pesquisa e no desenvolvimento de produtos (Brasil, p. 10).

Existem várias formas de se fazer o enriquecimento escolar. As mais conhecidas são as de Joseph Renzulli – Modelo de Enriquecimento Escolar e o de George Betts – Modelo de Aprendiz Autônomo.

No Modelo de Enriquecimento Escolar o objetivo é desenvolver habilidades, com o foco na produção de conhecimento. Nesse modelo, há três tipos de enriquecimento:

- 1- O Enriquecimento Tipo I tem início na sala de aula e abrange todos os

estudantes. Tem o intuito de ofertar o conhecimento através de palestras, excursões e demonstrações de diversas áreas e interesses.

- 2- O Tipo II é o enriquecimento voltado para o desenvolvimento de habilidades específicas no manejo de técnicas, recursos e métodos de uma área específica por qual o estudante tem interesse em aprofundar seus conhecimentos, para assim desenvolver o pensamento crítico, a resolução de problemas e o pensamento criativo.
- 3- E o Enriquecimento Tipo III é a etapa em que o estudante se dedica para aprofundar o conhecimento em algum conteúdo mais avançado. O foco é o produto, que poderá ser apresentado a uma audiência. Nessa fase, o estudante precisará de habilidades específicas, como o planejamento, a organização, o gerenciamento de tempo e a tomada de decisões.

No Modelo de Aprendiz Autônomo há uma visão humanista, com foco nas necessidades cognitivas, sociais e emocionais do estudante. Entende-se que conforme as áreas vão sendo supridas, os estudantes desenvolvem a aprendizagem autônoma. Nesse modelo, existem cinco dimensões (Virgolim, 2007):

- 1- A orientação, onde o objetivo é divulgar e conscientizar os estudantes, professores e pais as informações sobre as Altas Habilidades.
- 2- A dimensão do desenvolvimento individual desenvolve habilidades e atitudes que o torne um aprendiz ativo nas dimensões cognitivas, afetivas e emocionais.
- 3- As atividades de enriquecimento têm o intuito de ajudar o estudante a se envolver com as áreas que domina ou tem maior motivação. Há também, o incentivo na participação de atividades culturais e na visão humanitária que suas pesquisas influenciam.
- 4- Nos seminários o estudante mostra-se como aprendiz independente e autônomo, onde desenvolverá em grupos, a compreensão e a preparação de um tópico específico.
- 5- Na dimensão de estudos em profundidade, os estudantes são responsáveis pelo tema a ser estudado e pelo desenvolvimento do plano de ação. Assim, se tornará um estudante autônomo, que consegue desenvolver projetos com pouca orientação externa.

## **Adequação curricular**

A adequação curricular deve ser realizada para enriquecimento ou aprofundamento do currículo regular, tornando-o apropriado às especificidades dos estudantes. Na Lei 5.372/2014 em seu Art. 3º menciona que: “Compete à Secretaria de Estado da Educação: II – expedir normas para: c) adequação curricular, inclusão educacional, enriquecimento curricular e aceleração de ensino”. (Distrito Federal, p. 1)

A adequação curricular implica em planejar as ações pedagógicas “fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem, como e quando avaliar o aluno” (MEC, 2006, p. 68).

## **Plano de AEE**

É um documento com informações dos estudantes público da Educação Especial. Deve ser elaborado pelo professor do AEE, juntamente com o professor da classe regular, com o intuito de prever os atendimentos das necessidades específicas do estudante. No DF, não há a utilização do PEI. O Plano de AEE é utilizado no âmbito do Distrito Federal e se assemelha ao PEI.

## **Plano Educacional Individualizado (PEI)**

É um instrumento de planejamento pedagógico a ser elaborado pelo professor da sala de aula, com a ajuda e orientação do profissional do AEE e da equipe escolar. No inciso VI, Artigo 1º do Decreto 7.611/2011 é previsto: “adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”.

O documento tem o objetivo de propor, planejar e acompanhar a realização das atividades pedagógicas e o desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial para que seja garantida a qualidade na formação escolar, atendendo às singularidades do estudante e potencializando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

## **Avaliação diferenciada**

É uma estratégia que utiliza instrumentos diferentes dos usuais de provas e trabalho, para mensurar a aprendizagem, em substituição às medidas tradicionais como provas, testes e trabalhos escritos. Os instrumentos alternativos como portfólios, desenvolvimento de projetos, observação, dentre outros, possibilitam que os estudantes sejam avaliados mediante instrumentos que se assemelham a tarefas e situações reais.

A construção de sistemas educacionais inclusivos implica a criação de um ambiente escolar rico em estímulos e o fortalecimento da participação plena dos alunos nas salas de aula, por meio de oportunidades efetivas de desenvolvimento do potencial e do atendimento às suas necessidades educacionais específicas (Delpretto et. al. 2010, p. 25).

No fascículo voltado para o público de Altas Habilidades/Superdotação “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”, criado por pesquisadoras da Universidade Federal do Ceará, é defendido que a promoção e construção de práticas educacionais no ambiente escolar precisam estar voltadas para aprendizagens colaborativas, interativas e dinâmicas, de forma que abranjam o universo escolar, em que ao mesmo tempo respeite a individualidade, oportunize vivenciar a diversidade que a Educação Especial permite. O objetivo é “verificar elementos individuais de aprendizagem para a elaboração de atividades e provisão de recursos específicos para estes” (p. 20, 2010).

A organização curricular, o planejamento, a avaliação e as práticas educacionais se transformam quando o ensino promove situações de aprendizagem onde todas as possibilidades de respostas dos alunos são acolhidas, interpretadas e valorizadas, e tornam-se subsídios para a identificação de habilidades em diferentes áreas. A diversificação de respostas torna-se o mote das aprendizagens e não a sua padronização (Delpretto e Zardo, 2010, p. 22).

Precisa-se fazer com que essas informações sobre as características e os direitos dos estudantes AHSD estejam na rotina escolar e nas reuniões pedagógicas dos professores, pois assim haverá a possibilidade de que a inclusão desses estudantes seja vivenciada de forma efetiva. Assim como afirma Costa et al. (2022, p. 72), “é essencial, portanto, a difusão do conhecimento sobre aspectos reais desses sujeitos, para que os professores possam planejar a prática pedagógica [...]”.

## CAPÍTULO II

### METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentado a contextualização das Salas de Recursos de AHSD do DF, da instituição educacional pesquisada e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

#### **2.1 Contextualização das Salas de Recursos de AHSD do Distrito Federal**

O DF possui 63 Salas de Recursos de AHSD em funcionamento, distribuídas em 15 Regiões Administrativas. Os dados a seguir foram levantados a partir de um grupo dos profissionais da Sala de Recursos Específica de AHSD do DF. No apêndice estão os e-mails enviados e recebidos com os setores da SEEDF na tentativa de conseguir informações.

- Taguatinga – cinco salas, 4 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Artes Visuais
  - Exatas
  - Humanas
  - Robótica
  
- Brazlândia – duas salas, 1 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Artes Visuais
  - Exatas
  
- São Sebastião – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Anos Finais Acadêmica
  - Artes Visuais



- Guará – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Exatas
  - Artes Visuais
  
- Recanto das Emas – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Artes Visuais
  - Código e Linguagem
  
- Santa Maria – cinco salas, 3 na área acadêmica e 2 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Artes Visuais
  - Exatas
  - Código e Linguagem
  - Artes Cênicas
  
- Sobradinho – seis salas, 3 na área acadêmica e 3 na área de talento artístico
  - Artes Visuais
  - Música
  - Artes Cênicas
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Ciências
  - Código e Linguagem
  
- Ceilândia – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Exatas
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Artes Visuais

- Núcleo Bandeirante – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Artes Visuais
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Anos Finais Acadêmica
  
- Riacho Fundo 1 – três salas, 2 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Artes Visuais
  - Exatas
  - Código e Linguagem
  
- Samambaia – cinco salas, 3 na área acadêmica e 2 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Exatas
  - Código e Linguagem
  - Artes Visuais (2)
  
- Plano Piloto – 11 salas, 9 na área acadêmica e 2 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica (4)
  - Exatas (3)
  - Artes Visuais (2)
  - Código e Linguagem
  - Humanas
  
- Gama – quatro salas, 3 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Exatas
  - Código e Linguagem
  - Artes Visuais

- Planaltina – cinco salas, 4 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Educação Infantil Acadêmica
  - Anos Iniciais Acadêmica
  - Exatas
  - Código e Linguagem
  - Artes Visuais
  
- Paranoá – duas salas, 1 na área acadêmica e 1 na área de talento artístico
  - Artes Visuais
  - Ciências Naturais

Para apresentação deste panorama da estrutura da oferta do AEE no Distrito Federal, foi enviado pedido de acesso à informação, a respeito de dados das Salas de Recursos de Altas/Superdotação em funcionamento na rede de ensino. Buscou-se levantar o quantitativo geral de Salas de Recursos de AHSD existentes; o número de professores em Salas de Recursos de AHSD e o número de estudantes efetivamente frequentando o Atendimento Educacional Especializado na SR de AHSD.

O pedido foi protocolado junto ao Serviço de Informação ao Cidadão SIC-DF, através do site Participe-DF, registrado pelo Protocolo LAI-009266/2023, na data de 06/06/2023 à Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV. A resposta foi enviada no dia 13/06/2023 e consta integralmente no anexo desse trabalho. Constatou-se que o levantamento dos dados é realizado de forma geral e não há especificação quanto ao mapeamento das SR de AHSD, dificultando a criação de estratégias para gerar políticas públicas voltadas para esse público. Na resposta recebida existem dados do Censo Escolar DF 2022 em três tabelas diferentes, assim intituladas:

- 1- Número de Salas de Recurso Existentes e Utilizadas Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF (em anexo)
- 2- Número de Professores em Atendimento Educacional Especializado - Por CRE
- 3- Número de Estudantes com AHSD, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado (Específica)

Figura 3 - Número de Professores em AEE - por CRE

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS  
Número de Professores em Atendimento Educacional Especializado - Por CRE  
Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF  
CENSO ESCOLAR DF 2022

CRE	Sala de Recursos			
	Generalista		Específica	
	40h	20h	40h	20h
CRE - Brazlândia	18	0	2	0
CRE - Ceilândia	93	0	26	0
CRE - Gama	40	0	17	0
CRE - Guará	32	0	8	0
CRE - Núcleo Bandeirante	23	2	8	0
CRE - Paranoá	26	0	7	0
CRE - Planaltina	46	6	19	2
CRE - Plano Piloto	90	4	38	4
CRE - Recanto das Emas	27	3	4	6
CRE - Samambaia	27	0	8	0
CRE - Santa Maria	36	3	17	0
CRE - São Sebastião	23	0	7	0
CRE - Sobradinho	35	2	13	0
CRE - Taguatinga	61	3	3	0
<b>Total Geral</b>	<b>577</b>	<b>23</b>	<b>177</b>	<b>12</b>

Fonte: GDF – SEEDF – SUPLAV – Diretoria de Informações Educacionais (2022).

Figura 4 - Número de Estudantes com AHSD, efetivamente frequentando AEE

Número de Estudantes com AH/SD, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado (Específica)  
Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF  
CENSO ESCOLAR DF 2022

CRE	ESTUDANTES AH/SD
BRAZLÂNDIA	34
CEILÂNDIA	129
GAMA	4
GUARÁ	14
NÚCLEO BANDEIRANTE	44
PARANOÁ	4
PLANALTINA	193
PLANO PILOTO	66
RECANTO DAS EMAS	16
SAMAMBAIA	25
SANTA MARIA	114
SÃO SEBASTIÃO	9
SOBRADINHO	104
TAGUATINGA	0
<b>Total geral</b>	<b>756</b>

Fonte: GDF – SEEDF – SUPLAV – Diretoria de Informações Educacionais (2022).

De acordo com a Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2023, descrita na Portaria nº 1.199 de 16 de dezembro 2022, as Salas de Recursos Específicas de Altas Habilidades/Superdotação se dividem em duas

áreas: Acadêmica e Talento Artístico. A área Acadêmica inclui as salas de Ciências Naturais, Código e Linguagem, Exatas, Robótica. Na área de Talento Artístico estão inclusas as salas de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Dança.

Os professores do AEE das Salas de Recursos de AHSD devem possuir aptidão comprovada na área e passar por um processo seletivo interno da Secretaria de Educação. Existe uma quantidade mínima de estudantes exigidos por turno, de acordo com a faixa etária atendida que podem ser estudantes da Educação Infantil – 1º e 2º períodos, Ensino Fundamental – anos iniciais 1º ao 5º ano, Ensino Fundamental – anos finais 6º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio – 1ª a 3ª série.

Figura 5 - Definição da previsão de quantidade de estudantes e professores na Sala de Recursos Específica de AHSD do DF – Educação Infantil e 2º Ciclo do Ensino Fundamental; EJA

ETAPA E MODALIDADE	PERÍODOS	ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO				ATENDIMENTO
		ÁREA ACADÊMICA		ÁREA DE TALENTO ARTÍSTICO		
		Nº DE ESTUDANTES	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ESTUDANTES	Nº DE PROFESSORES	
EDUCAÇÃO INFANTIL	1º e 2º períodos	Mínimo de 8 por turno	1 professor de Atividades com aptidão comprovada em AH/SD	Mínimo de 10 por turno	Professor de Artes com aptidão comprovada em AH/SD	1 atendimento de 4 horas (5 horas/aulas) para cada criança no contraturno
2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1º ao 5º Ano e EJA – 1º Segmento	Mínimo de 14 Por turno	1 professor de Atividades com aptidão comprovada em AH/SD	Mínimo de 15 por turno	Professor de Artes com aptidão comprovada em AH/SD Estudantes com AH/SD identificados na EJA deverão ser atendidos, no turno diurno, em SR existentes na CRE de origem	1 atendimento de 4 horas (5 horas/aulas) para cada estudante, no contraturno

Fonte: Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2023).

Figura 6 - Definição da previsão de quantidade de estudantes e professores na Sala de Recursos Específica de AHSD do DF – Ensino Fundamental – Anos Finais; Ensino Médio; EJA

<b>ENSINO FUNDAMENTAL – Anos Finais; ENSINO MÉDIO; EJA</b>  6º ao 9º ano; 1ª a 3ª Série; 2ª e 3ª Segmentos	Mínimo de 14 por turno	Professor de uma das áreas do Conhecimento, com aptidão comprovada em AH/SD	Mínimo de 15 por turno	Professor de Arte, com aptidão comprovada em AH/SD  Estudantes com AH/SD identificados na EJA e no Ensino Médio regular noturno deverão ser atendidos, no turno diurno, em SRE já existentes na CRE de origem	1 atendimento de 4 horas (5 horas/aulas) para cada estudante, no contraturno
---	------------------------	---	------------------------	---	--

As SRE de AH/SD devem ser organizadas, preferencialmente, em um único polo, no qual serão abertas as diferentes turmas da área acadêmica e/ou de Talento Artístico, conforme a demanda.  
 As equipes de AH/SD de cada CRE devem contar com um psicólogo especialista em AH/SD para atender todos os estudantes do polo e familiares.

Fonte: Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2023).

Pelas informações analisadas, constata-se que as Salas de Recursos dos Distrito Federal possuem estrutura e organização delimitadas e específicas para a realidade regional. A Orientação Pedagógica da Educação Especial do DF defende:

O atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001) como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para os estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (p. 76).

Existem no DF as Salas de Recursos Generalistas que atendem os estudantes com deficiência como por exemplo deficiência intelectual, física e autismo. As Salas de Recursos Específicas são salas especializadas em complementar as especificidades dos estudantes, como a Sala de Recursos Específica para Deficiente Auditivo e Surdocego, a Sala de Recursos Específica para Estudante Deficiente Visual ou, suplementar, como é o caso da Sala de Recursos Específica para Altas Habilidades/Superdotação.

## 2.2 A contextualização da Instituição educacional pesquisada

A presente pesquisa foi realizada em Santa Maria, uma Região Administrativa – RA na periferia do Distrito Federal, localizada a 26km de distância de Brasília. A cidade teve origem através do Programa de Assentamento de Família de Baixa Renda, onde um dos pré-requisitos era ter algum integrante da família com necessidade especial. Sua formação iniciou-se em 1991, hoje ocupa uma área de 211 km<sup>2</sup> e possui uma população de 120 mil habitantes.

A comunidade da Região Administrativa dispõe de uma área escolar composta por:

- 1 Centro de Jardim de Infância, com atendimento a crianças de 4 e 5 anos;
- 3 Centros de Educação Infantil, com atendimento a crianças de 4 e 5 anos;
- 9 Escolas Classe, com atendimento a crianças de 4 a 10 anos;
- 10 Centros de Ensino Fundamental, com atendimento a jovens de 11 a 14 anos;
- 2 Centros Educacionais, com atendimento a jovens de 15 a 17 anos;
- 2 Centros de Ensino Médio, com atendimento a jovens de 15 a 17 anos;
- 1 Centro de Ensino Especial com atendimento a jovens de 4 a 17 anos e,
- 1 Centro Interescolar de Línguas, com atendimento a jovens de 11 a 17 anos.

O recorte para a realização dessa pesquisa foi uma escola urbana, que atende estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola registrou o indicador de qualidade Ideb 6,0 no ano de 2021. De acordo com o QEDu – Portal de Dados Educacionais, a escola possui 690 estudantes no ensino regular e 38 estudantes na Educação Especial, e não registrou reprovação no ano de 2021.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Instituição de Ensino (IE) possui 34 turmas assim distribuídas, nos turnos matutino e vespertino:

Figura 7 - Quantitativo de estudantes, por turno e turmas da EC 116 de Santa Maria

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TGD
MATUTINO	00	07	02	00	06	02
VESPERTINO	05	00	05	05	00	02
TOTAL	05	07	07	05	06	04

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2023).

A estrutura física da escola é composta por 34 salas de aula, 1 sala de professores, 1 sala de Orientação Educacional, 1 Sala de Recursos Generalista, 1 sala da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, 1 secretaria escolar, 2 salas para as atividades da Educação Integral, 1 biblioteca escolar, 1 laboratório de informática, 1 mecanografia, pátio, parquinho e quadra poliesportiva.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, os objetivos para a Educação Especial são:

### 7.3 Ensino Especial

- Atender às diferenças individuais do aluno através da adaptação de técnicas às diversas fases do seu desenvolvimento;
- Propiciar situações de vivências, análise e reflexão que possibilitem o desenvolvimento do respeito com relação aos estudantes ANEE's;
- Sensibilizar sobre a necessidade de vivenciar o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes possam ser diferentes sem serem discriminados ou diminuídos;
- Trabalhar a questão dos valores, proporcionando à comunidade escolar refletir sobre o respeito a si mesmo e ao próximo;
- Permitir aos estudantes sentir-se parte integrante de um grupo. (PPP, 2023, p. 23)

Constatou-se que existe uma menção específica de que os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação fazem acompanhamento no polo do CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Santa Maria. Porém, não é descrito como é realizada a identificação e inclusão desses estudantes no ambiente escolar.



No decorrer do texto do PPP, há o entendimento, por parte da IE, de que os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação fazem parte do público da Educação Especial.

### 2.3 Procedimentos metodológicos

Esta, é uma pesquisa que utiliza métodos mistos. Para Galvão, Pluye, Ricarte (2018) “a pesquisa com métodos mistos combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados” (p. 6).

O componente qualitativo de um método misto pode ser usado, por exemplo, para se conhecer ou compreender os aspectos culturais, econômicos, organizacionais, políticos e sociais de um fenômeno ou problema, bem como para descobrir possíveis variáveis que interferem em alguns contextos e não em outros. Por sua vez, o componente de caráter quantitativo pode medir as associações entre diferentes fatores e a magnitude de seus efeitos ou implicações (Galvão, Pluye, Ricarte, 2018, p. 9).

A coleta dos dados foi realizada durante o mês de outubro de 2023, durante as reuniões pedagógicas do corpo docente. Isso posto, utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos como forma de atingir os objetivos específicos, enriquecer e coletar dados no contexto da pesquisa:

- Questionário estruturado, com o uso do Google Formulário – aplicado aos professores, nas reuniões pedagógicas, com questões sobre a formação dos docentes na área de AHSD, os critérios utilizados para a indicação dos estudantes à Sala de Recursos Específica de AHSD e as estratégias para a inclusão desses estudantes.

O roteiro de perguntas foi constituído de três partes. A primeira objetivou conhecer o perfil dos respondentes e conteve a identificação dos dados pessoais, a formação acadêmica e experiência profissional. A segunda parte foi sobre as concepções de Altas Habilidades/Superdotação dos docentes a respeito das características desejáveis em professores e sobre o perfil dos estudantes com AHSD. Na terceira parte foram apresentadas questões sobre as possíveis

estratégias que os professores utilizaram ou utilizam em sala de aula para incluir esses estudantes.

- Levantamento bibliográfico acerca do tema – escrita acerca das teorias da Superdotação, da legislação, das políticas públicas em Educação Inclusiva através de livros, documentos e artigos científicos, para embasamento da pesquisa e uso na produção do material digital – produto.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio das bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e SciELO Brasil Biblioteca Eletrônica Científica Online, com as palavras-chave no campo do título: ALTAS, HABILIDADES, SUPERDOTAÇÃO, POLÍTICAS e PROFESSORES de forma separadas e combinadas entre si, com o uso de conectores E/AND e o filtro para o período dos últimos dez anos.

No portal de periódicos da Capes foram encontrados artigos e dissertações conforme descritos abaixo:

- Altas e Habilidades: 245 resultados, sendo 244 artigos e 1 dissertação;
- Superdotação: 232 resultados, sendo 231 artigos e 1 dissertação;
- Altas e Habilidades e Superdotação: 189 resultados, 188 artigos e 1 dissertação;
- Políticas e Altas e Habilidades: 19 artigos;
- Políticas e Superdotação: 17 artigos;
- Políticas e Altas e Habilidades/Superdotação: 15 artigos;
- Professores e Altas e Habilidades: 25 artigos;
- Professores e Superdotação: 27 artigos,
- Professores e Altas e Habilidades/Superdotação: 23 artigos.

No portal de periódicos SciELO - Brasil foram encontrados artigos conforme descritos abaixo:

- Altas e Habilidades: 4 artigos;
- Superdotação: 6 artigos;
- Altas e Habilidades e Superdotação: nenhum resultado;
- Políticas e Altas e Habilidades: nenhum resultado;

- Políticas e Superdotação: nenhum resultado;
  - Políticas e Altas e Habilidades/Superdotação: 32 artigos;
  - Professores e Altas e Habilidades: nenhum resultado;
  - Professores e Superdotação: nenhum resultado,
  - Professores e Altas e Habilidades/Superdotação: 3 artigos.
- Produção de material digital (ebook) – a partir da aplicação do questionário, foram compiladas as principais dúvidas dos educadores, e assim, colocadas como orientações em um produto digital, acerca da identificação e inclusão dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula, para fomentar o desenvolvimento docente.

Esta pesquisa se pautou, também, na análise documental, em que Cellard (2012) defende que a análise do documento deve ser feita de forma crítica, onde o pesquisador interpreta de forma coerente, fazendo conexões do documento com o tema pesquisado ou com a pergunta inicial da pesquisa. O trabalho de análise “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (p. 303).

Foram analisadas as legislações e políticas vigentes, dados do Censo Escolar de 2021 e 2022, o Projeto Político Pedagógico da IE pesquisada, documentos oficiais nacionais e distritais, como:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial;
- Currículo em Movimento da Educação Básica – pressupostos teóricos;
- Decreto nº 7.611 de 17/11/11, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências;
- Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2023;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96;
- Lei nº 13.234, de 29/12/15 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com Altas

Habilidades/Superdotação;

- Orientação Pedagógica da Educação Especial do DF;
- Plano Nacional de Educação 2001-2010;
- Plano Nacional de Educação 2014-2024;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - 2008;
- Resumo Técnico do Distrito Federal: Censo Escolar da Educação Básica 2021,
- Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

Para as autoras Ludke & André (2018) através dos documentos utilizados na análise documental tem-se elementos que confirmam ou não as declarações realizadas pelo pesquisador. Os documentos “representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (p. 45).

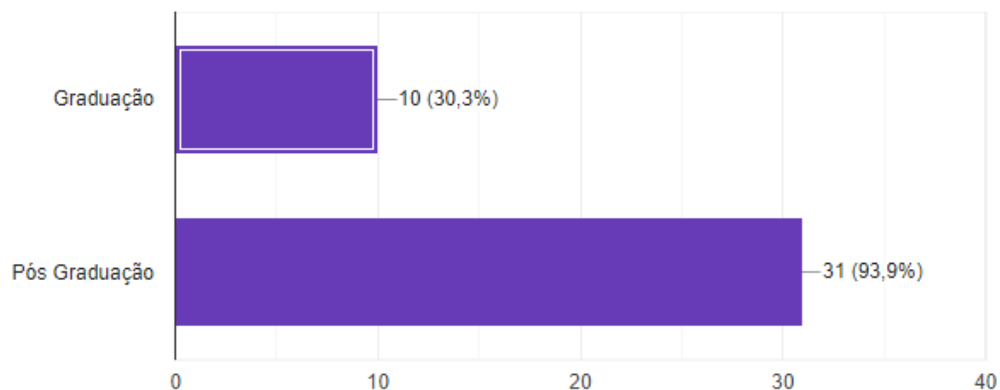
## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao se aplicar o questionário, nas coletivas pedagógicas, houve a devolutiva de 33 (trinta e três) professores, em que a maior parte (31) dos professores possuem pós-graduação, sendo que dez (10) professores possuem somente a graduação.

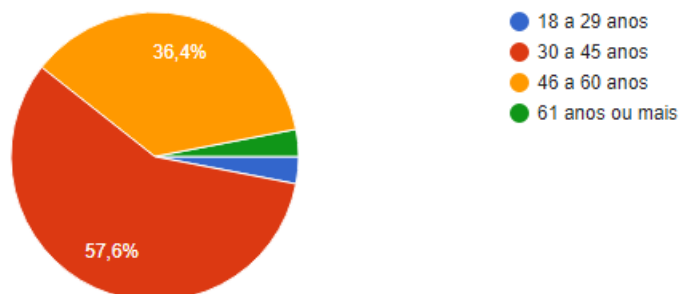
Os cursos de graduação e pós-graduação mencionados foram: Pedagogia, Educação Especial e Inclusiva, Inclusão Escolar, Psicopedagogia, Gestão e Administração, Letras, Alfabetização e Letramento, Coordenação Pedagógica, Psicologia, Educação Infantil, Educação Física, Filosofia, Psicomotricidade e Docência do Ensino Superior.

#### Formação dos professores



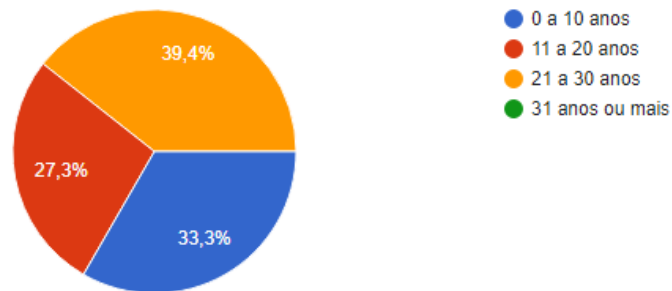
A maioria, 57,6% dos professores estão na faixa etária entre 30 a 45 anos, 36,4% possuem entre 46 e 60 anos, 3% com idade entre 18 e 29 anos e 3% com idade de 61 anos ou mais.

#### Idade dos professores



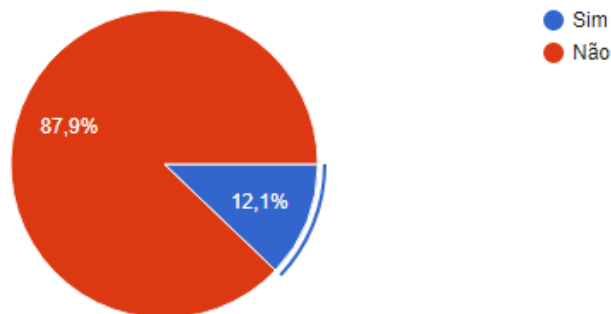
Em relação ao tempo de trabalho na SEEDF, 39,4% dos professores atuam entre 21 a 30 anos, 33,3% trabalham no intervalo de 0 a 10 anos e 27,3% entre 11 a 20 anos de experiência profissional.

### Tempo de atuação na SEEDF



Quanto aos cursos de aperfeiçoamento apenas quatro (4) professores declararam que realizaram algum curso na área de Altas Habilidades/Superdotação e vinte e nove (29) professores não fizeram nenhum curso na área. Porém, a maioria (97%) dos professores sabem que AHSD faz parte da Educação Especial.

### Curso na área de AHSD



A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1 de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e define que, as instituições de ensino superior devem ofertar formação docente voltada para conhecimentos sobre estudantes com necessidades educacionais específicas.

É preciso que a oferta prevista na resolução seja amplamente divulgada e frequentada pelos professores que ainda não possuem formação específica para atender os estudantes em suas especificidades. Para Martins e Alencar (2011), a formação do docente de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação tem grande

relevância na prática em sala de aula, seja na formação inicial com disciplinas voltadas para o tema, na formação continuada ou na pós-graduação.

Quando questionados sobre as cinco (5) competências profissionais desejáveis para lidar com uma criança com AHSD, as cinco mais escolhidas pelos professores foram, nessa ordem:

- 1- Capacidade de identificar as necessidades de aprendizagem do estudante (84,8%);
- 2- Compreender as necessidades cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes (48,5%);
- 3- Conhecimento teórico sobre o fenômeno de AHSD (42,4%);
- 4- Disposição para aprender (42,4%) e,
- 5- Utilizar diferentes fontes de aprendizagem, materiais e equipamentos (39,4%).

Ao analisar a questão, percebe-se que há um entendimento, por parte dos professores, da importância de se ter a competência de identificar as necessidades dos estudantes em sala de aula e da necessidade do conhecimento teórico sobre AHSD.

Nesse sentido, Zardo (2019) defende a importância da oferta de cursos e/ou disciplinas voltadas para a formação inicial e continuada, por parte das instituições, aos professores dos estudantes da Educação Especial, tanto da sala de aula, como do atendimento especializado, para que conheçam o perfil e desenvolvam estratégias pedagógicas específicas e adaptadas para esse público. Em seu trabalho, constatou que quase não existem disciplinas voltadas para o componente curricular da Educação Especial nos cursos de licenciatura do país, o que dificulta a aprendizagem de práticas diversificadas por parte dos professores em formação.

Quando questionados sobre as cinco (5) competências socioemocionais mais desejáveis aos professores dos estudantes com AHSD, as mais citadas foram:

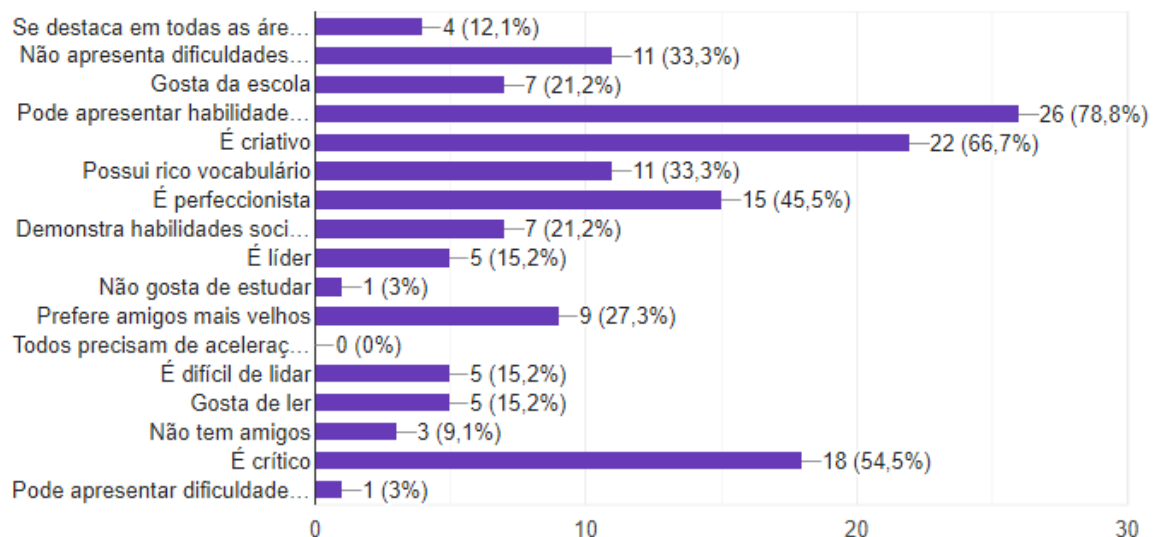
- 1- Ser uma pessoa flexível (72,7%);
- 2- Ser uma pessoa criativa e dinâmica (69,7%);
- 3- Ser uma pessoa comprometida e dedicada (69,7%);
- 4- Ser compreensivo (60,6%),
- 5- Ser uma pessoa atenciosa (60,6%).

Observa-se que os professores respondentes atribuem a flexibilidade como o fator mais importante no quesito das competências socioemocionais, deduzindo-se que apesar da maioria não ter formação continuada na área de AHSD, há a inferência

de que esse público é diversificado, exigindo o perfil de um/uma professor/a aberto às diferenças.

Quando perguntado aos professores sobre quais as características de AHSD, vinte e seis (26) professores (78,8%) responderam que o estudante: “Pode apresentar habilidade somente em uma área específica”. As demais características foram citadas de acordo com o gráfico abaixo. Percebe-se que as fragilidades como “Não gostar de estudar” e “Apresentar dificuldades em alguma área e/ou socialização” não foram características identificadas pela maioria dos professores como sendo de AHSD.

### Características de AHSD



Sabe-se que as boas práticas docentes influenciam na aprendizagem dos estudantes, independente se estes possuem comportamentos de Altas Habilidades ou não. Os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação possuem características específicas que precisam ser levadas em consideração. Como defende Costa et al. (2022, p. 72) que “o conhecimento das características dessas crianças contribui para a compreensão do fenômeno da Superdotação e para a implementação de ações voltadas às necessidades específicas delas”.

Ao verificar os resultados do questionário aplicado, a maioria dos professores afirma que não teve estudantes com AHSD em sua sala de aula. Sendo que, apenas 7 (sete) professores afirmaram que tiveram estudantes com AHSD, identificando

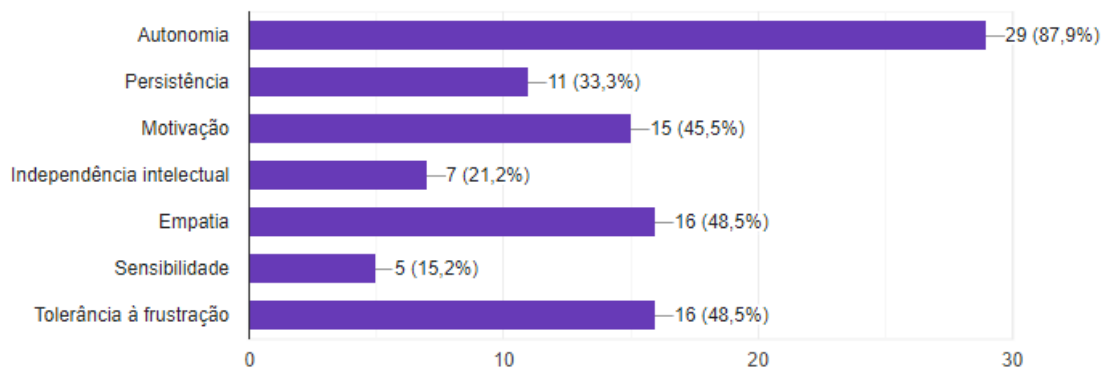


habilidades como: aprendizado rápido, questionador, criatividade, habilidade em desenhos e criticidade como características desses estudantes.

Ao ser perguntado sobre a realização de indicação de estudantes para a Sala de Recursos Específica de AHSD, 19 (dezenove) professores não indicaram e 14 (catorze) professores fizeram a indicação, com a idade entre 6 e 10 anos.

Não é possível exigir que os professores realizem a inclusão e identificação de estudantes com AHSD, se estes não possuem amparo na formação continuada para serem capazes de conhecer as peculiaridades dos estudantes superdotados.

### Aspectos socioemocionais estimulados em sala



O aspecto socioemocional mais estimulado pelos professores em sala de aula é a autonomia, a empatia e a tolerância à frustração, seguido da motivação. Os aspectos como persistência, independência intelectual e sensibilidade ficaram por último na escolha do estímulo, o que pode causar prejuízo para estudantes com AHSD em sala de aula, pois são algumas das características desse perfil de estudante.

Renzulli (2004) defende que as propostas educacionais ofertadas precisam lidar com questões “como o autoconceito, as relações interpessoais e o desenvolvimento de sentimentos, atitudes e valores”, porém lidar com problemas reais com independência intelectual, gera também, o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. (p. 102).

Em relação às estratégias utilizadas em sala de aula para atender os estudantes com AHSD, os professores declararam que:

- 1- Agem como facilitador (57,6%)
- 2- Respeitam os interesses individuais (42,4%)
- 3- Diferenciam o currículo (30,3%)

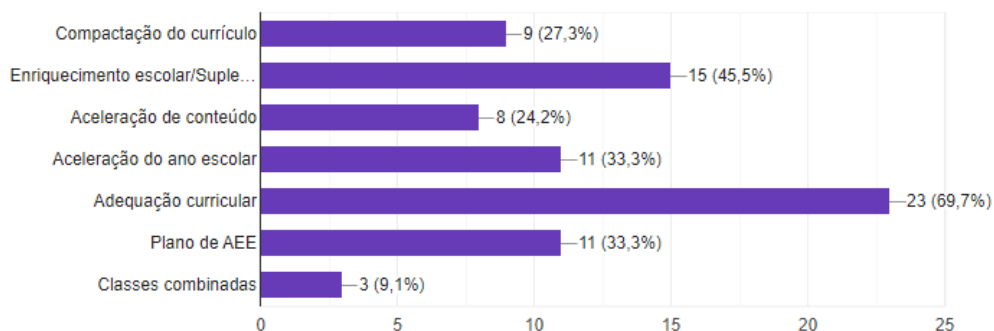
- 4- Encorajam os estudantes a serem aprendizes independentes (30,3%)
- 5- Promovem oportunidades de aprendizado centradas no estudante (30,3%)

As estratégias citadas acima, vão contra às respostas da questão anterior. Em que, o aspecto “independência intelectual” foi uma das menos citadas pelos professores como característica incentivada em sala de aula. E, ao declararem que respeitam os interesses individuais, diferenciam o currículo, encorajam a aprendizagem independente nota-se que existe um conflito nas respostas dos professores, de acordo como é colocada a questão.

Ao se compreender as dificuldades existentes na escola e no currículo para os estudantes diferentes do padrão, a gestão precisa estar voltada para a promoção de ambientes educacionais atentos às necessidades de todos os estudantes. É necessário pensar e refletir sobre a prática docente fora da educação tradicional, com foco nas potencialidades e, não nas fragilidades dos estudantes. (Dutra & Griboski, 2011)

Ao serem questionados sobre o conhecimento dos direitos dos estudantes com AHSD, as respostas à questão são apresentadas a seguir no gráfico:

### Conhecimento dos direitos dos estudantes com AHSD



A política pública mais conhecida pelos professores é a “adequação curricular” (69,7%), o “enriquecimento escolar/suplementação” (45,5%), seguidos pela “aceleração do ano escolar” e o “plano de AEE” (33%) concomitantemente. Os direitos menos conhecidos são “compactação do currículo” (27,3%), “aceleração de conteúdo” (24,2%) e “classes combinadas” (9,1%).

Para Dutra & Griboski (2011) para que a Educação Inclusiva aconteça é preciso que os processos de formação inicial e continuada de gestores e educadores abranjam as áreas da Educação Especial, e em nível federal que voltem a atenção às políticas de financiamento, organização dos espaços, participação dos familiares, formação de redes de apoio e que os direitos já conquistados sejam garantidos.

Para a criação do ebook, como parte do questionário, foi realizado o seguinte questionamento para os professores: Qual é a sua principal dúvida em relação a estudantes com Altas Habilidades/Superdotação? As principais perguntas feitas pelos professores abrangeram os seguintes temas:

- A identificação de estudantes com AHSD
- A diferença entre AHSD e Autismo
- Didática e atuação para lidar com estudantes com AHSD
- Trâmites para fazer a indicação para a Sala de Recursos
- Diferença entre AHSD e facilidade com determinada área do conhecimento
- Dificuldades emocionais dos estudantes com AHSD
- Atendimentos ofertados pela SEEDF
- Existência de diagnóstico ou exame clínico para comprovação de AHSD

Percebe-se que as principais dúvidas estão voltadas em como fazer a identificação e inclusão desses estudantes na sala de aula regular. Pois, por vezes, o professor não dispõe de conhecimentos específicos para realizar a inclusão dos estudantes com AHSD, de forma efetiva.

## CAPÍTULO IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação voltada aos estudantes com comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação, ainda apresenta desafios, como o cadastro subnotificado dos estudantes já avaliados, no banco de dados do Ministério da Educação e a não realização da suplementação do currículo em sala de aula regular.

No Censo Escolar de 2022, o levantamento da quantidade de estudantes da Educação Especial abrange a totalidade de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas Habilidades, sem especificar o número de cada grupo.

O desconhecimento da quantidade de estudantes com AHSD dificulta a aplicação e regulamentação de políticas públicas, como a destinação de recursos para a implementação de salas para atender esse público e o investimento na formação continuada dos profissionais da educação.

A inclusão dos estudantes com AHSD deve-se dar no espaço escolar como um todo, nas salas de aula regular e nas relações sociais com toda a comunidade escolar, respeitando as especificidades de cada perfil. É preciso que haja a reestruturação das práticas pedagógicas, na didática de como é entendido a apropriação do conhecimento, na forma como é verificada a aprendizagem e na aceitação das individualidades dos estudantes.

Este trabalho refletiu sobre como os professores identificam e incluem o estudante com AHSD na sala de aula regular. A não inclusão desses talentos na vida escolar, causam prejuízos no âmbito individual e uma perda irreparável para a sociedade como um todo. O poder público precisa desenvolver um olhar voltado para os estudantes com AHSD e aproveitar essas habilidades em prol do desenvolvimento do país.

A formação dos professores em Educação Especial é assegurada pela LDB, em que se prevê a especialização em atendimento especializado para a integração dos estudantes em turma regular. Porém, a formação inicial dos professores nas licenciaturas precisa ser pensada, elaborada e voltada também para a área da Educação Especial, como forma de preparar os futuros docentes para uma prática pedagógica com base na realidade encontrada nas escolas.

Pesquisar a inclusão é se mover entre o campo científico e o campo político. Não existe inclusão de fato, sem a visão macro da defesa dos direitos humanos e a visão micro do desenvolvimento pleno do sujeito. Valorizar a diferença como aspecto da diversidade humana por meio da promoção do diálogo e da reflexão, mas sobretudo com ações que influenciem a prática pedagógica na aceitação das diferenças nas instituições educacionais.

Foram analisadas as legislações de âmbito nacional e distrital, especificamente na área de Educação Inclusiva, Altas Habilidades/Superdotação, com a intenção de gerar material de fácil entendimento para ser utilizado pela comunidade escolar e famílias dos estudantes com AHSD, para fazerem uso na garantia de direitos.

Ao se fazer a análise da prática docente na identificação e inclusão de estudantes com AHSD, pôde-se constatar que existem ainda mitos a serem superados através da formação continuada dos professores, como o entendimento de que o estudante com AHSD apresenta bom desempenho em todas as áreas e não tem dificuldades de aprendizagem, de que gostam da escola ou são perfeccionistas.

A identificação de estudantes com AHSD precisa levar em conta o contexto social e cultural desse estudante. Além da observação dos comportamentos, desempenho acadêmico e criatividade, é preciso que a escola crie oportunidades para que as habilidades dos estudantes sejam desenvolvidas e bem aproveitadas no ambiente escolar através da oferta de experiências variadas e enriquecedoras.

Nesse sentido, é salutar a formação continuada da comunidade escolar, para a apropriação, discussão e divulgação de como identificar e incluir os estudantes com AHSD na sala de aula regular. Outra questão é a aplicação das leis referente aos direitos já conquistados para atendimento no âmbito escolar, pois interpretar e reconhecer a legislação vigente faz parte da inclusão desse público.

A educação deve estar voltada para o humano, para as adversidades, pois a escola é um lugar coletivo onde acontecem as expressões individualizadas. Observar e conhecer também é importante para desvendar o estudante com AHSD. A inclusão é um processo constante que provê a transformação social. Compreender as características do perfil dos estudantes, permite que os professores utilizem estratégias para potencializar os talentos.

A comunidade escolar faz parte dos processos de formulação e implementação das políticas públicas. O que acontece no chão da escola influencia as políticas, e as políticas influenciam as práticas pedagógicas. Nesse sentido, a luta coletiva é

necessária, para que a realidade e as necessidades escolares reverberem nas esferas maiores.

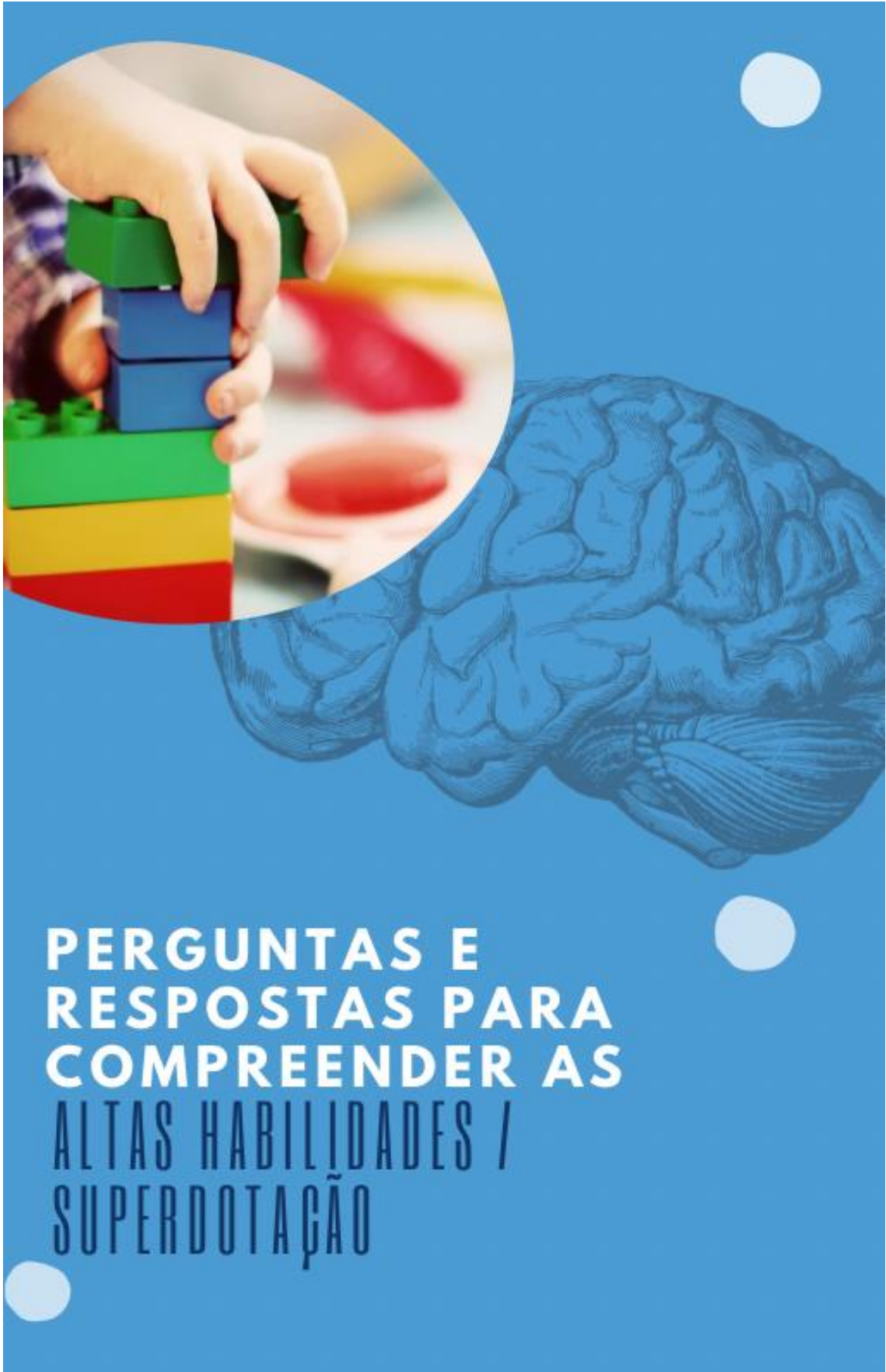
Os movimentos coletivos geram efeitos para criar ou revogar uma política pública para que não haja retrocessos dos direitos conquistados. Os direitos ao acesso e permanência estão no processo de implementação constante, agora é preciso conquistar a participação efetiva dos profissionais da escola, das famílias e da sociedade civil.

## PRODUTO TÉCNICO

O Mestrado Profissional tem como característica diferenciada, a construção de um produto técnico, como forma de integrar a teoria e a prática do objeto de estudo. As informações do produto técnico foram coletadas a partir da aplicação do questionário para os professores da escola pesquisada. As dúvidas e questionamentos dos professores compartilhadas no instrumento foram compiladas no material digital (ebook) em forma de questões e respostas.

É um material voltado para professores regentes, que proporciona leitura e entendimento rápido sobre estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Foi criado no aplicativo Canva. A seguir, coloco o protótipo dos textos e layout do ebook. Pode ser acessado também, através do link:

[https://www.canva.com/design/DAF1GCeQz8I/5r\\_Prnt\\_zpmXBROGCg4qXA/edit](https://www.canva.com/design/DAF1GCeQz8I/5r_Prnt_zpmXBROGCg4qXA/edit)



**PERGUNTAS E  
RESPOSTAS PARA  
COMPREENDER AS  
ALTAS HABILIDADES /  
SUPERDOTAÇÃO**



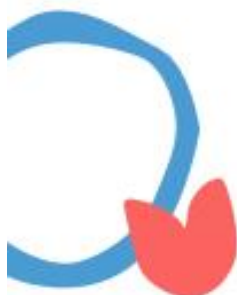


## APRESENTAÇÃO

Sou Verônica Batista Pinheiro, pedagoga e licenciada em matemática. Especialista em Psicopedagogia e em Educação a Distância. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 2007. Com experiência como docente em sala de aula de alfabetização e anos iniciais, como pedagoga nas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem e Polos de Atendimento aos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos.

De 2015 a 2021, atuei na Sala de Recursos Específica de Altas Habilidades/Superdotação em uma escola na periferia do DF, atendi estudantes com faixa etária de seis a 11 anos de idade. Estive dedicada exclusivamente à pesquisa durante o segundo semestre de 2021 até o início de 2023.

Esse produto foi idealizado a partir das dúvidas dos professores da escola pesquisada durante a pesquisa no Mestrado. Foram compiladas nesse material digital (ebook) em forma de questões e respostas. É um material voltado para professores regentes, que proporciona leitura e entendimento rápido sobre estudantes com AHSD.





## 1- Como identificar um estudante com Altas Habilidades/Superdotação?

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE (2008) define estudantes com Altas Habilidades/Superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, ISOLADAS ou COMBINADAS:

- intelectual;
- acadêmica;
- liderança,
- psicomotricidade e
- artes.

E que, também apresentem:

- elevada criatividade,
  - grande envolvimento na aprendizagem e
  - realização de tarefas em áreas de seu interesse.
-

## 2- Que estratégias pedagógicas utilizar em sala de aula com os estudantes com **AHSD**?

Uma das estratégias eficaz para incluir e atender as especificidades dos estudantes com AHSD, é o enriquecimento escolar. O Modelo de Enriquecimento Escolar de Joseph Renzulli tem o objetivo de desenvolver habilidades, com o foco na produção de conhecimento, com três tipos de enriquecimento:

Tipo I - tem início na sala de aula e abrange todos os estudantes. Tem o intuito de ofertar o conhecimento através de palestras, excursões e demonstrações de diversas áreas e interesses.

Tipo II - é o enriquecimento voltado para o desenvolvimento de habilidades específicas no manejo de técnicas, recursos e métodos de uma área específica por qual o estudante tem interesse em aprofundar seus conhecimentos, para assim desenvolver o pensamento crítico, a resolução de problemas e o pensamento criativo.

Tipo III - é a etapa em que o estudante se dedica para aprofundar o conhecimento em algum conteúdo mais avançado. O estudante precisará de habilidades específicas, como o planejamento, a organização, o gerenciamento de tempo e a tomada de decisões.



### 3- Quais são os trâmites para aceitarem casos de **AHSD**?

O público-alvo das Salas de Recursos de AHSD são estudantes de escolas públicas e privadas do DF, na Educação Infantil à Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio).

O encaminhamento do estudante para o Atendimento Educacional Especializado é feito mediante a indicação da família, da escola de origem ou pela autoindicação.

O professor do ensino regular preenche a ficha de indicação contendo uma escala de características referentes ao estudante.

As fichas de indicação são encaminhadas à Sala de Recursos que, após a realização de uma triagem, acolhe o educando.

O processo de avaliação pedagógica, aplicação de testes psicológicos e o atendimento são realizados concomitantemente.

Ao final, é feito um relatório confirmando ou não os comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação. As orientações necessárias são dadas em uma devolutiva à família e à escola de origem.





#### 4- Quais são as questões sociais e emocionais mais recorrentes em estudantes com **AHSD**?

A manifestação das emoções acontece de maneira diferenciada, de acordo com o perfil da Superdotação do estudante.

Uma característica do estudante com AHSD é a ASSINCRONIA, que é a diferença entre o desenvolvimento, nos aspectos cognitivo, emocional, linguístico, motor e o desenvolvimento cronológico.

Tentes e Guimarães (2007) definem a assincronia como “desenvolvimentos não lineares, característicos do superdotado, e que seriam os geradores de sentimentos de descompasso do indivíduo em relação a si mesmo e à sociedade” (p. 43).

A hipersensibilidade, é também uma característica de AHSD e pode ser denominada super excitabilidade. Essa super excitabilidade pode se manifestar de diferentes formas: psicomotora (necessidade de movimentação e expressão), imaginativa (devaneios como processo criativo) ou intelectual (necessidade de aprofundar assuntos de seu interesse).

5- Quais são os atendimentos disponíveis na **SEEDF** para os estudantes com **AHSD**?

A Sala de Recursos Específica de Altas Habilidades/Superdotação tem como um dos objetivos orientar e avaliar os estudantes em seus interesses e habilidades individuais.


A frequência dos atendimentos ocorre com periodicidade semanal e em horário contrário ao da escola regular, com duração de quatro horas. São realizadas atividades que estimulam o autoconhecimento, a inteligência emocional e a iniciação à pesquisa.

6- Quais são os direitos dos estudantes com **AHSD** no Brasil e no DF?

Pela legislação brasileira há a garantia de direitos voltados para a Educação Especial. No Brasil, existe um amparo legislativo que garante direitos escolares para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, mas o desconhecimento por parte da comunidade escolar, inviabiliza a aplicabilidade na prática.


A seguir, trago uma compilação realizada durante a pesquisa do Mestrado, com a descrição e a lei que ampara o direito do estudante com AHSD.

Obs.: para ter acesso à tabela original, acesse a dissertação no repositório da Unb: [repositorio.unb.br](http://repositorio.unb.br)



DIREITO	LEGISLAÇÃO
Plano de estudos compactado ou abreviado	LDB/96 Art. 23
Aceleração	LDB/96 Art. 24, inciso II, alínea c Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)
Progressão parcial (aceleração de matérias)	LDB/96 Art. 24, inciso III
Classes combinadas, multisseriadas	LDB/96 Art. 24, inciso IV
Avanço contínuo	LDB/96 Art. 24, inciso V, alínea a, b, c
Aceleração universitária	LDB/96 Art. 47, § 2º
Adequação curricular	LDB/96 Art. 59, inciso I Decreto 7.611/2011, inciso VI Lei 5.372/2014, Art 3º (DF) Decreto nº 36.461/2015, Art. 2º, §3º (DF)
Conclusão do Ensino Fundamental em menor tempo	LDB/96 Art. 59, inciso II
Direito de ser atendido por professores especializados e capacitados	LDB/96 Art. 59, inciso III Decreto nº 36.461/2015, Art. 3º (DF)
Suplementação / Enriquecimento escolar	Decreto 7.611/2011, Art. 2º, § 1º Lei 5.372/2014, Art 3º (DF) Decreto nº 36.461/2015, Art. 5º, §2º (DF)

Fonte: Elaboração própria (2023)



DIREITO	LEGISLAÇÃO
Presença de psicólogos na equipe multidisciplinar do AEE	Decreto nº 36.461/2015, Art. 2º, §3º (DF)
Atendimento na rede pública aos alunos com AHSD da rede particular de ensino	Lei 5.372/2014, Art 3º (DF)
Cadastro nacional de estudantes com AHSD e registro no censo escolar	Lei 13.234/2015, Art. 59-A Decreto nº 36.461/2015, Art. 4º, §3º (DF)
Fazer parte do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola	Decreto nº 36.461/2015, Art. 5º (DF)

Fonte: Elaboração própria (2023)





## **CONSIDERAÇÕES**

Existem ainda mitos a serem superados sobre o que é ser um estudante com AHSD, por exemplo, como o entendimento de que o estudante apresenta bom desempenho em todas as áreas, não tem dificuldades de aprendizagem e de que gostam da escola ou são perfeccionistas.

A identificação de estudantes com AHSD precisa levar em conta o contexto social e cultural desse estudante. Além da observação dos comportamentos, desempenho acadêmico e criatividade, é preciso que a escola crie oportunidades para que as habilidades dos estudantes sejam desenvolvidas e bem aproveitadas no ambiente escolar através da oferta de experiências variadas e enriquecedoras.

Nesse sentido, é salutar a formação continuada da comunidade escolar, para a apropriação, discussão e divulgação de como identificar e incluir os estudantes com AHSD na sala de aula regular.

É preciso que haja a aplicação das leis referente aos direitos já conquistados para atendimento no âmbito escolar, pois interpretar e reconhecer a legislação vigente também faz parte da inclusão desse público.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13234.htm). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva. MEC. 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.



CHAGAS, Jane Farias; PINTO, Renata; PEREIRA, Vera Lúcia. Modelo de Enriquecimento Escolar. In: FLEITH, Denise de Souza (Org). A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Volume 2: atividades de estimulação de alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 55-80.

COSTA, Maira Maria da; BIANCHI, Alessandra Sant'Anna; SANTOS, Márcia Melo de Oliveira. Características de crianças com Altas Habilidades/Superdotação: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. e0121, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 36.461, de 23 de abril de 2015. Regulamenta a Lei nº 5.372/2014, que garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação na rede pública do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/79465/Decreto\\_36461\\_23\\_04\\_2015.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/79465/Decreto_36461_23_04_2015.html). Acesso em: 24 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.372, de 24 de julho de 2014. Garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/77380/Lei\\_5372\\_24\\_07\\_2014.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/77380/Lei_5372_24_07_2014.html). Acesso em: 22 out. 2023.

RENZULLI, Joseph. What is This Thing Called Giftedness, and How Do We Develop It? A Twenty-Five Year Perspective. *Journal for the Education of the Gifted*. 23. 3-54. 1999. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/284707017\\_What\\_is\\_This\\_Thing\\_Called\\_Giftedness\\_and\\_How\\_Do\\_We\\_Develop\\_It\\_A\\_Twenty-Five\\_Year\\_Perspective](https://www.researchgate.net/publication/284707017_What_is_This_Thing_Called_Giftedness_and_How_Do_We_Develop_It_A_Twenty-Five_Year_Perspective). Acesso em: 15 nov. 2023.

TENTES, Vanessa Terezinha Alves; GUIMARÃES, Tânia Gonzaga. Características intelectuais, emocionais e sociais do aluno com altas habilidades/Superdotação. Capítulo 3. In: FLEITH, D. S. (Org.). *A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação: orientação a professores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 41-51.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando, “A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. IN: OLIVEIRA, Romualdo Portela de e SANTANA, Wagner. (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades e garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

BACIENSE, Taisa Rodrigues Smarssaro; ROSSETTI, Claudia Broetto. **Altas Habilidades/Superdotação no contexto escolar: percepções de professores e prática docente**. Revista Brasileira de Educação Especial. Relato de pesquisa. jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kTN4Ps4FsWX76L65ZYjVntg/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação 2001-2010**. UNESCO, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2022 – resultados preliminares**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Distrito Federal: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Glossário da Educação Especial: Censo Escolar 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13234.htm). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretriz Específica para o Atendimento de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação**. Conselho Nacional de Educação. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Informativo Altas Habilidades ou Superdotação**. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1**. Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. 2. ed. Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAGAS, Jane Farias; PINTO, Renata; PEREIRA, Vera Lúcia. **Modelo de Enriquecimento Escolar**. In: FLEITH, Denise de Souza (Org). A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Volume 2: atividades de estimulação de alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 55-80.

COSTA, Maira Maria da; BIANCHI, Alessandra Sant'Anna; SANTOS, Márcia Melo de Oliveira. **Características de crianças com Altas Habilidades/Superdotação: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. e0121, 2022.

DELPRETTO, Bárbara Martins de Lima; GIFFONI, Francinete Alves; ZARDO, Sinara Pollom. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Altas Habilidades/Superdotação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará.2010.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 36.461, de 23 de abril de 2015**. Regulamenta a Lei nº 5.372/2014, que garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação na rede pública do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/79465/Decreto\\_36461\\_23\\_04\\_2015.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/79465/Decreto_36461_23_04_2015.html). Acesso em: 24 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial**. Brasília.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica – pressupostos teóricos**. Brasília.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2023 - Portaria nº 1.199 de 16 de dezembro 2022**. Brasília. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.372, de 24 de julho de 2014**. Garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/77380/Lei\\_5372\\_24\\_07\\_2014.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/77380/Lei_5372_24_07_2014.html). Acesso em: 22 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica – Educação Especial**. Brasília. 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político Pedagógico 2023**. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 16 mai. 2023.



DUTRA, Cláudia Pereira; GRIBOSKI, Cláudia Maffini. **Gestão para a inclusão**. Revista Educação Especial, [S. l.], n. 26, p. 09–17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4372>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FAVERI, Fanny; HEINZLE, Marcia. **Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis**. Revista Educação Especial, v. 32, 2019. Publicação Contínua. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39198/html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FONSECA, Fernanda Cardoso Fraga; ABUD, Maria José Milharezi. **Características de qualidade do professor na percepção de alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e72/ 1–18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/35296>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FORBES, Jack. **Colombo e outros Canibais**. Lisboa: Antígona, 1998.

FRAGA, Maria Amélia Barcellos; FREITAS, Sumika Soares. **Inteligência, Criatividade e Superdotação: contribuições da perspectiva histórico-cultural**. Revista Educação Especial em Debate. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão (NEESP), Centro de Educação, Ano 01, v. 01, n. 02. 2016.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.

GAMA, Maria Sodré S. **Educação de Superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.

GONTIJO, Elda; HORBYLON, Camila. **Mitos sobre Altas Habilidades/Superdotação: a importância de um olhar incluyente**. In: SANTOS, Wanderley Alves dos. Metodologia de ensino para Altas Habilidades/Superdotação na educação básica: pesquisas bibliográficas. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

GUENTHER, Zenita Cunha; RONDINI, Carina Alexandra. **Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores**. Educa o em Revista, v. 28, n. 01, p. 237-266, março. Belo Horizonte, MG. 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educa o: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.



MACHADO, Liliane Campos. **(Re)configuração curricular no processo de formação de professores e suas relações**. Educação, v. 41, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/15079>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MAINARDES, Jefferson. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional**. Jornal de Políticas Educacionais. v. 12, n. 16. ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

MARIANA, Fernando Bomfim. **Emancipação e Trabalho docente**. In: ARAÚJO, Neuza de Farias; ALVES, Vitor João Ramos; MAGALHÃES, Maria José; Melo, Thiago Sebastião de (orgs.). Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinaridades: a práxis da interseccionalidade na contemporaneidade. 1a ed.- Brasília/DF: Editora Otimismo, 2020.

MARLAND, Sidney. P. Junior. **Education of the Gifted and Talented: Report to the Congress of the United States by the U.S. Commissioner of Education**. Washington, D.C.: U.S. Department of Health, Education & Welfare, Office of Education, v. I, 1971. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED056243.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARTINS, Alexandra da Costa Souza; ALENCAR, Eunice Soriano de. **Características desejáveis em professores de alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Revista Educação Especial, Santa Maria, RS, v. 24, n. 39, p. 31-46, jan/abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1881/1714>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** S. Paulo: Senac, 2001.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2018.

NOGUEIRA, S. R. A.; CARDOSO, F. S.; YAMASAKI, A. A. .; BASTOS, A. L. . **Freire, Renzulli e as oficinas interativas para alunos superdotados**. Educação em Foco, [S. l.], v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32923>. Acesso em: 11 mai. 2023.

TENTES, Vanessa Terezinha Alves; GUIMARÃES, Tânia Gonzaga. **Características intelectuais, emocionais e sociais do aluno com altas habilidades/Superdotação**. Capítulo 3. In: FLEITH, D. S. (Org.). A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação: orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 41-51.

RANGNI, R. A.; COSTA, M. P. R. C. **Altas Habilidades/Superdotação: entre termos e linguagens**. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 467-482, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 8 set. 23.

RENZULLI, Joseph. **What is This Thing Called Giftedness, and How Do We Develop It? A Twenty-Five Year Perspective**. Journal for the Education of the Gifted. 23. 3-54. 1999. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/284707017\\_What\\_is\\_This\\_Thing\\_Called\\_Giftedness\\_and\\_How\\_Do\\_We\\_Develop\\_It\\_A\\_Twenty-Five\\_Year\\_Perspective](https://www.researchgate.net/publication/284707017_What_is_This_Thing_Called_Giftedness_and_How_Do_We_Develop_It_A_Twenty-Five_Year_Perspective). Acesso em: 15 nov. 2023.

RENZULLI, Joseph S. **O que é esta coisa chamada Superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos**. Educação, [S. l.], v. 27, n. 1, Porto Alegre-RS, p. 75-131, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/375>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SIMONETTI, Dora Cortat. **Alunos Dotados e Talentosos: Atividade Neural e o Papel do Professor**. Revista Brasileira de Educação e Cultura. Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número III jan-jun. Trabalho 01 p. 01-12. 2011.

SINPRO-DF. **A pandemia agravou o que já era um drama na Educação Básica**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/a-pandemia-agravou-o-que-ja-era-um-drama-na-educacao-basica/>. Acesso em: 17 out. 2021.

SINPRO-DF. **CNTE e UnB lançam pesquisa “Trabalho na pandemia: e a saúde, como fica?”**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/184062-2/>. Acesso em: 17 out 2021.

SANTOS, Karla Vanessa Gomes dos. **Práticas pedagógicas das salas de recursos de Altas Habilidades/Superdotação do Distrito Federal segundo a teoria de Joseph Renzulli**. Dissertação. Universidade de Brasília. 2020.

SANTOS, Nadine Silva dos; LOCKMANN, Kamila. **As reconfigurações da inclusão escolar brasileira frente a uma governamentalidade conservadora-fascista**. Imagens da Educação, v. 12, n. 4, p. 158-178, 30 nov. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

SOUZA, Gustavo Costa de; LAISNER, Regina Cláudia; LIMA, Luciana Leite. **Estratégias de Análise da Ação Pública**. NAU Social, v. 9, n. 17, 2018.

VIRGOLIM, Ângela. **Altas habilidade/Superdotação: encorajando potenciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

VIRGOLIM, Ângela; KONKIEWITZ, Elisabete (orgs). **Altas Habilidades/Superdotação, Inteligência e Criatividade: uma visão multidisciplinar**. Brasília: Papyrus, 2014.

ZARDO, Sinara Pollom. **Formação de professores para a atuação em escolas inclusivas: a experiência da tutoria nos cursos de graduação da Universidade de Brasília (UnB).** In: SILVA, Lázara Cristina da; REIS, Cinval Filho dos; SILVA, Wender Faleiro da. (Orgs.). **Educação Especial e inclusão educacional: evidências e esmaecimentos na formação dos professores.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Capítulo X. p. 137-152.

ZARDO, Sinara Pollom. **A deficiência na perspectiva dos direitos humanos e da justiça social: contribuições para a organização de sistemas educacionais inclusivos.** 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A: Termo de consentimento de esclarecimento institucional**

**APÊNDICE B: Questionário**

**APÊNDICE C: E-mails enviados e recebidos – Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE / Setor de Inscrição e Documentação – Sindoc**

**APÊNDICE D: E-mails enviados e recebidos - Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV**

**APÊNDICE E: Pedido de acesso à informação – Participa DF**

## APÊNDICE A

**TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO INSTITUCIONAL**

À Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria-DF,

Senhor(a) Coordenador(a),

A pesquisa proposta será realizada pela estudante Verônica Batista Pinheiro, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. A pesquisa será apresentada como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação e tem sido realizada sob a orientação e supervisão da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Maffini Griboski.

Cabe destacar que, devido à natureza da pesquisa, a participação não irá acarretar quaisquer danos ou custos e, ressaltamos que qualquer informação adicional poderá ser fornecida a qualquer tempo pela pesquisadora e pela professora orientadora. Além disso, destacamos que as informações coletadas serão utilizadas somente para fins acadêmicos, de acordo com os critérios éticos de pesquisa.

O trabalho foi elaborado por meio da análise bibliográfica e resenha da literatura. O trabalho terá como título “A prática docente na identificação e inclusão de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação” e tem como objetivo analisar a prática docente na identificação e inclusão de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula dos anos iniciais, em uma escola urbana da periferia do Distrito Federal.

A coleta dos dados será realizada durante o mês de outubro de 2023, por meio de questionário online para os professores, disponibilizado na plataforma *Microsoft Forms*. Após a conclusão da dissertação, esta será disponibilizada no repositório da Biblioteca Central da UnB, e uma via será encaminhada à Coordenação Regional de Ensino.

Por fim, agradecemos a autorização e apoio e reforçamos a importância da participação dessa entidade para que este trabalho possa ser realizado.

Brasília - DF, outubro de 2023.

---

Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Cláudia Maffini Griboski	Verônica Batista Pinheiro
Professora orientadora	Estudante pesquisadora

Ciente das informações constantes no presente, autorizo a aplicação da pesquisa no âmbito da Escola Classe 116, Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria-DF.

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

**QUESTIONÁRIO**

Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação em Educação

Mestrado Profissional em Educação

Participante,

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a prática docente na identificação e inclusão de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em sala de aula regular dos anos iniciais, em uma escola urbana da periferia do Distrito Federal. Será realizada pela Verônica Batista Pinheiro, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. A pesquisa deverá ser apresentada como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação e tem sido realizada sob a orientação e supervisão da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Maffini Griboski.

Cabe destacar que, devido à natureza da pesquisa, a sua participação será sigilosa, não contendo seu nome ou outro dado que possa identificá-lo na dissertação ou publicação posterior. Também não acarretará quaisquer danos ou custos para sua pessoa e ressaltamos que qualquer informação adicional poderá ser fornecida a qualquer tempo pela pesquisadora e pela professora orientadora. Além disso, destacamos que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, conforme os preceitos éticos de pesquisa.

A coleta dos dados será realizada durante o mês de outubro de 2023, por meio de questionário online, disponibilizado na plataforma *Microsoft Forms*. Após a conclusão da dissertação, esta será disponibilizada no repositório da Biblioteca Central da UnB, e uma via será encaminhada à Coordenação Regional de Ensino.

Desde já, agradecemos sua participação, ao mesmo tempo em que reforçamos a importância desta pesquisa para a construção do conhecimento sobre o assunto. Vamos começar?

**A- PERFIL****1- Formação (pode marcar mais de uma opção)**

Graduação

Pós-graduação

**2- Formação (complemento), adicione sua Graduação, área de Especialização, Mestrado e/ou Doutorado:**  

---

**3- Idade**

18 a 29 anos

30 a 45 anos

46 a 60 anos

61 anos ou mais

**4- Tempo de atuação na SEEDF**

0 a 10 anos

11 a 20 anos

21 a 30 anos

31 anos ou mais

**5- Fez algum curso de aperfeiçoamento na área de Educação Especial? Se sim, qual?** \_\_\_\_\_**6- Fez algum curso na área de Altas Habilidades/Superdotação?**

Sim

Não

**7- Marque as etapas/anos em que já atuou como docente: (pode marcar mais de uma opção)**

Educação Infantil

Jardim I

Jardim II

1º ano do Ensino Fundamental I  
2º ano do Ensino Fundamental I  
3º ano do Ensino Fundamental I  
4º ano do Ensino Fundamental I  
5º ano do Ensino Fundamental I  
6º ano do Ensino Fundamental II  
7º ano do Ensino Fundamental II  
8º ano do Ensino Fundamental II  
9º ano do Ensino Fundamental II  
1º ano do Ensino Médio  
2º ano do Ensino Médio  
3º ano do Ensino Médio  
Graduação  
Pós graduação

## **B- CONCEPÇÕES**

**8- Qual é a sua principal dúvida em relação a estudantes com Altas Habilidades/Superdotação?**

---

**9- Você sabia que Altas Habilidades/Superdotação faz parte da modalidade Educação Especial?**

Sim

Não

**10- Para você, quais são as 5 (cinco) COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS mais desejáveis aos professores dos estudantes com AHSD? (Marque as 5 opções mais importantes para você)**

Capacidade de identificar as necessidades de aprendizagem do estudante

Conhecimento teórico sobre o fenômeno de AHSD

Reconhecimento de que o desenvolvimento afetivo interfere na aprendizagem

Boa didática

Bom relacionamento com os estudantes



Disposição para aprender  
Habilidade de comunicação  
Objetividade com que explica o conteúdo  
Esclarecimento de dúvidas dos estudantes  
Capacidade de sintetizar o conteúdo  
Capacidade de relacionar a teoria à prática  
Promove oportunidades de aprendizagem aos estudantes  
Utiliza diferentes fontes de aprendizagem, materiais e equipamentos  
Administra bem o tempo de aula  
Fala sobre ideias inovadoras  
Permite discussões em sala de aula sobre algum assunto que não, necessariamente, tem relação com o conteúdo  
Compreende as necessidades cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes  
Outras: \_\_\_\_\_

**11- Para você, quais são as 5 (cinco) COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS mais desejáveis aos professores dos estudantes com AHSD? (Marque as 5 opções mais importantes para você)**

Ser compreensivo  
Ser uma pessoa atenciosa  
Ser uma pessoa flexível  
Ser uma pessoa criativa e dinâmica  
Ser uma pessoa sensível  
Ser uma pessoa tranquila  
Ser uma pessoa compromissada e dedicada  
Ter autoestima elevada  
Possuir bom senso de humor  
Admitir os próprios erros  
Ser entusiasmado  
Ser culturalmente sensível  
Outras: \_\_\_\_\_

**12- Para você, o que caracteriza um estudante com AHSD: (marque quantas opções desejar)**

- Se destaca em todas as áreas do currículo escolar
- Não apresenta dificuldades de aprendizagem
- Gosta da escola
- Pode apresentar habilidade somente em uma área específica
- É criativo
- Possui rico vocabulário
- É perfeccionista
- Demonstra habilidades socioemocionais
- É líder
- Não gosta de estudar
- Prefere amigos mais velhos
- Todos precisam de aceleração de estudos
- É difícil de lidar
- Gosta de ler
- Não tem amigos
- É crítico
- Outras características: \_\_\_\_\_

**C- ESTRATÉGIAS**

**13- Em sua trajetória profissional, já atuou como professor/professora de algum estudante com Altas Habilidades/Superdotação? Se sim, qual a idade e quais características você observou?**

\_\_\_\_\_

**14- Em sua trajetória profissional, já indicou algum estudante com Altas Habilidades/Superdotação para ser avaliado pela Sala de Recursos AHSD? Se sim, qual idade?**

\_\_\_\_\_

**15- Quais aspectos socioemocionais dos estudantes, em geral, você estimula em sala de aula? (Marque até 3 opções)**

Autonomia

Persistência

Motivação

Independência intelectual

Empatia

Sensibilidade

Tolerância à frustração

Outros \_\_\_\_\_

**16- Que estratégias você utiliza ou já fez uso para atender os estudantes com características de AHSD? (Marque até 3 opções)**

Diferencia o currículo para os estudantes com AHSD

Promove formas mais elevadas de pensamento

Encoraja os estudantes a serem aprendizes independentes

Promove oportunidades de aprendizado centradas no estudante

Age como facilitador/facilitadora do conhecimento

É organizado (a)

Oferta amplos interesses culturais, científicos, artísticos e literários

Utiliza variadas estratégias de ensino para atingir os diversos estilos de aprendizagem

Respeita os interesses individuais dos estudantes com AHSD

Oferta estudos independentes

Possibilita a mentoria

Realiza avaliação diferenciada

Outras estratégias: \_\_\_\_\_

**17- Quais desses direitos dos estudantes com AHSD você conhece?**

Compactação do currículo

Enriquecimento escolar/Suplementação

Aceleração de conteúdo

Aceleração do ano escolar

Adequação curricular

Plano de AEE

Classes combinadas

**18-Deseja acrescentar alguma outra informação sobre o tema?**

---

## APÊNDICE C

**E-mails enviados e recebidos****Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE****Setor de Inscrição e Documentação – Sindoc****Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>****solicitação de dados para pesquisa**

7 mensagens

**Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>** 15 de dezembro de 2022 às 10:50

Para: sindoc.eape@se.df.gov.br, sdoc.eape@edu.se.df.gov.br Bom dia!

Estou afastada para estudos e precisando de uns dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação. Preciso fazer um levantamento da:

1. quantidade de Salas de Recursos de AHSD,
2. tipos de salas em cada Regional de Ensino e
3. quantidade de estudantes atendidos por sala específica de cada Região Administrativa.

Envio em anexo, os documentos exigidos preenchidos.guardo retorno.

--

Verônica Batista 98595-2750

**3 anexos****Carta de apresentação UnB.jpg**

56K

**Solicitacao-de-Autorizacao-para-Pesquisa preenchido.pdf**

311K

**Pré projeto.docx**

64K

**Setor de Inscrição e Documentação <sindoc.eape@se.df.gov.br>** 15 de dezembro de 2022 às 14:39

Para: Veronica Batista &lt;veronica.educ@gmail.com&gt;

Boa tarde,

Sua solicitação foi encaminhada ao setor responsável, favor aguardar 10 dias úteis.

Att. Sindoc

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

**De:** Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>**Enviado:** quinta-feira, 15 de dezembro de 2022 10:50:02**Para:** Setor de Inscrição e Documentação; sdoc.eape@edu.se.df.gov.br **Assunto:**

solicitação de dados para pesquisa

Bom dia!

Estou afastada para estudos e precisando de uns dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação. Preciso fazer um levantamento da:

1. quantidade de Salas de Recursos de AHSD,
2. tipos de salas em cada Regional de Ensino e
3. quantidade de estudantes atendidos por sala específica de cada Região Administrativa.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**winmail.dat**

**Setor de Inscrição e Documentação** < синдок.eape@se.df.gov.br > 17 de janeiro de 2023 às 10:22

Para: "veronica.educ@gmail.com" <veronica.educ@gmail.com> Bom dia!

Encaminhamos resposta do Setor de Pesquisa quanto à solicitação supracitada:  
Prezados(as),

Informa-se que a pesquisadora Veronica Batista solicitar no formulário de autorização para a pesquisa, "obter informações sobre a quantidade de Salas de Recursos de AHSD existentes em todas as áreas administrativas do DF, os tipos de salas existentes em cada CRE (anos iniciais/anos finais, acadêmico, exatas, robótica, artes visuais, artes cênicas entre outras especificações) e a quantidade de estudantes atendidos em cada sala".

Entende-se que o pedido não se destina a uma CRE específica, mas sim ao setor intermediário que administra essas informações, a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB). Sendo assim, conforme a Circular 251//2022 que orienta sobre Pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

"Para pesquisas voltadas às unidades intermediárias e centrais (CRE, subsecretarias etc.), dispensa-se a necessidade de autorização prévia da EAPE, tendo em vista a especificidade e a autonomia da área para deliberar quanto ao recebimento de pesquisadores. Apenas orientamos que observem as legislações e normas que dizem respeito ao acesso a informações e pesquisas com seres humanos:

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI);  
Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);  
Resolução no 466/2012 - CNS - Fundamentos éticos e científicos para pesquisas com seres humanos;

Atenciosamente,

Coordenação de Pesquisa e Publicações

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Pesquisa EAPE <eape.pesquisa@edu.se.df.gov.br> Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:13

Para: Setor de Inscrição e Documentação

Assunto: Re: solicitação de dados para pesquisa

Prezados(as),

Informa-se que a pesquisadora Veronica Batista solicitar no formulário de autorização para a pesquisa, "obter informações sobre a quantidade de Salas de Recursos de AHSD existentes em todas as áreas administrativas do DF, os tipos de salas existentes em cada CRE (anos iniciais/anos finais, acadêmico, exatas,

robótica, artes visuais, artes cênicas entre outras especificações) e a quantidade de estudantes atendidos em cada sala".

Entende-se que o pedido não se destina a uma CRE específica, mas sim ao setor intermediário que administra essas informações, a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB). Sendo assim, conforme a Circular 251//2022 que orienta sobre Pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

"Para pesquisas voltadas às unidades intermediárias e centrais (CRE, subsecretarias etc.), dispensa-se a necessidade de autorização prévia da EAPE, tendo em vista a especificidade e a autonomia da área para deliberar quanto ao recebimento de pesquisadores. Apenas orientamos que observem as legislações e normas que dizem respeito ao acesso a informações e pesquisas com seres humanos:

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI);  
Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Resolução no 466/2012 - CNS - Fundamentos éticos e científicos para pesquisas com seres humanos;

Atenciosamente,

Coordenação de Pesquisa e Publicações

Em qui., 15 de dez. de 2022 às 14:40, Setor de Inscrição e Documentação

< синд. eape@se.df.gov.br <mailto: синд. eape@se.df.gov.br>> escreveu: Boa tarde,

Segue para análise.

Sdoc

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com<mailto:veronica.educ@gmail.com>>

Enviado: quinta-feira, 15 de dezembro de 2022 10:50

Para: Setor de Inscrição e Documentação;

sdoc.eape@edu.se.df.gov.br<mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br>

Assunto: solicitação de dados para pesquisa

Bom dia!

Estou afastada para estudos e precisando de uns dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação. Preciso fazer um levantamento da:

1. quantidade de Salas de Recursos de AHSD,
2. tipos de salas em cada Regional de Ensino e
3. quantidade de estudantes atendidos por sala específica de cada Região

Administrativa.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**winmail.dat**

18K

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com> 17 de janeiro de 2023 às 15:49

Para: Setor de Inscrição e Documentação < синд. eape@se.df.gov.br >

Boa tarde!

Fiz a solicitação de dados e ainda não obtive nenhuma devolutiva. Como faço pra obter essas informações?

No aguardo...

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Sector de Inscrição e Documentação** < синдок.eape@se.df.gov.br > Para: Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>

17 de janeiro de 2023

Boa tarde!

Encaminhamos no e-mail anterior a resposta do setor de pesquisa:

"Entende-se que o pedido não se destina a uma CRE específica, mas sim ao setor intermediário que administra essas informações, a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB)".

Por gentileza, entrar em contato com a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB). Att,

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:49:05

Para: Setor de Inscrição e Documentação

Assunto: Re: solicitação de dados para pesquisa

Boa tarde!

Fiz a solicitação de dados e ainda não obtive nenhuma devolutiva. Como faço pra obter essas informações?

No aguardo...

Em qui, 15 de dez de 2022 14:39, Setor de Inscrição e Documentação

< синдок.eape@se.df.gov.br <mailto: синдок.eape@se.df.gov.br >> escreveu: Boa tarde,

Sua solicitação foi encaminhada ao setor responsável, favor aguardar 10 dias úteis.

Att. Sindoc

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com <mailto:veronica.educ@gmail.com >>

Enviado: quinta-feira, 15 de dezembro de 2022 10:50:02

Para: Setor de Inscrição e Documentação;

sdoc.eape@edu.se.df.gov.br <mailto: sdoc.eape@edu.se.df.gov.br >

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**winmail.dat**

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com> 17 de janeiro de 2023 às 17:50

Para: Setor de Inscrição e Documentação < синдок.eape@se.df.gov.br > Boa tarde!

Antes de entrar em contato com vcs, entrei em contato com a Subin que me encaminhou pra Eape. Como faço agora?

Se não é na Subin e nem na Eape?



[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Sector de Inscrição e Documentação** < синдок.eape@se.df.gov.br > Para: Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>

18 de janeiro de 2023

Boa tarde!

Segue anexo da Circular 251/2022 que orienta sobre Pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

"Para pesquisas voltadas às unidades intermediárias e centrais (CRE, subsecretarias etc.), dispensa-se a necessidade de autorização prévia da EAPE, tendo em vista a

especificidade e a autonomia da área para deliberar quanto ao recebimento de pesquisadores". Att,

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF

SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 17:50:41

Para: Setor de Inscrição e Documentação

Assunto: Re: solicitação de dados para pesquisa

Boa tarde! Antes de entrar em contato com vcs, entrei em contato com a Subin que me encaminhou pra Eape. Como faço agora? Se não é na Subin e nem na Eape?

Em ter, 17 de jan de 2023 16:10, Setor de Inscrição e Documentação

< синдок.eape@se.df.gov.br <mailto: синдок.eape@se.df.gov.br >> escreveu: Boa

tarde! Encaminhamos no e-mail anterior a resposta do setor de pesquisa: "Entende-

se que o pedido não se destina a uma CRE específica, mas sim ao setor

intermediário que administra essas informações, a Subsecretaria de Educação

Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB)". Por gentileza, entrar em contato com a

Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN-SUBEB). Att, Setor de

Inscrição e Documentação - Sindoc Subsecretaria de Formação Continuada dos

Profissionais da Educação / EAPE Secretaria de Estado de Educação do Distrito

Federal / SEEDF SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone:

3901-2383

---

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com <mailto:veronica.educ@gmail.com >>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:49:05 Para: Setor de Inscrição e

Documentação Assunto: Re: solicitação de dados para pesquisa

Boa tarde!

Fiz a solicitação de dados e ainda não obtive nenhuma devolutiva. Como faço pra obter essas informações?

No aguardo...

Em qui, 15 de dez de 2022 14:39, Setor de Inscrição e Documentação

< синдок.eape@se.df.gov.br <mailto: синдок.eape@se.df.gov.br ><mailto: синдок.eape

@se.df.gov.br <mailto: синдок.eape@se.df.gov.br >>> escreveu:

Boa tarde,

Sua solicitação foi encaminhada ao setor responsável, favor aguardar 10 dias úteis.

Att. Sindoc

Setor de Inscrição e Documentação - Sindoc  
Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / EAPE  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal / SEEDF  
SGAS 907, Conjunto A, Sala 11, CEP - 70.390-070, Telefone: 3901-2383

---

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com<mailto:veronica.educ@gmail.com><mailto:veronica.educ@gmail.com<mailto:veronica.educ@gmail.com>>>

Enviado: quinta-feira, 15 de dezembro de 2022 10:50:02

Para: Setor de Inscrição e Documentação;

sdoc.eape@edu.se.df.gov.br<mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br><mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br>

e@edu.se.df.gov.br<mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Circular 251-2022-SEE-SUBEB.pdf**

## APÊNDICE D

**E-mails enviados e recebidos**  
**Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV**

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com>

**(sem assunto)**

6 mensagens

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com> 28 de abril de 2023 às 09:07

Para: suplav@edu.se.df.gov.br

Bom dia!

Estou afastada para estudos e precisando de uns dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação. Preciso fazer um levantamento da:

1. quantidade de Salas de Recursos de AHSD,
2. tipos de salas em cada Regional de Ensino

Exemplo: Santa Maria

1 acadêmico anos iniciais

1 artes visuais

1 código e linguagem

1 exatas

1 artes cênicas

Aguardo retorno.

**DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS** <dinfe.suplav@se.df.gov.br> 28 de abril de 2023 às 16:35

Para: "veronica.educ@gmail.com" <veronica.educ@gmail.com>

Boa tarde;

Pelo SEI você pode solicitar a informação.

Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e Supervisão

Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

De: SUPLAV SEDF <suplav@edu.se.df.gov.br> Enviado: sexta-feira, 28 de abril de 2023 11:48:31 Para: DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS Assunto:

Fwd:

Atenciosamente,

-----  
 Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV/SEEDF)  
 Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF

Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000 (Shopping ID), Torre B, 8º andar, CEP. 70.716-900, Brasília - Distrito Federal (61) 3901-1851  
 [https://ci3.googleusercontent.com/mail-sig/AlorK4zta9h\_iK3\_OkhP\_g-OhaDrCFuv2E\_JnYB1VAk9kfUdN2xxtBeTNWirGWWEBJYhnfUwjKXZhFc]

----- Forwarded message -----

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com<mailto:veronica.educ@gmail.com>> Date: sex., 28 de abr. de 2023 às 09:08

Subject:

To: <suplav@edu.se.df.gov.br<mailto:suplav@edu.se.df.gov.br>>

Bom dia!

Estou afastada para estudos e precisando de uns dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação. Preciso fazer um levantamento da:

1. quantidade de Salas de Recursos de AHSD,
2. tipos de salas em cada Regional de Ensino

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**winmail.dat**

18K

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com> 28 de abril de 2023 às 16:37

Para: DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

<dinfe.suplav@se.df.gov.br>

Como estou afastada para estudos, eu não tenho acesso ao SEI. Qual seria a outra forma de conseguir?

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Gerência de Disseminação das Informações**

<ggov.suplav@edu.se.df.gov.br> Para: veronica.educ@gmail.com,

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

<dinfe.suplav@se.df.gov.br>

2 de maio de 2023

Boa tarde,

A solicitação de dados pode ser feita pelo site: [http://www.e-sic.df.gov.br/Sistema Orientações](http://www.e-sic.df.gov.br/SistemaOrientações) no link: <https://www.educacao.df.gov.br/servico-de-informacao-aocidadao-sic>

Em tempo, informamos que não é coletada no Censo Escolar essa informação, da forma sugerida pela solicitante.

Temos apenas o quantitativo geral de Salas de Recurso existentes e utilizadas nas unidades escolares; o número de professores em Salas de Recurso (generalista e específica); e o número de estudantes, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado, por tipo de atendimento (generalista e específica).

Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Atenciosamente,

Equipe GDIT

Em ter., 2 de mai. de 2023 às 09:41, DIRETORIA DE INFORMAÇÕES

EDUCACIONAIS <dinfe.suplav@se.df.gov.br> escreveu:

Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e

Supervisão

Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

---

De: Veronica Batista <veronica.educ@gmail.com> Enviado: sexta-feira, 28 de abril de 2023 16:37

Para: DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Assunto: Re: Fwd:

Como estou afastada para estudos, eu não tenho acesso ao SEI. Qual seria a outra forma de conseguir?

Em sex, 28 de abr de 2023 16:35, DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS <dinfe.suplav@se.df.gov.br<mailto:dinfe.suplav@se.df.gov.br>> escreveu: Boa tarde;  
 Pelo SEI você pode solicitar a informação.  
 Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e Supervisão  
 Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

---

De: SUPLAV SEDF <suplav@edu.se.df.gov.br<mailto:suplav@edu.se.df.gov.br>>  
 [Texto das mensagens anteriores oculto]

--

**Gerência de Disseminação de Informações e Transparência de Dados**  
 Diretoria de Informações Educacionais Unidade de Informação e Supervisão  
 Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
**Telefone: (61) 3901-3199 - 3901-3202**  
**DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS** <dinfe.suplav@se.df.gov.br> 3  
 de maio de 2023 às 11:15  
 Para: "veronica.educ@gmail.com" <veronica.educ@gmail.com>

Bom dia Verônica,  
 Segue pronunciamento da área técnica responsável  
 Atenciosamente  
 Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e Supervisão  
 Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

---

De: Gerência de Disseminação das Informações <ggov.suplav@edu.se.df.gov.br>  
 Enviado: terça-feira, 2 de maio de 2023 14:40  
 Para: veronica.educ@gmail.com; DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS  
 Assunto: Re: Fwd:

Boa tarde,  
 A solicitação de dados pode ser feita pelo site: [http://www.e-sic.df.gov.br/Sistema Orientações](http://www.e-sic.df.gov.br/SistemaOrientacoes) no link: <https://www.educacao.df.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>  
 [<https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/themes/site-secretarias/img/gdf.png>]<<https://www.educacao.df.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>>  
 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC – Secretaria de Estado de Educação<<https://www.educacao.df.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>>  
[www.educacao.df.gov.br](http://www.educacao.df.gov.br)  
 GDF - Governo do Distrito Federal

Em tempo, informamos que não é coletada no Censo Escolar essa informação, da forma sugerida pela solicitante.  
 Temos apenas o quantitativo geral de Salas de Recurso existentes e utilizadas nas unidades escolares; o número de professores em Salas de Recurso (generalista e

específica); e o número de estudantes, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado, por tipo de atendimento (generalista e específica). Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Atenciosamente,  
Equipe GDIT

Em ter., 2 de mai. de 2023 às 09:41, DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS <dinfe.suplav@se.df.gov.br<mailto:dinfe.suplav@se.df.gov.br>> escreveu:

Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e Supervisão  
Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

---

De: Veronica Batista

<veronica.educ@gmail.com<mailto:veronica.educ@gmail.com>>

Enviado: sexta-feira, 28 de abril de 2023 16:37

Para: DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS Assunto: Re: Fwd:

Como estou afastada para estudos, eu não tenho acesso ao SEI. Qual seria a outra forma de conseguir?

Em sex, 28 de abr de 2023 16:35, DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS <dinfe.suplav@se.df.gov.br<mailto:dinfe.suplav@se.df.gov.br><mailto:dinfe.suplav@se.df.gov.br<mailto:dinfe.suplav@se.df.gov.br>>> escreveu:

Boa tarde;

Pelo SEI você pode solicitar a informação.

Diretoria de Informações Educacionais - DINFE Unidade de Informação e Supervisão  
Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Telefone: 3901-3210

---

De: SUPLAV SEDF

<suplav@edu.se.df.gov.br<mailto:suplav@edu.se.df.gov.br><mailto:suplav@edu.se.df.gov.br<mailto:suplav@edu.se.df.gov.br>>>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**winmail.dat**

24K

**Veronica Batista** <veronica.educ@gmail.com> 1 de junho de 2023 às 14:50

Para: DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

<dinfe.suplav@se.df.gov.br>, suplav@edu.se.df.gov.br Boa tarde!

Estou afastada para estudos, não tenho acesso ao SEI e preciso de dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação do DF. Gostaria de saber:

- o quantitativo geral de Salas de Recurso de AHSD existentes e utilizadas nas unidades escolares;
- o número de professores em Salas de Recurso de AHSD;
- o número de estudantes, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado na SR de AHSD

Aguardo retorno, Obrigada!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

-

## **ANEXOS**

- 1- Ficha de indicação do estudante**
- 2- Formulário de solicitação de autorização de pesquisa da EAPE**
- 3- Carta da Instituição apresentando o pesquisador, assinada pelo Orientador em papel timbrado**
- 4- Circular n.º 251/2022 - SEE/SUBEB Assunto: Orientação sobre Pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**
- 5- Pedido de acesso à informação e resposta da SUPLAV ao pedido de levantamento das Salas de Recursos de AHSD do DF 2022**
- 6- Carta de Apresentação à Coordenação Regional de Ensino**



## FICHA DE INDICAÇÃO DO ESTUDANTE

### **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ESTUDANTE COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO – AEE-AH/SD**

O objetivo desse instrumento é orientar a observação do professor para indicação de estudantes com potencial para altas habilidades/superdotação. O referencial teórico adotado pela SEDF define a superdotação a partir do Modelo dos Três Anéis proposto por Joseph Renzulli e pelas Diretrizes recomendadas pelo MEC. Os Três Anéis que indicam a superdotação são **(a) Habilidades Acima da Média, (b) Envolvimento com a Tarefa e (c) Criatividade** e estão apresentados no corpo deste instrumento. Considere que os fatores que identificam uma alta habilidade/superdotação não ocorrem na mesma intensidade e nem o tempo todo. Além disso, aparecem em certas pessoas, em certos momentos e sob certas circunstâncias, principalmente, quando o estudante está engajado em atividades do seu interesse. Após preencher, o entregue na COESP ou na CRE ou ao professor Itinerante da Unidade de Atendimento ao Estudante Superdotado de sua CRE. É **imprescindível** preencher corretamente **todos os dados, assinar e anexar** a este instrumento de indicação:

- (a) Histórico escolar ou outro documento demonstrativo do desempenho acadêmico atual
- (b) Produções artísticas, no caso de indicação para a área de talento
- (c) Produções acadêmicas na área de habilidade do estudante

Data da indicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **1. Identificação do (a) estudante**

Nome: _____	Data
de Nascimento: ____/____/____	Idade: _____ anos Sexo: ( ) M ( ) F Naturalidade: _____
_____	Endereço: _____
_____	Tel. Resid: _____
Pai: _____	Tel. Trab: _____ Celular: _____
_____	

Mãe: _____	Tel. Trab: _____	Celular: _____
Responsável: ( ) o pai ( ) a mãe ( ) outro: _____		
Telefones de contato com o responsável: _____		
_____ / _____ / _____		E-mail do Responsável: _____
_____		





## 2. Dados Acadêmicos

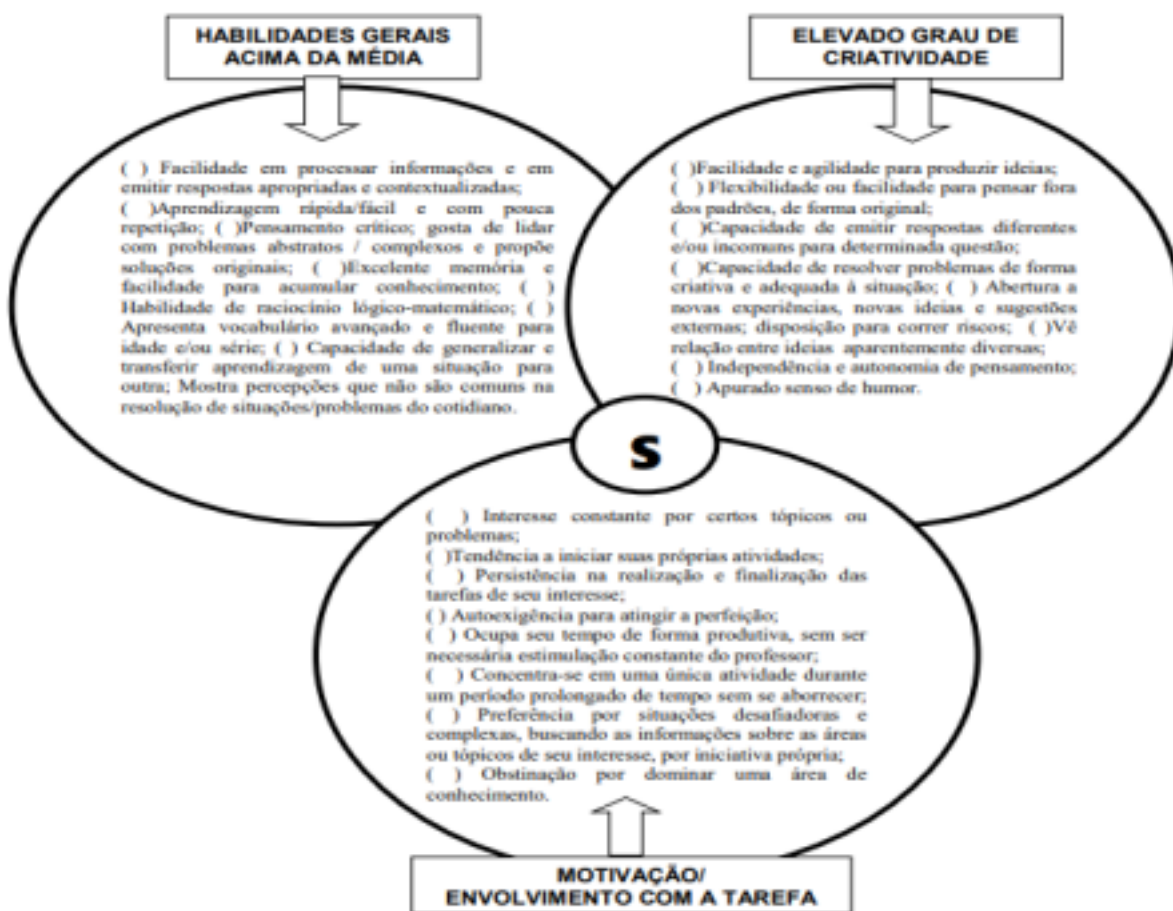
Escola de Origem: _____	CRE: _____		
_____	Endereço da Unidade Escolar: _____	Tel.: _____	
_____	Série/Ano do Estudante (a): _____	Turma: _____	Turno: ( ) matutino ( ) vespertino
Orientador (a) Educacional: _____	Tel.: _____	/	_____
_____	Responsável pela indicação: ( ) Professor ( ) Família ( ) Auto-indicação ( ) Outro: _____	_____	_____

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ficha preenchida por: \_\_\_\_\_ Função ou Parentesco: \_\_\_\_\_

3. Indicação para a área ( ) Acadêmica ( ) Talento Artístico

4. Características observadas no estudante de acordo com o Modelo dos Três Anéis: marque com um “X” as características ou comportamentos observados:





**5. Situações de destaque do estudante, relacionadas a algumas das características ou comportamentos acima, e/ou em premiações, olimpíadas, campeonatos, feiras, exposições, produções literárias, concursos, entre outras participações de destaque relativas à sua área de interesse / talento:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. Habilidades específicas e/ou áreas de interesse do estudante:**

**6.2. ÁREA ACADÊMICA Disciplinas / áreas curriculares**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Matemática                | <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa |
| <input type="checkbox"/> Física                    | <input type="checkbox"/> Literatura        |
| <input type="checkbox"/> Química                   | <input type="checkbox"/> Geografia         |
| <input type="checkbox"/> Biologia                  | <input type="checkbox"/> História          |
| <input type="checkbox"/> Robótica/Mecatrônica      | <input type="checkbox"/> Sociologia        |
| <input type="checkbox"/> Mecânica                  | <input type="checkbox"/> Filosofia         |
| <input type="checkbox"/> Astronomia                | <input type="checkbox"/> Política          |
| <input type="checkbox"/> Língua Estrangeira: _____ | <input type="checkbox"/> Outros: _____     |

**6.3 ÁREAS DE TALENTO ARTES PLÁSTICAS**

- Demonstra interesse em participar de atividades de artes plásticas se envolvendo nas tarefas propostas.
- Demonstra originalidade na composição de trabalhos artísticos:
- desenho



- caricatura
  - escultura
  - pintura
  - colagem
  - maquetes
  - outro: \_\_\_\_\_
- Demonstra habilidade e interesse em lidar com novas técnicas, temas e materiais.
  - Demonstra habilidades de adaptar, melhorar ou modificar objetos e ideias.
  - Utiliza-se das artes plásticas para expressar suas experiências e sentimentos.
  - Outro: \_\_\_\_\_

### **ARTES CÊNICAS / TEATRO**

- Demonstra interesse em participar de atividades dramáticas.
- Demonstra interesse / conhecimentos pelos termos técnicos do teatro (figurino, maquiagem, adereço, cenografia, sonoplastia, iluminação etc.).
- Apresenta facilidade de expressão corporal.
- Demonstra relevante capacidade de improvisação.
- Demonstra curiosidade sobre as modalidades de teatro: sombra, fantoche, marionete, máscara e atores.
- Interpreta personagens de forma marcante.
- Outro: \_\_\_\_\_

### **HABILIDADE PSICOMOTORA**

- Habilidade superior na coordenação motora fina;
- Habilidades para atividades mecânicas e para manipular diferentes tipos de máquinas;
- Capacidade de montar, desmontar ou consertar objetos e aparelhos;
- Habilidade em mover-se expressivamente em resposta a diferentes estímulos musicais e verbais;
- Apresenta proeza atlética em \_\_\_\_\_ ( )
- Habilidade superior em esportes, como: \_\_\_\_\_ ( )
- Outro: \_\_\_\_\_

### **HABILIDADE MUSICAL**

- Pensa por ritmos e/ou melodias;
- Gosta muito de cantar, assobiar, cantarolar, bater com as mãos e os pés, escutar música; ( )
- Toca instrumento(s): \_\_\_\_\_ ( )
- Demonstra capacidade para o canto, melodia, tom, ritmo e timbre;
- Demonstra capacidade de perceber, discriminar, transformar e expressar-se como os musicistas, instrumentistas e maestros;
- Memória musical superior e capacidade de improvisação.

### **HABILIDADE DE LIDERANÇA**

- Age como líder no grupo;
- Demonstra habilidade de articular ideias e de se comunicar bem com os outros;



- ( ) Demonstra capacidade de influenciar o grupo com suas ideias e opiniões;
- ( ) Demonstra habilidade de organizar e trazer estrutura a coisas, pessoas e situações;
- ( ) Apresenta comportamento cooperativo quando trabalha com os outros.

**7. Outras informações relevantes durante a sua observação:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**8. Informações complementares:** o estudante apresenta algum diagnóstico além da suspeita de altas habilidades / superdotação?

( ) sim (*anexar Laudo*) ( ) não

Qual? \_\_\_\_\_

Entrega da Ficha preenchida em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Início do **Período de Observação** (1º dia na Sala de Recursos de AH/SD): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome / Assinatura / Matrícula ou RG  
Responsável pelo recebimento e encaminhamento da Ficha



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação/ EAPE

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

**A) Informações Pessoais**

Nome: Verônica Batista Pinheiro

Endereço: Edifício Orion bl C apt 1106 setor central Gama-DF

Telefone(s): (61) 98595-2750

E-mail: veronica.educ@gmail.com

**B) Informações Funcionais (caso seja servidor da SEEDF)**

Matrícula: 210.944-1 Cargo/Função: Professora

Órgão de Lotação/Exercício: CRE Santa Maria

**C) Outras Informações**

Coordenação Regional de Ensino:

Área da Pesquisa: ( ) Especialização (X) Mestrado ( ) Doutorado

Título da Pesquisa: A PRÁTICA DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES TALENTOSOS

Instituição Interessada: Salas de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação do DF

Objetivo da Pesquisa: Gostaria de obter informações sobre a quantidade de Salas de Recursos de AHSD existentes em todas as áreas administrativas do DF, os tipos de salas existentes em cada CRE (anos iniciais/anos finais, acadêmico, exatas, robótica, artes visuais, artes cênicas entre outras especificações) e a quantidade de estudantes atendidos em cada sala.

Data: 13/12/2022 Assinatura: 

**D) Parecer Final da Direção da EAPE**

( ) Concordamos com a realização da pesquisa proposta, por estar em conformidade com as normas da SEEDF.

( ) Não concordamos com a realização da pesquisa proposta, por não estar em conformidade com as normas da SEEDF.

Assinatura e Carimbo – EAPE

**Anexar:**

- . Pré-projeto da pesquisa ou Projeto;
- . Carta da Instituição apresentando o(a) pesquisador(a), em papel timbrado, assinada pelo(a) Orientador(a).
- \* Esta solicitação deverá ser enviada para o SDOC (Setor de Documentação) da EAPE, e-mail [sdoc.eape@edu.se.df.gov.br](mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br). Aguardar 10 (dez) dias úteis.



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DECANATO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

CNPJ: 00.038.174/0001-43  
Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70910-900

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Declaro que, **Verônica Batista Pinheiro** é pesquisadora desta universidade, sob o número de matrícula **210011688**, no programa de **EDUCAÇÃO - MESTRADO – BRASÍLIA**, na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação e está sob a minha orientação.

Brasília, 14 de Dezembro de 2022.

---

Professora Doutora Claudia Maffini Griboski  
Matrícula 1048431



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Educação Básica

Circular n.º 251/2022 - SEE/SUBEB

Brasília-DF, 14 de setembro de 2022

**Para:** Coordenações Regionais de Ensino – CRE, com vistas às unidades escolares.

**Assunto:** Orientação sobre Pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Senhores Coordenadores Regionais de Ensino,

Considerando que as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e suas respectivas comunidades são demandadas com frequência a participar de pesquisas oriundas de estudantes e docentes de graduação e pós-graduação de instituições de nível superior ou institutos de pesquisa, e considerando a necessidade de cuidarmos do acesso aos estudantes e aos professores, bem como de suas informações sensíveis, orienta-se a toda a rede em relação aos procedimentos diante das demandas por pesquisas, intencionadas a se realizarem.

### **Pesquisas de graduação e pós-graduação em unidades escolares**

O pesquisador interessado em realizar pesquisa em unidade escolar deverá enviar ao Setor de Documentação da Subsecretaria de Formação dos Profissionais da Educação - EAPE, por meio do correio eletrônico [sdoc.eape@edu.se.df.gov.br](mailto:sdoc.eape@edu.se.df.gov.br), os seguintes arquivos:

1) *Formulário de solicitação de autorização de pesquisa da EAPE:*

- a) [Modelo WORD](#), ou
- b) [Modelo PDF](#).

2) *Projeto ou pré-projeto da pesquisa;*

3) *Carta da Instituição apresentando o pesquisador, assinada pelo Orientador em papel timbrado.*

O prazo estimado para retorno da autorização ao pesquisador é de até 10 (dez) dias úteis. Após expedida a autorização pela EAPE, a coleta dos dados na escola, com profissionais e/ou alunos, ainda dependerá do aceite do gestor da unidade objeto da pesquisa.

Salienta-se, ainda, que:

- para pesquisas de graduação, apenas serão admitidos trabalhos de conclusão de curso, devidamente caracterizados na Carta da Instituição;
- para pesquisas voltadas às unidades intermediárias e centrais (CRE, subsecretarias etc.), dispensa-se a necessidade de autorização prévia da EAPE, tendo em vista a especificidade e a autonomia da área para deliberar quanto ao recebimento de pesquisadores. Apenas orientamos que observem as legislações e normas que dizem respeito ao acesso a informações e pesquisas com seres humanos:
  - [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#);
  - [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#);
  - [Resolução nº 466/2012 - CNS - Fundamentos éticos e científicos para](#)

### **Investigações promovidas por Institutos de Pesquisa**

Os Institutos de Pesquisa deverão encaminhar ofício ao Gabinete da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, endereçado ao titular da Pasta, com minuta de Termo de Cooperação e as informações necessárias para subsidiar a análise dos setores técnicos e a deliberação sobre o pleito. A solicitação será tramitada em processo SEI.

Caso não haja interesse discricionário para firmamento do Termo de Cooperação, ainda cabe ao referido Gabinete autorizar ou não o desenvolvimento autônomo da iniciativa de pesquisa na rede, observados os critérios vigentes para autorização das pesquisas de graduação e pós-graduação.

Solicita-se ampla divulgação junto aos setores da CRE e unidades escolares vinculadas.

Atenciosamente,

**SOLANGE FOIZER SILVA**

Subsecretária de  
Educação Básica

**MARIA DAS GRAÇAS DE PAULA MACHADO**

Subsecretária de Formação Continuada dos  
Profissionais da Educação

**VERA LÚCIA RIBEIRO DE BARROS**

Subsecretária de Educação Inclusiva  
e Integral



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE FOIZER SILVA - Matr.0248129-4, Subsecretário(a) de Educação Básica**, em 20/09/2022, às 10:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRACAS DE PAULA MACHADO - Matr.0211544-1, Subsecretário(a) de Formação Continuada dos Profissionais da Educação**, em 20/09/2022, às 10:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VERA LUCIA RIBEIRO DE BARROS - Matr.0242418-5, Subsecretário(a) de Educação Inclusiva e Integral**, em 20/09/2022, às 10:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **95616152** código CRC= **ED610B9E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN QD 02 Bloco "C" Edifício Phenícia Brasília - Bairro ASA NORTE - CEP 70.040-020 - DF

3901-3294





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

Despacho - SEE/SUPLAV

Brasília-DF, 13 de junho de 2023.

**À OUVIDORIA,**

Trata-se do Pedido de Acesso à Informação protocolado junto ao Serviço de Informação ao Cidadão SIC - DF, Protocolo LAI-009266/2023, na data de 06/06/2023:

**"Preciso de dados das Salas de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação do DF. Gostaria de saber:**

- 1.O quantitativo geral de Salas de Recurso de AHSD existentes e utilizadas nas unidades escolares;**
- 2.O número de professores em Salas de Recurso de AHSD;**
- 3.O número de estudantes, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado na SR de AHSD"**

Diante do exposto, encaminham-se os autos, nos termos da Diretoria de Informações Educacionais, anexos (114964518, 114963971, 114964235, 114964381).

Ressalta-se que, no Censo Escolar DF, não são coletadas as informações específicas de Sala de Recurso de Altas Habilidades/Superdotação, há apenas o quantitativo geral de Salas de Recursos existentes e utilizadas nas Unidades Escolares, o número de professores que atuam em Atendimento Educacional Especializado separados por tipo de atendimento (Generalista e Específica) e o quantitativo de estudantes por deficiência e AH/SD que são atendidos nas Salas de Recursos por tipo de atendimento (Generalista e Específica). Os alunos com AH/SD são atendidos em Sala de Recursos Específica.

**Adriana Marcela Brasil**

Subsecretária de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação substituta



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MARCELA BRASIL - Matr.0047573-4, Subsecretário(a) de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação substituto(a)**, em 13/06/2023, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=115019789)  
verificador= **115019789** código CRC= **A93E306F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN QD 02 Bloco "C" Edifício Phenícia Brasília - Bairro ASA NORTE - CEP 70.040-020 - DF





Número de Salas de Recurso Existentes e Utilizadas  
Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF  
Censo Escolar DF 2022

Rede	CRE	RA	Localização	Escola	Código INEP	Salas de Recurso Existentes	Salas de Recurso Utilizadas
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CED 01 DE BRASÍLIA	53016785	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CED GISNO	53001044	4	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEE 01 DE BRASÍLIA	53000439	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEE 02 DE BRASÍLIA	53000200	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEE DE DEFICIENTES VISUAIS	53000714	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 01 DE BRASÍLIA	53000846	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 01 DO PLANALTO	53000854	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 02 DE BRASÍLIA	53000862	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 03 DE BRASÍLIA	53000870	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 04 DE BRASÍLIA	53000889	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 05 DE BRASÍLIA	53000897	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 07 DE BRASÍLIA	53013972	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 102 NORTE	53001443	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 104 NORTE	53001460	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 214 SUL	53001567	2	2
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 306 NORTE	53001613	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 405 SUL	53001702	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF 410 NORTE	53001729	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF CASEB	53001265	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF GAN	53000919	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEF POLIVALENTE	53000927	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEI 01 DE BRASÍLIA	53012135	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEJA ASA SUL - CESAS	53000234	3	3
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEJA E EDUC PROFISSIONAL A DISTANCIA DE BRASÍLIA	53017498		
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEM ASA NORTE - CEAN	53001010	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEM ELEFANTE BRANCO	53001036	3	3
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEM PAULO FREIRE	53000986	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEM SETOR LESTE	53001206	2	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEM SETOR OESTE	53001214	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEP - ESC DE MUSICA DE BRASÍLIA	53001990	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CEP ESC DE SABORES OSCAR	53019415	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CIL 01 DE BRASÍLIA	53001257	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	CIL 02 DE BRASÍLIA	53012801	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 102 SUL	53001451	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 106 NORTE	53001478	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 108 SUL	53001486	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 111 SUL	53001494	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 113 NORTE	53001508	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 114 SUL	53001516	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 115 NORTE	53001524	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 204 SUL	53001532	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 206 SUL	53001540	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 209 SUL	53001559	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 302 NORTE	53001575	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 304 NORTE	53001583	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 304 SUL	53001591	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 305 SUL	53001605	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 308 SUL	53001621	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 312 NORTE	53001630	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 314 SUL	53001648	1	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 316 SUL	53001672	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 403 NORTE	53001680	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 405 NORTE	53001699	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 407 NORTE	53001710	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 410 SUL	53001737	2	2
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 411 NORTE	53001745	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 413 SUL	53001753	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 415 NORTE	53001761	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 416 SUL	53001770	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC 708 NORTE	53001788	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC BEIJA FLOR	53001664	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC DA VILA DO RCG	53001435	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC DO SMU	53001800	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EC GRANJA DO TORTO	53001818	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EP 210-211 NORTE	53001842	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EP 210-211 SUL	53001850	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EP 303-304 NORTE	53001869	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EP 307-308 SUL	53001877	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	EP 313-314 SUL	53001885	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	ESC DA NATUREZA	53012895	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	ESC DO PARQUE DA CIDADE - PROEM	53001893	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	ESC MENINOS E MENINAS DO PARQUE	53002148	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 102 SUL	53002237	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 106 NORTE	53002245	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 108 SUL	53002253	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 114 SUL	53002261	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 208 SUL	53002270	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 21 DE ABRIL	53002210	0	0

Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 302 NORTE	53002288	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 303 SUL	53002296	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 304 NORTE	53002300	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 305 SUL	53002318	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 308 SUL	53002326	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 312 NORTE	53002334	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 314 SUL	53002342	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 316 SUL	53002350	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	BRASÍLIA	URBANA	JJ 404 NORTE	53002369	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	CED 02 DO CRUZEIRO	53008804	2	2
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	CEF 01 DO CRUZEIRO	53008774	1	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	CEF ATHOS BULCAO	53008782	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	CEM INTEGRADO DO CRUZEIRO	53008790	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	EC 04 DO CRUZEIRO	53008820	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	EC 05 DO CRUZEIRO	53008839	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	EC 06 DO CRUZEIRO	53008847	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	JJ 01 DO CRUZEIRO	53008898	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	CRUZEIRO	URBANA	JJ 02 DO CRUZEIRO	53017072	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO SUL	URBANA	CED DO LAGO	53009479	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO SUL	URBANA	CEF 06 DE BRASILIA	53009584	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO SUL	URBANA	EC 01 SHI-SUL	53009525	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO SUL	URBANA	JJ VI COMAR	53009614	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO NORTE	URBANA	CED DO LAGO NORTE	53012356	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO NORTE	URBANA	CEF 01 DO LAGO NORTE	53009410	2	2
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO NORTE	URBANA	CEI GAVIAO	53016807	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	LAGO NORTE	URBANA	EC ASPALHA	53012798	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	SUDOESTE/OCTOGONAL	URBANA	EC 08 DO CRUZEIRO	53008855	0	0
Rede Pública	PLANO PILOTO	VARJÃO	URBANA	CEF 01 DO VARJAO	53009436	1	1
Rede Pública	PLANO PILOTO	JARDIM BOTÂNICO	URBANA	EC JARDIM BOTANICO	53009533	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CAIC CARLOS CASTELLO BRANCO	53002458	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CED 06 DO GAMA	53002610	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CED 07 DO GAMA	53002563	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CED 08 DO GAMA	53002482	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	CED CASA GRANDE	53009380	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	CED ENGENHO DAS LAJES	53003047	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEM GESNER TEIXEIRA	53002474	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEE 01 DO GAMA	53010752	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 01 DO GAMA	53002784	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 03 DO GAMA	53003004	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 04 DO GAMA	53002490	4	4
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 05 DO GAMA	53002504	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 08 DO GAMA	53002512	2	2
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 10 DO GAMA	53002539	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 11 DO GAMA	53002547	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEF 15 DO GAMA	53003071	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	CEF PONTE ALTA DO BAIXO	53002466	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	CEF PONTE ALTA NORTE	53003063	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEI 01 DO GAMA	53013263	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEM 01 DO GAMA	53002580	2	2
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEM 02 DO GAMA	53002598	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEM 03 DO GAMA	53002601	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CEM INTEGRADO A EDUC PROFISSIONAL DO GAMA	53014812	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	CIL DO GAMA	53011350	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 01 DO GAMA	53002814	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 02 DO GAMA	53002822	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 03 DO GAMA	53002830	1	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 06 DO GAMA	53002857	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 07 DO GAMA	53002865	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 09 DO GAMA	53002873	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 10 DO GAMA	53002881	1	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 12 DO GAMA	53002890	2	2
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 14 DO GAMA	53002911	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 15 DO GAMA	53002920	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 16 DO GAMA	53002938	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 17 DO GAMA	53002946	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 18 DO GAMA	53002954	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 19 DO GAMA	53002962	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 21 DO GAMA	53002989	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 22 DO GAMA	53002997	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 28 DO GAMA	53003020	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	EC 29 DO GAMA	53002520	0	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	EC CORREGO BARREIRO	53009398	1	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	RURAL	EC PONTE ALTA DE CIMA	53003055	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	JJ 02 DO GAMA	53002970	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	JJ 03 DO GAMA	53002903	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	JJ 04 DO GAMA	53002849	1	1
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	JJ 05 DO GAMA	53003012	0	0
Rede Pública	GAMA	GAMA	URBANA	JJ 06 DO GAMA	53017056	1	1
Rede Pública	GAMA	RECANTO DAS EMAS	RURAL	CEF TAMANDUA	53009347	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CED 02 DE TAGUATINGA	53003578	2	2
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CED 04 DE TAGUATINGA	53003594	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CED 06 DE TAGUATINGA	53003616	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CED 07 DE TAGUATINGA	53003624	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEE 01 DE TAGUATINGA	53003810	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 03 DE TAGUATINGA	53003446	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 04 DE TAGUATINGA	53003454	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 05 DE TAGUATINGA	53003462	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 08 DE TAGUATINGA	53003470	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 09 DE TAGUATINGA	53003489	1	1

Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 10 DE TAGUATINGA	53003497	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 11 DE TAGUATINGA	53003500	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 12 DE TAGUATINGA	53003519	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 14 DE TAGUATINGA	53003527	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 15 DE TAGUATINGA	53003535	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 16 DE TAGUATINGA	53004280	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 17 DE TAGUATINGA	53004256	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEF 19 DE TAGUATINGA	53004221	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 01 DE TAGUATINGA	53004183	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 02 DE TAGUATINGA	53004205	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 03 DE TAGUATINGA	53004329	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 04 DE TAGUATINGA	53004159	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 05 DE TAGUATINGA	53004167	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 06 DE TAGUATINGA	53004302	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 07 DE TAGUATINGA	53017013	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 08 DE TAGUATINGA	53017730	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEI 10 DE TAGUATINGA	53019350	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEM 03 DE TAGUATINGA	53003586	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEM 05 DE TAGUATINGA	53003608	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEM AVE BRANCA	53003632	2	2
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEM EIT	53003691	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CEM TAGUATINGA NORTE	53003683	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	CIL DE TAGUATINGA	53003977	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 01 DE TAGUATINGA	53004027	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 06 DE TAGUATINGA	53004035	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 08 DE TAGUATINGA	53004043	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 10 DE TAGUATINGA	53004051	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 11 DE TAGUATINGA	53004060	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 12 DE TAGUATINGA	53004078	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 13 DE TAGUATINGA	53004086	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 15 DE TAGUATINGA	53004094	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 16 DE TAGUATINGA	53004108	0	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 17 DE TAGUATINGA	53004116	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 18 DE TAGUATINGA	53004124	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 19 DE TAGUATINGA	53004132	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 27 DE TAGUATINGA	53004175	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 29 DE TAGUATINGA	53004191	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 39 DE TAGUATINGA	53004213	0	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 41 DE TAGUATINGA	53004230	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 42 DE TAGUATINGA	53004248	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 45 DE TAGUATINGA	53004264	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 46 DE TAGUATINGA	53004272	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 50 DE TAGUATINGA	53004310	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 52 DE TAGUATINGA	53004337	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 53 DE TAGUATINGA	53004345	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 54 DE TAGUATINGA	53004396	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	EC 55 DE TAGUATINGA	53004299	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	TAGUATINGA	URBANA	ESC BILINGUE LIBRAS E PORTUGUES ESCRITO DE TAGUATINGA	53004140	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	AGUAS CLARAS	URBANA	CAIC PROF WALTER JOSE DE MOURA	53003381	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	AGUAS CLARAS	URBANA	CEF VILA AREAL	53004388	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	AGUAS CLARAS	URBANA	CEI 09 DE TAGUATINGA	53018974	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	AGUAS CLARAS	URBANA	CEI AGUAS CLARAS	53047001	1	0
Rede Pública	TAGUATINGA	AGUAS CLARAS	URBANA	CEP - ESC TECNICA DE BRASILIA	53009819	0	0
Rede Pública	TAGUATINGA	VICENTE PIRES	URBANA	EC 02 DE VICENTE PIRES	53068017	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	VICENTE PIRES	URBANA	EC COLONIA AGRICOLA VICENTE PIRES	53004370	1	1
Rede Pública	TAGUATINGA	ARNIQUEIRA	URBANA	EC ARNIQUEIRA	53004361	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CAIC PROF BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA	53004973	1	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CED 02 DE BRAZLANDIA	53005023	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CED 04 DE BRAZLANDIA	53005171	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CED INCRA 08	53004981	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CED IRMA MARIA REGINA VELANES REGIS	53005210	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CED VENDINHA	53005007	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEE 01 DE BRAZLANDIA	53005040	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEF 01 DE BRAZLANDIA	53004990	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEF 02 DE BRAZLANDIA	53005090	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEF 03 DE BRAZLANDIA	53014553	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CEF INCRA 07	53005198	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEI 01 DE BRAZLANDIA	53005252	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEI 02 DE BRAZLANDIA	53015517	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	CEI 03 DE BRAZLANDIA	53017846	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEM 01 DE BRAZLANDIA	53005015	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEM 02 DE BRAZLANDIA	53012720	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CEP ESC TECNICA DEPUTADO JUAREZAO	53018699	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	CIL DE BRAZLANDIA	53012976	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 01 DE BRAZLANDIA	53005074	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC 01 INCRA 08	53014545	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 03 DE BRAZLANDIA	53005082	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 05 DE BRAZLANDIA	53005104	1	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 06 DE BRAZLANDIA	53005112	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 07 DE BRAZLANDIA	53005120	1	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 08 DE BRAZLANDIA	53005139	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EC 09 DE BRAZLANDIA	53068025	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC ALMECEGAS	53005147	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC BUCANHAO	53005155	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC CHAPADINHA	53005163	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC INCRA 06	53005180	1	1
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	RURAL	EC POLO AGRICOLA DA TORRE	53005201	0	0
Rede Pública	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	URBANA	EP DA NATUREZA DE BRAZLANDIA	53016220	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CED 03 DE SOBRADINHO	53005341	1	1

Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	RURAL	CED PROF CARLOS RAMOS MOTA	53005740	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEE 01 DE SOBRADINHO	53005848	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEF 01 DE SOBRADINHO	53005333	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEF 03 DE SOBRADINHO	53005350	2	2
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEF 04 DE SOBRADINHO	53005368	2	2
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEF 05 DE SOBRADINHO	53005376	2	2
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEI 01 DE SOBRADINHO	53005929	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEI 02 DE SOBRADINHO	53005937	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEI 03 DE SOBRADINHO	53005643	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEI 04 DE SOBRADINHO	53068033	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEM 01 DE SOBRADINHO	53005465	2	2
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CEM 02 DE SOBRADINHO	53005473	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	CIL DE SOBRADINHO	53005600	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 01 DE SOBRADINHO	53005627	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 04 DE SOBRADINHO	53013832	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 05 DE SOBRADINHO	53005635	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 10 DE SOBRADINHO	53005651	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 11 DE SOBRADINHO	53005660	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 12 DE SOBRADINHO	53005678	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 15 DE SOBRADINHO	53005384	2	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC 16 DE SOBRADINHO	53068050	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	RURAL	EC BASEVI	53013492	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	RURAL	EC MORRO DO SANSO	53005759	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	RURAL	EC SANTA HELENA	53005783	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	RURAL	EC SITIO DAS ARAUCARIAS	53005791	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO	URBANA	EC BROCHADO DA ROCHA	53006356	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	PLANALTINA	RURAL	EC CORREGO DO ARROZAL	53013506	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	LAGO NORTE	URBANA	EC OLHOS DAGUA	53009444	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	CAIC JULIA KUBITSCHK DE OLIVEIRA	53005309	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	CEF 07 DE SOBRADINHO	53012038	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	CEF 08 DE SOBRADINHO	53013522	6	6
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	CEF 09 DE SOBRADINHO	53017412	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	CEM 04 DE SOBRADINHO	53012542	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	EC 13 DE SOBRADINHO	53005686	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	EC 14 DE SOBRADINHO	53013514	1	0
Rede Pública	SOBRADINHO	SOBRADINHO II	URBANA	EC 17 DE SOBRADINHO	53068041	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	URBANA	CED FERCAL	53005392	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	CEF QUEIMA LENCOL	53005406	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC BOA VISTA	53005694	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC CATINGUEIRO	53005708	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC CORREGO DO OURO	53005724	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	URBANA	EC ENGENHO VELHO	53005732	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC LOBEIRAL	53012550	1	1
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC RIBEIRAO	53005767	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	URBANA	EC RUA DO MATO	53005775	0	0
Rede Pública	SOBRADINHO	FERCAL	RURAL	EC SONHEM DE CIMA	53005805	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CAIC ASSIS CHATEAUBRIAND	53005953	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED 03 DE PLANALTINA	53006283	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CED AGUAS DO CERRADO	53019369	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED DONA AMERICA GUIMARAES	53068068	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED ESTANCIA III	53012011	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CED OSORIO BACCHIN	53006496	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CED PIPIRIPAU II	53005988	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED POMPILIO MARQUES DE SOUZA	53014308	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED STELLA DOS CHERUBINS GUIMARAES TROIS	53013840	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CED TAQUARA	53006046	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CED VALE DO AMANHECER	53014316	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CED VARZEAS	53006054	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEE 01 DE PLANALTINA	53006097	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 01 DE PLANALTINA	53005996	5	5
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 02 DE PLANALTINA	53006003	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 02 DO ARAPOANGA	53068076	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 03 DE PLANALTINA	53005961	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 04 DE PLANALTINA	53006160	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF 08 DE PLANALTINA	53006240	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF ARAPOANGA	53012747	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CEF BONSUCESSO	53012666	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CEF CERAMICAS REUNIDAS DOM BOSCO	53006364	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF JUSCELINO KUBITSCHK	53005970	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEF NOSSA SENHORA FATIMA	53011490	2	2
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CEF RIO PRETO	53006020	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CEF SAO JOSE	53006038	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEI 01 DE PLANALTINA	53015550	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEI 02 DE PLANALTINA	53006275	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	CEI PALMEIRAS	53006500	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEM 01 DE PLANALTINA	53006062	2	2
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEM 02 DE PLANALTINA	53006070	2	2
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CEP - ESC TECNICA DE PLANALTINA	53012631	6	6
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	CIL 01 DE PLANALTINA	53016386	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 01 DE PLANALTINA	53006186	2	2
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 01 DO ARAPOANGA	53047028	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 03 DE PLANALTINA	53006194	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 04 DE PLANALTINA	53006208	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 05 DE PLANALTINA	53006216	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 06 DE PLANALTINA	53006224	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 07 DE PLANALTINA	53006232	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 09 DE PLANALTINA	53006259	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 10 DE PLANALTINA	53006267	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 13 DE PLANALTINA	53006291	1	1

Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 14 DE PLANALTINA	53006305	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 15 DE PLANALTINA	53068084	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC 16 DE PLANALTINA	53047010	1	1
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC ALTA-MIR	53006313	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC APRODARMAS	53006321	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC BARRA ALTA	53006348	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC COPERBRAS	53006372	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC CORREGO DO MEIO	53006380	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC ESTANCIA DE PLANALTINA	53006410	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC ESTANCIA DO PIPIRIPAU	53006402	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC ETA 44	53006429	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC JARDIM DOS IPES	53006437	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC MESTRE DARMAS	53006011	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC MONJOLO	53006461	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC NUCLEO RURAL CORREGO DO ATOLEIRO	53006488	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC PARANA	53006518	1	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC PEDRA FUNDAMENTAL	53006526	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC RAJADINHA	53006534	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC REINO DAS FLORES	53012739	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC SANTOS DUMONT	53006550	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	EC VALE DO SOL	53013280	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	RURAL	EC VALE VERDE	53014278	0	0
Rede Pública	PLANALTINA	PLANALTINA	URBANA	JJ CASA DE VIVENCIA	53006682	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	CEF 01 DO NUCLEO BANDEIRANTE	53007042	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	CEF METROPOLITANA	53007069	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	CEI DO NUCLEO BANDEIRANTE	53007204	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	CEM URSO BRANCO	53007077	2	2
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	CIL 01 DO NUCLEO BANDEIRANTE	53016742	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	EC 03 DO NUCLEO BANDEIRANTE	53007123	1	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	EC 04 DO NUCLEO BANDEIRANTE	53007131	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	EC 05 DO NUCLEO BANDEIRANTE	53007140	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	NUCLEO BANDEIRANTE	URBANA	EP DA NATUREZA E ESPORTE	53018842	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	CED 02 DO RIACHO FUNDO	53011023	3	3
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	CEF TELEBRASILIA	53006976	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	CEI 01 DO RIACHO FUNDO I	53015568	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	CEM 01 DO RIACHO FUNDO	53006984	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	CIL DO RIACHO FUNDO I	53017480	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	EC 02 DO RIACHO FUNDO	53012089	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	RURAL	EC KANEGAE	53007018	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO	URBANA	EC VERDE DO RIACHO FUNDO I	53007026	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	CANDANGOLANDIA	URBANA	CEF 01 DA CANDANGOLANDIA	53009312	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	CANDANGOLANDIA	URBANA	CEI DA CANDANGOLANDIA	53012151	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	CANDANGOLANDIA	URBANA	CEM JULIA KUBITSCHEK	53051009	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	CANDANGOLANDIA	URBANA	EC 01 DA CANDANGOLANDIA	53009320	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	CANDANGOLANDIA	URBANA	EC 02 DA CANDANGOLANDIA	53009339	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CED 01 DO RIACHO FUNDO II	53068092	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CEM AGROURBANO IPE RIACHO FUNDO	53006968	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CEI 01 DO RIACHO FUNDO II	53013034	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CEF LOBO GUARA	53068106	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CEI DO RIACHO FUNDO II	53013549	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	CIL DO RIACHO FUNDO II	53017854	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	EC 01 DO RIACHO FUNDO II	53013557	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	EC 02 DO RIACHO FUNDO II	53014863	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	EC AGROVILA II	53006992	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	RURAL	EC RIACHO FUNDO	53011015	1	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	RIACHO FUNDO II	URBANA	JJ 01 DO RIACHO FUNDO II	53014626	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	PARK WAY	URBANA	CAIC JUSCELINO KUBITSCHEK	53007034	2	1
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	PARK WAY	URBANA	CED VARGEM BONITA	53009460	0	0
Rede Pública	NÚCLEO BANDEIRANTE	PARK WAY	RURAL	EC IPE	53007000	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CAIC BERNARDO SAYAO	53007255	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CAIC PROF ANISIO TEIXEIRA	53007263	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 06 DE CEILANDIA	53007530	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 07 DE CEILANDIA	53007549	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 11 DE CEILANDIA	53007921	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 14 DE CEILANDIA	53007360	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 15 DE CEILANDIA	53007387	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CED 16 DE CEILANDIA	53012100	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	RURAL	CED INCRA 09	53008146	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEE 01 DE CEILANDIA	53003802	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEE 02 DE CEILANDIA	53012771	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 02 DE CEILANDIA	53007280	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 04 DE CEILANDIA	53007298	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 07 DE CEILANDIA	53007301	2	2
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 10 DE CEILANDIA	53007310	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 11 DE CEILANDIA	53007328	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 12 DE CEILANDIA	53007336	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 13 DE CEILANDIA	53007344	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 14 DE CEILANDIA	53007352	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 16 DE CEILANDIA	53007379	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 18 DE CEILANDIA	53007395	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 19 DE CEILANDIA	53007409	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 20 DE CEILANDIA	53007417	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 25 DE CEILANDIA	53007522	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 26 DE CEILANDIA	53007883	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 27 DE CEILANDIA	53068114	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 28 DE CEILANDIA	53068122	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 30 DE CEILANDIA	53011589	1	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 31 DE CEILANDIA	53008049	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 33 DE CEILANDIA	53007972	1	1

Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 34 DE CEILANDIA	53008081	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF 35 DE CEILANDIA	53007689	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	RURAL	CEF BOA ESPERANCA	53008111	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEF PROF MARIA DO ROSARIO GONDIM DA SILVA	53007450	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEI 01 DE CEILANDIA	53016416	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 02 DE CEILANDIA	53007492	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 03 DE CEILANDIA	53007506	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 04 DE CEILANDIA	53007514	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 09 DE CEILANDIA	53007557	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 10 DE CEILANDIA	53007565	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEM 12 DE CEILANDIA	53007425	1	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CEP - ESC TECNICA DE CEILANDIA	53007603	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	CIL DE CEILANDIA	53003969	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 01 DE CEILANDIA	53007646	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 02 DE CEILANDIA	53007654	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 03 DE CEILANDIA	53007662	0	2
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 06 DE CEILANDIA	53007670	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 08 DE CEILANDIA	53007697	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 10 DE CEILANDIA	53007700	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 11 DE CEILANDIA	53007719	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 12 DE CEILANDIA	53007727	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 13 DE CEILANDIA	53007735	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 15 DE CEILANDIA	53007743	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 16 DE CEILANDIA	53007751	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 17 DE CEILANDIA	53007760	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 18 DE CEILANDIA	53007778	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 19 DE CEILANDIA	53007786	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 20 DE CEILANDIA	53007794	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 21 DE CEILANDIA	53007808	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 22 DE CEILANDIA	53007816	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 24 DE CEILANDIA	53007824	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 25 DE CEILANDIA	53007832	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 26 DE CEILANDIA	53007840	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 27 DE CEILANDIA	53007859	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 28 DE CEILANDIA	53007867	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 29 DE CEILANDIA	53007875	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 31 DE CEILANDIA	53008332	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 33 DE CEILANDIA	53007891	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 34 DE CEILANDIA	53007905	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 35 DE CEILANDIA	53008340	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 36 DE CEILANDIA	53007913	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 38 DE CEILANDIA	53007930	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 39 DE CEILANDIA	53007948	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 40 DE CEILANDIA	53007956	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 43 DE CEILANDIA	53007964	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 45 DE CEILANDIA	53007980	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 46 DE CEILANDIA	53007999	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 47 DE CEILANDIA	53008006	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 48 DE CEILANDIA	53008014	1	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 50 DE CEILANDIA	53008022	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 52 DE CEILANDIA	53008030	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 55 DE CEILANDIA	53004353	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 56 DE CEILANDIA	53008057	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 59 DE CEILANDIA	53008073	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 61 DE CEILANDIA	53008090	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 62 DE CEILANDIA	53008103	0	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 64 DE CEILANDIA	53008170	0	5
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 65 DE CEILANDIA	53014855	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EC 68 DE CEILANDIA	53017404	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	RURAL	EC JIBOIA	53008154	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	RURAL	EC LAJES DA JIBOIA	53008162	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	URBANA	EP ANISIO TEIXEIRA	53016041	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	SOL NASCENTE / POR DO SOL	URBANA	CEF 32 DE CEILANDIA	53068149	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	SOL NASCENTE / POR DO SOL	URBANA	EC 66 DE CEILANDIA	53068130	1	1
Rede Pública	CEILÂNDIA	SOL NASCENTE / POR DO SOL	RURAL	EC CORREGO DAS CORUJAS	53008120	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	SOL NASCENTE / POR DO SOL	URBANA	EC DO SETOR P NORTE	53008138	0	0
Rede Pública	CEILÂNDIA	SOL NASCENTE / POR DO SOL	URBANA	EC JUSCELINO KUBITSCHKE - SOL NASCENTE	53018362	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CED 01 DO GUARA	53008456	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CED 03 DO GUARA	53008472	0	2
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CED 04 DO GUARA	53008480	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEE 01 DO GUARA	53010744	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 01 DO GUARA	53008391	0	3
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 02 DO GUARA	53008529	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 04 DO GUARA	53008405	2	2
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 05 DO GUARA	53008413	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 08 DO GUARA	53008430	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEF 10 DO GUARA	53012046	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEM 01 DO GUARA	53008464	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CEP ESC TECNICA DO GUARA PROF TERESA ONDINA MALTESE	53017234	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	CIL DO GUARA	53010981	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 01 DO GUARA	53008561	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 02 DO GUARA	53008570	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 03 DO GUARA	53008588	0	0
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 05 DO GUARA	53008596	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 06 DO GUARA	53008600	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 07 DO GUARA	53008618	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	EC 08 DO GUARA	53008421	1	1
Rede Pública	GUARÁ	GUARÁ	URBANA	JJ LUCIO COSTA	53008707	1	1
Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	CED 01 DA ESTRUTURAL	53048008	1	1



Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	CEF 02 DA ESTRUTURAL	53068157	1	1
Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	CEI 01 DA ESTRUTURAL	53015339	0	0
Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	EC 01 DA VILA ESTRUTURAL	53013980	1	1
Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	EC 02 DA ESTRUTURAL	53068165	1	1
Rede Pública	GUARÁ	SCIA	URBANA	EC 03 DA ESTRUTURAL	53019377	1	0
Rede Pública	GUARÁ	SIA	URBANA	CEF 03 DA ESTRUTURAL	53017080	0	0
Rede Pública	GUARÁ	SIA	URBANA	EC DO SRIA	53008626	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CAIC AYRTON SENNA	53008944	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CAIC HELENA REIS	53008952	3	3
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CED 123 DE SAMAMBAIA	53012097	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CED 619 DE SAMAMBAIA	53010019	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEE 01 DE SAMAMBAIA	53012780	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 120 DE SAMAMBAIA	53009070	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 312 DE SAMAMBAIA	53008995	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 404 DE SAMAMBAIA	53008987	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 407 DE SAMAMBAIA	53009150	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 411 DE SAMAMBAIA	53009002	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 412 DE SAMAMBAIA	53009177	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 427 DE SAMAMBAIA	53011597	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 504 DE SAMAMBAIA	53010027	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 507 DE SAMAMBAIA	53009010	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEF 519 DE SAMAMBAIA	53011562	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEI 210 DE SAMAMBAIA	53015576	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEI 307 DE SAMAMBAIA	53009100	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEM 304 DE SAMAMBAIA	53009029	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CEM 414 DE SAMAMBAIA	53011996	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	CIL 01 DE SAMAMBAIA	53016980	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 108 DE SAMAMBAIA	53009053	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 111 DE SAMAMBAIA	53009061	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 121 DE SAMAMBAIA	53009088	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 303 DE SAMAMBAIA	53009096	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 317 DE SAMAMBAIA	53009118	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 318 DE SAMAMBAIA	53009126	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 325 DE SAMAMBAIA	53009134	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 403 DE SAMAMBAIA	53009142	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 410 DE SAMAMBAIA	53009169	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 415 DE SAMAMBAIA	53009185	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 419 DE SAMAMBAIA	53009193	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 425 DE SAMAMBAIA	53009207	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 431 DE SAMAMBAIA	53009215	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 501 DE SAMAMBAIA	53009223	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 502 DE SAMAMBAIA	53017064	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 510 DE SAMAMBAIA	53009231	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 511 DE SAMAMBAIA	53009240	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 512 DE SAMAMBAIA	53010060	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 604 DE SAMAMBAIA	53013867	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 614 DE SAMAMBAIA	53009258	1	1
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC 831 DE SAMAMBAIA	53068173	0	0
Rede Pública	SAMAMBAIA	SAMAMBAIA	URBANA	EC GUARIROBA	53009266	0	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CAIC ALBERT SABIN	53009649	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CAIC SANTA MARIA	53009657	2	2
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CED 310 DE SANTA MARIA	53068181	3	3
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CED 416 DE SANTA MARIA	53010000	0	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEE 01 DE SANTA MARIA	53013336	0	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 103 DE SANTA MARIA	53012593	2	2
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 201 DE SANTA MARIA	53012062	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 209 DE SANTA MARIA	53011503	2	2
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 213 DE SANTA MARIA	53009851	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 308 DE SANTA MARIA	53009665	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 316 DE SANTA MARIA	53009690	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 403 DE SANTA MARIA	53009878	0	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF 418 DE SANTA MARIA	53014294	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEF SANTOS DUMONT	53012054	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	RURAL	CEF SARGENTO LIMA	53009711	0	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEI 203 DE SANTA MARIA	53015770	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEI 210 DE SANTA MARIA	53012569	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEI 416-516 DE SANTA MARIA	53012615	0	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEM 404 DE SANTA MARIA	53012623	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CEM 417 DE SANTA MARIA	53012607	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	CIL 01 DE SANTA MARIA	53016408	0	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 01 DO PORTO RICO	53068190	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 100 DE SANTA MARIA	53014235	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 116 DE SANTA MARIA	53009681	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 203 DE SANTA MARIA	53009703	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 206 DE SANTA MARIA	53009673	0	2
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 215 DE SANTA MARIA	53013565	1	0
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	EC 218 DE SANTA MARIA	53011511	1	1
Rede Pública	SANTA MARIA	SANTA MARIA	URBANA	JJ 116 DE SANTA MARIA	53014561	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	SOBRADINHO	RURAL	EC CORA CORALINA	53005716	1	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CAIC SANTA PAULINA	53006712	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CED 02 DO PARANOÁ	53019431	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CED DARCY RIBEIRO	53011520	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	CED DO PAD-DF	53006720	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEF 01 DO PARANOÁ	53012429	2	2
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEF 02 DO PARANOÁ	53012003	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEF 03 DO PARANOÁ	53014227	2	2
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEF 04 DO PARANOÁ	53015584	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	CEF BURITI VERMELHO	53006810	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	CEF JARDIM II	53006860	0	0

Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEI 01 DO PARANOÁ	53012500	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	CEI SUSSUARANA	53006925	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CEM 01 DO PARANOÁ	53006739	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	CIL 01 DO PARANOÁ	53016815	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 01 DO PARANOÁ	53006747	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 02 DO PARANOÁ	53006755	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 03 DO PARANOÁ	53006763	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 04 DO PARANOÁ	53006771	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 05 DO PARANOÁ	53006780	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC 06 DO PARANOÁ	53017005	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC ALTO INTERLAGOS	53006798	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC BOQUEIRAO	53006801	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC CAFE SEM TROCO	53006828	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC CAPAO SECO	53006836	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC CARIRU	53006844	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	URBANA	EC COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DO PARANOÁ - EC CAP	53017544	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC ITAPETI	53006852	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC LAMARAO	53006879	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC NATUREZA	53006887	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC QUEBRADA DOS NERIS	53006895	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	PARANOÁ	RURAL	EC SOBRADINHO DOS MELOS	53006917	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	ITAPOA	URBANA	CED 01 DO ITAPOA	53016378	0	0
Rede Pública	PARANOÁ	ITAPOA	URBANA	CEF DOUTORA ZILDA ARNS	53019601	1	1
Rede Pública	PARANOÁ	ITAPOA	URBANA	EC 01 DE ITAPOA	53014871	1	0
Rede Pública	PARANOÁ	ITAPOA	URBANA	EC 02 DO ITAPOA	53068203	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CAIC UNESCO	53009720	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CED SAO BARTOLOMEU	53014880	2	2
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CED SAO FRANCISCO	53019806	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CED SAO JOSE	53011988	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	RURAL	CED ZUMBI DOS PALMARES	53019385	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEF CERAMICA SAO PAULO	53009738	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEF DO BOSQUE	53011040	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEF JATAI	53009797	1	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEF MIGUEL ARCANJO	53068211	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	RURAL	CEF NOVA BETANIA	53009746	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEI 01 DE SAO SEBASTIAO	53012488	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEI 03 DE SAO SEBASTIAO	53015541	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEI 05 DE SAO SEBASTIAO	53018567	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEI PARQUE DOS IPES	53018834	1	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CEM 01 DE SAO SEBASTIAO	53011031	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	CIL 01 DE SAO SEBASTIAO	53016734	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC 104 DE SAO SEBASTIAO	53013484	1	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC 303 DE SAO SEBASTIAO	53014286	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC AGROVILA SAO SEBASTIAO	53009754	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	RURAL	EC AGUILHADA	53012070	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC BELA VISTA	53014588	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	RURAL	EC CACHOEIRINHA	53009762	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC CERAMICA DA BENCAO	53009770	1	1
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC DOM BOSCO	53068220	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	RURAL	EC SAO BARTOLOMEU	53012178	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC VILA DO BOA	53012496	0	0
Rede Pública	SÃO SEBASTIÃO	SAO SEBASTIAO	URBANA	EC VILA NOVA	53014570	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CED 104 DO RECANTO DAS EMAS	53011066	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CED 308 DO RECANTO DAS EMAS	53012119	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CED MYRIAM ERVILHA	53008979	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 101 DO RECANTO DAS EMAS	53012186	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 106 DO RECANTO DAS EMAS	53009355	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 113 DO RECANTO DAS EMAS	53018605	2	2
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 115 DO RECANTO DAS EMAS	53009363	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 206 DO RECANTO DAS EMAS	53011600	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 301 DO RECANTO DAS EMAS	53013530	2	2
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 306 DO RECANTO DAS EMAS	53009860	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 405 DO RECANTO DAS EMAS	53012127	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 602 DO RECANTO DAS EMAS	53014260	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 801 DO RECANTO DAS EMAS	53012828	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEF 802 DO RECANTO DAS EMAS	53013239	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEI 304 DO RECANTO DAS EMAS	53012810	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEI 310 DO RECANTO DAS EMAS	53050002	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEI BURITIZINHO	53017790	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEI PINHEIRINHO ROXO	53017323	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEM 111 DO RECANTO DAS EMAS	53012194	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CEM 804 DO RECANTO DAS EMAS	53019407	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	CIL 01 DO RECANTO DAS EMAS	53016432	0	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 102 DO RECANTO DAS EMAS	53009401	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 203 DO RECANTO DAS EMAS	53016793	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 401 DO RECANTO DAS EMAS	53012887	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 404 DO RECANTO DAS EMAS	53014600	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 510 DO RECANTO DAS EMAS	53013247	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC 803 DO RECANTO DAS EMAS	53014618	1	0
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	EC VILA BURITIS	53068238	1	1
Rede Pública	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	URBANA	JJ 603 DO RECANTO DAS EMAS	53014596	1	1
<b>Total Geral</b>						<b>492</b>	<b>485</b>



DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS  
Número de Professores em Atendimento Educacional Especializado - Por CRE  
Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF  
CENSO ESCOLAR DF 2022

CRE	Sala de Recursos			
	Generalista		Específica	
	40h	20h	40h	20h
CRE - Brazlândia	18	0	2	0
CRE - Ceilândia	93	0	26	0
CRE - Gama	40	0	17	0
CRE - Guará	32	0	8	0
CRE - Núcleo Bandeirante	23	2	8	0
CRE - Paranoá	26	0	7	0
CRE - Planaltina	46	6	19	2
CRE - Plano Piloto	90	4	38	4
CRE - Recanto das Emas	27	3	4	6
CRE - Samambaia	27	0	8	0
CRE - Santa Maria	36	3	17	0
CRE - São Sebastião	23	0	7	0
CRE - Sobradinho	35	2	13	0
CRE - Taguatinga	61	3	3	0
<b>Total Geral</b>	<b>577</b>	<b>23</b>	<b>177</b>	<b>12</b>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO  
UNIDADE DE INFORMAÇÃO E SUPERVISÃO  
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

**Número de Estudantes com AH/SD, efetivamente frequentando Atendimento Educacional Especializado (Específica)  
Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF  
CENSO ESCOLAR DF 2022**

<b>CRE</b>	<b>ESTUDANTES AH/SD</b>
BRAZLÂNDIA	34
CEILÂNDIA	129
GAMA	4
GUARÁ	14
NÚCLEO BANDEIRANTE	44
PARANOÁ	4
PLANALTINA	193
PLANO PILOTO	66
RECANTO DAS EMAS	16
SAMAMBAIA	25
SANTA MARIA	114
SÃO SEBASTIÃO	9
SOBRADINHO	104
TAGUATINGA	0
<b>Total geral</b>	<b>756</b>



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DECANATO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

CNPJ: 00.038.174/0001-43  
Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70910-900

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Declaro que, **Verônica Batista Pinheiro** é pesquisadora desta universidade, sob o número de matrícula **210011688**, no programa de **EDUCAÇÃO - MESTRADO – BRASÍLIA**, na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação e está sob a minha orientação.

Brasília, 18 de Setembro de 2023.

---

Professora Doutora Claudia Maffini Griboski  
Matrícula 1048431